

REVISTA CIENTÍFICA COSMOS ACADÊMICO
Volume 9, nº 1, 2024 – Edição de Fevereiro
a Julho de 2024.

C O S M O S
ACADÊMICO 

ISSN 2595-0304

REVISTA CIENTÍFICA COSMOS ACADÊMICO
Volume 9, número 1

Cariacica
2024

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2595-0304

Capa

Marketing Faculdade Multivix Cariacica

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Multivix Cariacica

Rua 13 de Maio, 40, São Geraldo, Cariacica/ES | 29146-672

E-mail: cosmosacademico@multivix.edu.br

FACULDADE MULTIVIX CARIACICA

DIRETOR GERAL

Rogério Gonçalves Sarmiento Júnior

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Larissa Jaretta de Souza

COMISSÃO EDITORIAL

Cecília Montibeller Oliveira

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Mary Zanadreja dos Santos Gambarini Coelho

ASSESSORIA EDITORIAL

Cecília Montibeller Oliveira

Mary Zanadreja dos Santos Gambarini Coelho

Michelle Rossana Martins Hortelan

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Mary Zanadreja dos Santos Gambarini Coelho

Revista Científica Cosmos Acadêmico / Faculdade Multivix
Cariacica Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda – v. 9. n. 1,
2024 – Cariacica: MULTIVIX, 2024

Semestral
ISSN 2595-0304

1. Produção Científica - Periódicos. I. Faculdade Multivix
Cariacica.

CDD. 005

APRESENTAÇÃO

Criada em 2016 e aprovada com registro ISSN: 2595-0304, a Revista Científica Cosmos Acadêmico visa à formação continuada dos professores e à iniciação à pesquisa dos estudantes de graduação da Faculdade Multivix Cariacica, abrindo espaço para colaboradores desejosos de compartilhar o conhecimento, constituindo-se em importante veículo de socialização e divulgação das produções entre docentes e discentes.

Através dessa Revista disponibilizamos à comunidade acadêmica trabalhos de diversos temas relacionados aos cursos ministrados na instituição de ensino, além de divulgar a produção intelectual da IES no cenário nacional e internacional, principalmente, na publicação de resenhas críticas e artigos científicos.

Após aprovação do Conselho Editorial, formado por docentes da Faculdade Multivix Cariacica, a revista objetiva publicações em período semestral, tempo que favorece a consistência e pertinência de bons trabalhos científicos em múltiplas áreas do saber. Sendo assim, nosso objetivo é de que através da revista, de publicação semestral, possamos articular pesquisa, extensão e ensino, abrangendo produção de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e artigos, proporcionando uma intervenção social, que visa à produção de conhecimento e sua aplicação nos âmbitos relacionados

Estamos abertos para contribuições diversas, críticas, que muito nos ajudarão na melhoria do trabalho acadêmico.

Que tenhamos todos uma boa leitura.

SUMÁRIO

ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES HOSPITALIZADOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	06
Karen Sfalsin Nascimento, Lorena Sobrinha Erlacher, Luzia Rosa Rodrigues Pereira ¹ Camai Lima dos Santos ²	
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO À PESSOA IDOSA EM CUIDADOS PALIATIVOS DOMICILIARES	25
Eduarda Christo S. Ramos, Fabíola Saturnino Soares, Giselle de Jesus Rodrigues, Dulcimar Pereira, Laisa Muniz Dalla Bernardina	
BENEFÍCIOS DA CONSULTORIA DE AMAMENTAÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA	50
Ana Paula Dos Santos Cardoso, Débora Rodrigues Esteves Dulcimar Pereira Marieli Thomazini Piske Garcia.	
FATORES PREDISPONETES PARA O CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS EM CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS	76
Maria das Graças de Oliveira Hemerly, Lillian Ferraz Caetano, Carolina Duarte Serra Plantickow	
ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA GRADUAÇÃO, ESPELHANDO NAS PESQUISAS DO PPGADM-UFES 2022/2023.	97
Fábio Manga Lima, Filipe Oliveira Santos, Wendel Freitas Andreatta, Tatiane Alves Ferreira	
ASPECTOS CONTÁBEIS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	120
Hiago Domingos Ribeiro, Jaqueline Gonçalves de Oliveira, Natalia Endlich Ramos, Tatiane Alves Ferreira.	
BISFENOL A E OS RISCOS À SAÚDE EM MATERIAIS DE CONTATO COM ALIMENTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	140
Emilly Davel Maria, Matheus Cassini da Silva, Mary Zanadreja dos Santos Gambarini Coelho.	
O FARMACÊUTICO NA AROMATERAPIA	161
Edmar Willian Valt, Maria Eduarda Lima Zambaldi, Raquel Vieira Guimarães, Silas Nascimento Ronchi	

ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES HOSPITALIZADOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Karen Sfalsin Nascimento, Lorena Sobrinha Erlacher, Luzia Rosa Rodrigues Pereira¹
Camai Lima dos Santos²

¹Acadêmicas do curso de Psicologia na Faculdade Multivix Cariacica/ES

²Orientador - Docente do curso de Psicologia na Faculdade Multivix Cariacica/ES

RESUMO

Este artigo investiga a prevalência e o impacto da depressão e da ansiedade em pacientes hospitalizados, destacando a importância de intervenções psicológicas eficazes. A hospitalização intensifica o estresse, comprometendo a recuperação e a qualidade de vida dos pacientes. A revisão da literatura mostra que esses transtornos estão associados a fatores de risco biológicos, psicológicos e ambientais, como predisposição genética, eventos traumáticos e condições de vida adversas. O estudo enfatiza a necessidade de avaliação precoce e de estratégias de intervenção que promovam a resiliência e adaptação dos pacientes. Intervenções como terapia cognitivo-comportamental, apoio psicológico contínuo e técnicas de relaxamento têm demonstrado eficácia. A humanização do atendimento, valorizando a subjetividade dos pacientes, é essencial para melhorar os desfechos de saúde. Este trabalho contribui para a compreensão da interação entre saúde mental e recuperação hospitalar, oferecendo insights para práticas clínicas mais integradoras e baseadas em evidências. Ao promover uma abordagem amplificada, o artigo destaca a importância de um atendimento centrado no paciente para a promoção de uma recuperação mais eficaz e sustentável.

Palavras-chave: Depressão, Ansiedade, Pacientes Hospitalizados, Intervenções Psicológicas.

1 INTRODUÇÃO

A depressão e a ansiedade figuram entre os transtornos mentais mais prevalentes no cenário global, afetando milhões de indivíduos em todas as regiões do mundo. A

Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), que estima esse número significativo de pessoas que sofrem dessas condições, ressalta a urgência de abordagens eficazes para o seu manejo e tratamento.

Um aspecto de grande relevância que vale menção se relaciona a incidência desses transtornos em pacientes hospitalizados, uma vez que a sua ocorrência nesses indivíduos não apenas exacerba o estresse inerente à hospitalização, mas também podem comprometer significativamente a recuperação, a qualidade de vida e o bem-estar geral dos pacientes (OMS, 2023).

É notório que a hospitalização é um evento marcante na vida de um indivíduo, frequentemente associada a uma experiência de grande vulnerabilidade, não apenas física, mas também psicológica. Nesse contexto, transtornos como ansiedade e depressão não são apenas comuns, mas também potencializadores do estresse inerente ao ambiente hospitalar, podendo influenciar negativamente a recuperação do paciente, sua qualidade de vida e os resultados clínicos (Moura *et al.*, 2020). Considerando a relevância e a prevalência desses transtornos, torna-se essencial uma revisão cuidadosa da literatura existente, com o objetivo de compreender a extensão do impacto de ansiedade e depressão em pacientes hospitalizados e avaliar as estratégias de manejo e intervenção empregadas.

Cumprir ressaltar que a hospitalização representa um momento vulnerável na vida de um indivíduo, frequentemente acompanhado por ansiedade e estresse significativos. Quando a depressão e a ansiedade estão presentes, essa vulnerabilidade é agravada, potencialmente levando a uma espiral de declínio tanto na saúde mental quanto física. Identificar e estudar as estratégias mais eficazes de intervenção para esses pacientes não é apenas uma questão de melhoria dos cuidados de saúde, mas também de humanização da assistência, garantindo que os aspectos emocionais e psicológicos inerentes à recuperação sejam adequadamente abordados (Gusmão *et al.*, 2021).

A relevância deste estudo é vista pela interseção crítica entre saúde mental e cuidados hospitalares, um ponto de encontro que requer atenção meticulosa dada a sua complexidade e impacto significativo na recuperação dos pacientes. A depressão e a ansiedade, como transtornos mentais mais comuns, não só alcançam o desafio da hospitalização, mas também podem estender o período de recuperação, aumentar a utilização de recursos de saúde e diminuir a qualidade de vida dos pacientes (Moura, 2020).

Portanto, a justificativa deste estudo reside na necessidade imperativa de fechar a

lacuna de conhecimento identificada, fornecendo insights valiosos sobre a interação entre depressão, ansiedade e o processo de recuperação hospitalar, ao fazer isso, espera-se não apenas melhorar os desfechos de saúde dos pacientes, mas também enriquecer as práticas clínicas com abordagens mais holísticas e baseadas em evidências. Este trabalho se propõe a ser um passo em direção a uma compreensão mais profunda dessa intersecção, com o potencial de influenciar positivamente a formulação de políticas, a prática clínica e, em última análise, a qualidade de vida dos pacientes hospitalizados (Brasil, 2013).

Este artigo visa investigar a complexidade da depressão e da ansiedade em pacientes hospitalizados, explorando como esses transtornos afetam tanto os aspectos físicos quanto emocionais da recuperação em ambiente hospitalar, através da revisão da literatura existente sobre o tema, procura estabelecer uma compreensão abrangente das dinâmicas em jogo, incluindo a prevalência desses transtornos em ambientes hospitalares, os fatores de risco associados, e as consequências para os pacientes afetados.

Nesse sentido, a principal questão norteadora desta pesquisa, foi entender como a depressão e a ansiedade afetam a recuperação física e emocional de pacientes hospitalizados, e quais estratégias de intervenção demonstram eficácia no manejo desses transtornos em tal contexto. Logo, para alcançar a resposta para tal problema, estabeleceu-se como objetivo geral estudarmos aspectos relacionados à ansiedade e depressão em pacientes hospitalizados. Desta forma, para a obtenção de uma resposta mais aprofundada, foram delimitados os seguintes objetivos específicos, sendo, identificar os principais fatores de risco para o desenvolvimento dos transtornos de ansiedade e depressão, analisar o impacto da depressão e da ansiedade saúde emocional dos pacientes em processo de internação, apontar as principais estratégias de intervenção existentes e sua eficácia no manejo dessas condições.

Para o presente estudo, optou-se por realizar uma revisão narrativa da literatura, também conhecida como revisão tradicional. Segundo Pereira (2018, p. 45), "os tipos de revisão são definidos de acordo com o método de elaboração". As revisões de cunho narrativo predominam na literatura científica, oferecendo um valioso auxílio ao pesquisador. A revisão narrativa consiste na síntese da literatura sobre um determinado tema, geralmente realizada de maneira não sistemática. A metodologia empregada na coleta de dados envolveu a busca por artigos científicos, teses, dissertações e outros materiais relevantes publicados nas principais bases de dados acadêmicas, tais como

PubMed, Scielo, e Google Scholar. Foram considerados estudos publicados de 1995-2023, dando preferência aos estudos mais recentes para garantir a atualidade das informações. As palavras-chaves empregadas na busca foram Depressão, Ansiedade, Pacientes Hospitalizados, Intervenções Psicológicas.

2 DEPRESSÃO E ANSIEDADE: AVALIAÇÃO E FATORES DE RISCO

A saúde mental, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como um estado de bem-estar, no qual o indivíduo é capaz de desenvolver suas habilidades pessoais, lidar com as pressões normais da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade, visto que este conceito abrange o bem-estar emocional, psicológico e social, enfatizando a importância da saúde mental para a qualidade de vida geral. Logo, o cuidado com a saúde mental é fundamental para a realização pessoal, as relações interpessoais e a contribuição para a sociedade (OMS, 2023).

A apresentação clínica dos transtornos depressivos pode variar significativamente entre os pacientes (Beck; Alford, 2016), uma vez que a avaliação diagnóstica desses transtornos se baseia em um conjunto de sinais e sintomas definidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-V, 2014). De acordo com os critérios do DSM-V, o Transtorno Depressivo Maior (TDM) é caracterizado pela presença de pelo menos cinco sintomas durante duas semanas consecutivas, além de, conforme o referido documento, ter por característica nove sintomas: humor deprimido; perda intensa do interesse ou prazer; alterações no peso ou no apetite; distúrbios do sono (insônia ou hipersonia); agitação ou retardo psicomotor; fadiga ou perda de energia; sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva; dificuldade em pensar, de concentração ou de tomada de decisão; e pensamentos recorrentes de morte ou ideação suicida.

Os manuais psiquiátricos atuais funcionam como sistemas de classificação para diagnósticos de transtornos mentais, incluindo os transtornos depressivos, de humor e/ou afetivos. O DSM-V, por exemplo, propõe o diagnóstico de depressão quando cinco dos nove sintomas descritos estão presentes, sendo obrigatória a presença de pelo menos um dos dois principais sintomas: humor deprimido ou anedonia. Os outros sintomas listados incluem alterações no peso, distúrbios do sono (insônia ou hipersonia), agitação ou lentidão psicomotora, fadiga ou perda de energia, sentimentos de inutilidade ou culpa, dificuldade de concentração e pensamentos suicidas (Baptista,

2018).

Segundo a CID-11 (Classificação Internacional de Doenças – versão 11), o episódio depressivo (código 6A70) é classificado entre os transtornos do humor (afetivos) e é subdividido em três níveis: leve, moderado e grave. Os sintomas geralmente incluem humor deprimido, perda de interesse e prazer, e energia reduzida, resultando em maior fadiga e menor atividade, além de cansaço acentuado mesmo com pequenos esforços, além disso não é incomum que se observe a diminuição da atenção, concentração, autoestima e autoconfiança, ideias de culpa e inutilidade, visão pessimista do futuro, pensamentos suicidas, distúrbios do sono e apetite reduzido (Organização Pan-Americana Da Saúde, 2024).

Além disso, conforme o CID-11, o transtorno depressivo recorrente é caracterizado por um histórico de pelo menos dois episódios depressivos separados por vários meses sem perturbação significativa do humor. Um episódio depressivo é caracterizado por um período de humor deprimido ou interesse diminuído nas atividades, ocorrendo na maior parte do dia, quase todos os dias, durante um período de pelo menos duas semanas, acompanhado por outros sintomas como dificuldade de concentração, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inadequada, desesperança, pensamentos recorrentes de morte ou suicídio, alterações no apetite ou sono, agitação ou retardo psicomotor, e energia reduzida ou fadiga (Organização Pan-Americana Da Saúde, 2024).

Dependendo da quantidade de sintomas apresentados, a condição pode ser agrupada em uma de três categorias: depressão menor (dois a quatro sintomas por pelo menos duas semanas, incluindo tristeza profunda ou falta de prazer), distímia (três a quatro sintomas, incluindo tristeza profunda, por ao menos dois anos) e depressão maior (cinco ou mais sintomas por no mínimo duas semanas, incluindo tristeza profunda ou falta de prazer) (Stefanis; Stefanis, 2005).

De acordo com o DSM-V o transtorno depressivo maior é a condição mais típica desse grupo de transtornos, se manifestando por episódios distintos que duram pelo menos duas semanas (embora muitos episódios sejam significativamente mais longos), e envolvem mudanças notáveis no afeto, na cognição, nas funções neurovegetativas, além de remissões entre os episódios. Vale destacar que é possível diagnosticar com base em um único episódio, mas na maioria dos casos, o transtorno é recorrente (DSM-V, 2014).

Os sintomas elencados pelo DSM-V como indicativos de depressão incluem: uma

notável perda de interesse ou prazer em quase todas as atividades, mudanças significativas no peso ou apetite, distúrbios do sono como insônia ou excesso de sono, agitação ou lentidão motora, fadiga ou perda de energia, sentimentos desproporcionais de inutilidade ou culpa, dificuldade de concentração ou indecisão e, por fim, pensamentos persistentes sobre a morte ou ideias suicidas (DSM-V, 2014).

Conforme DSM-V, uma característica comum a todos os transtornos depressivos é a presença de tristeza, sensação de vazio ou humor irritável, acompanhada por alterações cognitivas e físicas que impactam significativamente a capacidade funcional da pessoa. O que distingue cada transtorno, além dos especificadores, são a duração, o momento da vida em que ocorrem e a etiologia presumida (DSM-V, 2014).

Para receber o diagnóstico, é necessário que o indivíduo apresente cinco ou mais desses sintomas, sendo um deles o humor deprimido ou a perda de interesse, além disso, todos os sintomas, exceto o primeiro, contêm subsintomas (por exemplo, diminuição do interesse ou prazer). Destaca-se também que três sintomas – problemas de sono, problemas de peso/apetite e problemas psicomotores – englobam características opostas (insônia versus hipersonia; ganho de peso/apetite vs. perda; retardo psicomotor vs. agitação). Para atender aos critérios diagnósticos, os sintomas devem causar prejuízo significativo nas atividades normais da vida e nas relações sociais, e a evidência de mania, psicose ou depressão induzida por substâncias deve ser descartada (Fried; Nesse, 2015).

Já quanto a ansiedade, tem-se que o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) é caracterizado pela presença persistente de sintomas ansiosos que afetam uma vasta pluralidade de comportamentos do indivíduo em diferentes situações cotidianas. As incidências dessas ocorrências podem sofrer variações ao longo da vida e incluem sintomas de tensão motora, dificuldade de relaxar, fadiga e cefaleia, assim como sintomas de hiperatividade, como palpitação, sudorese, tontura, ondas de frio e calor, falta de ar, irritabilidade e dificuldade de concentração (Majd *et al.*, 2020).

Além desses sintomas, o transtorno de ansiedade generalizada também se caracteriza pela presença de mudanças de humor, como pensamentos e expectativas apreensivas com enfoque em aspectos negativos, sendo frequentemente relacionados a preocupações com o trabalho, estudo, falta de planejamento de tarefas, situações repetitivas, falta de paciência no trânsito e diversos outros aspectos presentes no cotidiano (Lopes; Santos, 2018).

Outro importante aspecto a ser ressaltado é a alta comorbidade entre os transtornos

de ansiedade, como ansiedade generalizada e pânico, e os transtornos depressivos, amplamente observada nesse contexto. Saliente-se que é comum a associação entre os variados tipos de ansiedade, o que acrescenta uma complexidade adicional ao tratamento, principalmente para profissionais de saúde não especializados na área. Como consequência, essas patologias frequentemente permanecem subdiagnosticadas e subtratadas na atenção primária (Thibaut, 2017).

A identificação e a percepção dos fatores de risco constituem importante parte no que se refere ao bom andamento e melhora do quadro clínico do paciente, havendo uma forte relação entre desesperança e pensamentos negativos em relação ao quadro clínico, o que compreende um importante fator de risco, pois uma visão cética interfere diretamente no bom andamento do tratamento, o que está interligado a ocorrência de transtornos ansiosos e episódios depressivos. Com isso ocorre a ausência no sentido da vida, o que gera grande impacto na sua saúde mental (Sun *et al.*, 2019).

A avaliação da depressão e da ansiedade é um processo complexo que envolve uma combinação de métodos clínicos e psicológicos, sendo que a avaliação começa com uma entrevista detalhada que aborda a história médica, psicológica e social do paciente, neste processo, os profissionais de saúde utilizam diversos instrumentos para medir a gravidade e a natureza dos sintomas, como escalas de avaliação padronizadas e questionários autoaplicáveis. É fundamental implementar mecanismos que possibilitem a identificação de padrões de pensamento, comportamentos e emoções que contribuem para esses transtornos, a fim de proporcionar um diagnóstico preciso e direcionar eficazmente o tratamento (Coêlho; Tourinho, 2008).

Os fatores de risco para depressão e ansiedade são muitas vezes interligados e podem ser categorizados em biológicos, psicológicos e ambientais. Fatores biológicos incluem genética, desequilíbrios químicos no cérebro e condições médicas subjacentes, e já os fatores psicológicos, são os traços de personalidade como o perfeccionismo ou baixa autoestima que podem predispor indivíduos a esses transtornos, e por fim, os ambientais, que são eventos de vida estressantes como a perda de um ente querido, problemas financeiros ou traumas significativos que são frequentemente gatilhos para a depressão e a ansiedade (Pinto *et al.*, 2014).

Cumprido ressaltar que a avaliação precoce e a identificação de fatores de risco são essenciais para a compreensão e manejo eficaz da depressão e da ansiedade. Estratégias de avaliação detalhada podem ajudar a discernir não apenas a presença

destes transtornos, mas também sua intensidade e os fatores específicos que contribuem para cada caso, todavia, isso permite uma compreensão mais profunda do contexto individual de cada paciente, incluindo as circunstâncias que podem estar exacerbando seus sintomas, como problemas no ambiente de trabalho ou dinâmicas familiares (Sun *et al.*, 2019).

3 IMPACTO DA DEPRESSÃO E DA ANSIEDADE NA SAÚDE EMOCIONAL DOS PACIENTES EM PROCESSO DE INTERNAÇÃO

O adoecimento pode desencadear fatores de risco psicossociais e biológicos, tornando o indivíduo vulnerável ao desequilíbrio emocional e ao aparecimento de sintomas psicopatológicos. Botega (1995) identifica alguns desses fatores, como a frustração em satisfazer desejos e necessidades, o agravamento de conflitos internos, a inadequação dos mecanismos de defesa, a perda da autoestima, a alteração da imagem corporal, a interrupção do ciclo sono-vigília, o uso de medicamentos e procedimentos médicos, e o isolamento social.

Campos (2007) observa que, durante o processo de adoecimento, a dificuldade de adaptação pode resultar em sofrimento, sensação de abandono e medo do desconhecido. Nesse cenário, sentimentos de ansiedade e depressão são particularmente comuns e constituem aspectos proeminentes de muitas condições médicas, já que são respostas esperadas ao estresse e podem ser um estímulo necessário para a adaptação ou enfrentamento de situações inesperadas. Nesse mesmo sentido, é válido que se destaque que a experiência de hospitalização provoca desconforto e angústia nos pacientes, uma vez que enfrentam as exigências e restrições impostas pela instituição hospitalar, conforme destacado por Peña *et al.* (2022).

A hospitalização é usualmente um relevante motivo de preocupação e angústia, pois implica em se afastar do ambiente familiar e confortável, o que pode gerar sentimentos de solidão, desamparo e desconexão com relações afetivas, sociais e profissionais estabelecidas, pois durante esse período, o paciente pode se sentir desprovido de apoio emocional e referências familiares (Leite; Yoshii; Langaro, 2018). Não raramente, é bom que se ressalte, esses sentimentos são agravados pela maneira como os pacientes são tratados durante a internação e Palmer *et al.* (2021) apud Silva *et al.* (2023) reforçam essa perspectiva ao observar que muitos pacientes

se encontram isolados e não são identificados pelo próprio nome, mas sim por números ou pelo diagnóstico que possuem, além de serem frequentemente submetidos a exames e procedimentos constrangedores, o que pode contribuir significativamente para a perda de sua identidade pessoal.

Os autores ainda afirmam que no contexto da hospitalização, o paciente enfrenta uma série de momentos emocionalmente intensos, desde a espera pelo médico até a realização e o recebimento dos resultados dos exames, passando pela ansiedade em torno do diagnóstico e das possíveis repercussões em sua vida, logo, essa espera pode evocar uma variedade de sentimentos, como inquietação e nervosismo, especialmente dependendo das expectativas em relação aos resultados e dos tratamentos subsequentes (Leite; Yoshii; Langaro, 2018).

O processo de adoecimento desperta no indivíduo uma sensação de impotência diante do imprevisto, confrontando-o com algo que o desestabiliza e parece estar além de seu controle. A experiência de ficar doente sugere uma perda de controle sobre si mesmo, inclusive sobre o próprio corpo, interrompendo a rotina da vida e de suas atividades cotidianas, como observado por Barbosa *et al.* (2007, p. 76).

Diante desse cenário, os profissionais de saúde desempenham um papel muito relevante ao ajudar os pacientes a se adaptarem e enfrentarem o desconforto causado pela urgência, proporcionando apoio e humanização. Especificamente, o psicólogo, ao se concentrar na compreensão e na valorização da subjetividade, pode aliviar o sofrimento psicológico do paciente, o que também facilita o trabalho dos médicos ao permitir uma compreensão mais completa das necessidades - não apenas das queixas - de cada indivíduo que busca assistência médica (Vieira, 2010).

Cabe destacar que a ansiedade experimentada por pacientes durante a internação geralmente surge ao serem inseridos em um ambiente desconhecido, diminuindo significativamente após as primeiras 24 horas se uma relação de confiança for estabelecida com a equipe médica. No entanto, essa redução é menos provável em ambientes de pronto atendimento, onde o tempo de permanência é curto e as oportunidades para desenvolver tais relações são limitadas, comprometendo a adaptação do paciente ao ambiente hospitalar (Leite; Yoshii; Langaro, 2018).

Um outro aspecto relevante, consiste no fato de que embora alguns pacientes não manifestem medo ou agressividade, frequentemente apresentam sintomas de depressão, como sentimentos de inutilidade e vazio, visto que geralmente ocorre

porque a doença frequentemente impacta a autoimagem do indivíduo de forma negativa (Gomes; Fraga, 1997).

Gomes e Fraga (1997), destacam ainda que a depressão pode surgir como uma resposta quando os mecanismos de defesa habituais, como racionalização, negação e projeção, falham, resultando em uma sensação de apatia em relação à vida. Esse estado de espírito é compreensível, especialmente quando os pacientes começam a refletir sobre as consequências de suas condições médicas, que podem afetar drasticamente suas capacidades de realizar atividades cotidianas, manter sua independência financeira e sustentar seu estilo de vida.

Por outro lado, é válido ressaltar que a ansiedade, dentro de certos limites, pode funcionar como um componente crucial na adaptação normal de um indivíduo ao enfrentar uma doença, incentivando o paciente a buscar informações sobre sua condição e tratamento, além de explorar formas de aliviar os sintomas. No entanto, quando a ansiedade é excessiva ou persiste por um longo período, pode comprometer seriamente essa adaptação, visto que altos níveis de ansiedade podem afetar negativamente o sucesso do tratamento, aumentando a percepção de dor, diminuindo a qualidade de vida do paciente e, potencialmente, conduzindo-o à depressão (Passos, 2009).

Cabe destacar que alguns estudos buscam verificar a prevalência da ansiedade em pacientes internados. No estudo desenvolvido por Gullich (2013), por exemplo, foi registrada uma prevalência de ansiedade de 33,7% (IC95% 28,2 - 39,3) entre os pacientes internados na enfermaria de clínica médica de um hospital geral universitário, situando-se numa faixa intermediária quando comparado a outros estudos na literatura. Por sua vez, uma pesquisa em Minas Gerais encontrou uma prevalência de 46% em pacientes de várias enfermarias (Delfini; Roque; Peres, 2009), enquanto um estudo chileno identificou uma prevalência de 38,9% (Hernández, 2005), utilizando uma metodologia diferente para a avaliação da ansiedade. Em contraste, um estudo brasileiro focado na validação da escala HADS, em 1995, reportou uma prevalência de 20,5% (Botega *et al.*, 1995). As variações observadas entre os estudos podem ser atribuídas ao uso de diferentes metodologias e às características distintas das amostras estudadas.

O sofrimento decorrente da doença lembra o indivíduo de sua fragilidade frente ao inesperado, confrontando-o com algo que o desequilibra e que parece estar fora de seu controle. A doença gera a sensação de perda de controle sobre si mesmo e

sobre o próprio corpo, rompendo a continuidade da vida e das tarefas diárias e os profissionais de saúde podem auxiliar esses indivíduos a se ajustarem e lidarem com o desconforto causado pela emergência, promovendo acolhimento e humanização. O psicólogo, em especial, é capaz de aliviar o sofrimento emocional do paciente ao resgatar e dar espaço à subjetividade, o que também facilita o trabalho dos médicos ao ajudar na compreensão das necessidades individuais, além das queixas, de cada pessoa que busca atendimento (Vieira, 2010).

4 AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE NO AMBIENTE HOSPITALAR

A Psicologia Hospitalar é uma área multidisciplinar que se desenvolveu a partir da necessidade de compreender e abordar os aspectos psicológicos associados ao processo de adoecimento e hospitalização. Rodríguez-Marín (2003) sugere que essa disciplina é uma intersecção de diversas contribuições educativas, científicas e práticas que visam aprimorar a assistência aos pacientes. Esta abordagem vai além do tratamento da doença em si, incorporando também a promoção do crescimento pessoal e a resiliência dos pacientes.

A constatação da existência de pacientes que sofram de ansiedade ou depressão em decorrência da internação hospitalar revela a importância das intervenções psicológicas em contextos médicos para a melhoria da saúde global do paciente, incluindo escuta ativa e observação detalhada, visam aumentar as possibilidades de enfrentamento e adaptação dos indivíduos (Yanamoto, Trindade, Oliveira, 2002).

Nesse sentido, é essencial considerar o paciente dentro de um modelo integrador, o modelo biopsicossocial, que abrange aspectos físicos, psicológicos e sociais. Embora não seja uma tarefa fácil, conceitos revolucionários como a humanização na relação profissional-paciente têm ganhado destaque na medicina contemporânea. No entanto, em situações de urgência, as relações humanas muitas vezes ficam em segundo plano, e a mudança exige ações individuais para superar um sistema técnico dominante (Pereira, 1995).

Giannotti (1995) ressalta a importância de uma abordagem investigativa e planejada por parte do psicólogo antes da implementação de qualquer programa de

ação. A autora destaca que a observação e a pesquisa são fundamentais para o trabalho do psicólogo, pois permitem a coleta de dados e informações relevantes que fundamentam intervenções apropriadas para cada contexto específico. Além disso, Giannotti enfatiza a necessidade de inovação nas formas de intervenção, sugerindo que o psicólogo deve desenvolver estratégias eficazes que considerem tanto a equipe de trabalho quanto as particularidades das patologias tratadas.

De acordo com Remor (2019), o tratamento psicológico dos pacientes em ambientes hospitalares não apenas melhora seu estado mental, mas também facilita a adesão ao tratamento. Nesse contexto, o atendimento psicológico visa incentivar o paciente a participar de forma mais ativa e positiva em seu próprio tratamento, especialmente em relação a doenças crônicas, resultando em uma melhora geral do quadro clínico e prevenindo o abandono dos cuidados de saúde.

Nesse sentido, uma abordagem para o acompanhamento de doenças mentais no ambiente hospitalar, com foco no cuidado integral, seria integrar os conhecimentos da psicologia com os da equipe multidisciplinar. Isso porquê a avaliação psicológica é essencial para compreender o estado mental do paciente hospitalizado, sendo que tem por principal objetivo organizar o trabalho do psicólogo, permitindo a identificação das necessidades do paciente e propondo intervenções psicológicas mais adequadas conforme as peculiaridades identificadas (Remor, 2019).

A avaliação psicológica permite a criação de estratégias de intervenção que auxiliam os pacientes na adesão e continuidade do tratamento que quando combinadas com intervenções psicoterapêuticas, podem ser implementadas ações de educação em saúde ou psicoeducação, tanto individualmente quanto em grupo. Assim, é importante que os pacientes compreendam suas crenças sobre saúde e doença, para que possam refletir sobre as práticas de autocuidado que adotam no dia a dia após a alta hospitalar (Moura *et al.*, 2020).

De acordo com o CRP-PR (2016) o psicólogo hospitalar desempenha um papel multifacetado no ambiente de saúde, realizando não apenas a avaliação psicológica, mas também a escuta diferenciada, que é fundamental para entender profundamente as necessidades e preocupações dos pacientes. Além disso, o psicólogo realiza estudos de caso detalhados, integrando informações médicas e psicológicas para desenvolver um plano de tratamento abrangente e personalizado.

Outro aspecto que merece ser destacado, em se tratando do trabalho do psicólogo hospitalar, é a realização de psicoterapia breve e psicoterapia de grupo: a

psicoterapia breve é particularmente eficaz no contexto hospitalar, onde o tempo é limitado, mas a necessidade de intervenção rápida é alta, auxiliando os pacientes a desenvolver estratégias de enfrentamento e resiliência em um curto período; a psicoterapia de grupo, por sua vez, oferece um espaço para os pacientes compartilharem suas experiências e sentimentos com outros que enfrentam situações semelhantes, promovendo apoio mútuo e um senso de comunidade (Almeida, 2010). Ademais, ainda segundo Moura *et al.* (2020), em se considerando o relevante componente sociocultural que influencia as crenças sobre saúde e doença, a maneira como o paciente vivencia sua enfermidade é única. Esse processo envolve ressignificação, subjetividade, emoções, pensamentos, crenças e relações familiares, além das interações com outras pessoas ao seu redor.

De acordo com Gioia-Martins, Medeiros e Hamzeh (2009), um diagnóstico psicológico apropriado não só facilita a prevenção, mas também permite intervenções eficazes junto aos pacientes e seus familiares. A depressão no ambiente hospitalar, segundo os autores, está fortemente associada à baixa adesão ao tratamento médico e a taxas de mortalidade mais elevadas. Portanto, intervenções específicas, de acordo com os diagnósticos individualmente considerados, podem acelerar a recuperação do paciente, melhorar significativamente sua qualidade de vida e reduzir os custos relacionados à internação hospitalar.

No contexto hospitalar, o trabalho do psicólogo apresenta características distintas em comparação com a prática clínica convencional, ou seja, o papel desse profissional é ampliado, integrando-se de forma mais profunda aos processos de cuidado multidisciplinares. O principal objetivo é criar um espaço onde o sofrimento psíquico dos pacientes hospitalizados e de seus familiares possa ser escutado e acolhido, no entanto, essa escuta deve ser sensível às interfaces com os processos biológicos e socioculturais que influenciam a experiência dos indivíduos naquele contexto específico (Azevêdo; Crepaldi, 2016).

Assim, o trabalho do psicólogo não segue as mesmas diretrizes rígidas da psicoterapia convencional, devendo ser flexível e adaptável às necessidades dinâmicas dos pacientes e das equipes de saúde. Isso implica não apenas oferecer suporte emocional e escuta qualificada, mas também colaborar com outros profissionais de saúde para assegurar uma abordagem integral ao cuidado do paciente. Essa colaboração pode envolver a participação em discussões de casos, a

elaboração conjunta de planos de cuidado e a intervenção em situações de crise (Tavares *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a flexibilidade necessária no hospital permite que o psicólogo aborde questões emergentes de forma imediata e relevante, proporcionando um suporte mais alinhado às realidades vividas pelos pacientes. Por exemplo, um paciente em tratamento oncológico pode enfrentar não apenas o impacto físico da doença, mas também questões emocionais profundas relacionadas ao medo, à incerteza sobre o futuro e às mudanças em sua identidade pessoal e social. O psicólogo, nesse contexto, trabalha para reconhecer e validar esses sentimentos, oferecendo intervenções que ajudem o paciente a encontrar formas de enfrentamento que integrem suas experiências emocionais e físicas (Cantarelli, 2009).

Cabe dizer que as intervenções em casos oncológicos, por parte dos psicólogos têm como objetivo de fornecer o apoio necessário, não somente aos pacientes oncológicos, mas também aos seus familiares. O tratamento inclui técnicas integrativas, reconstrutivas, de suporte, e de acolhimento, adaptando-se às necessidades emocionais dos pacientes e suas famílias. Nesse contexto, o enfrentamento da depressão e da ansiedade acaba sendo um principal foco da intervenção terapêutica. Destaca-se ainda que intervenções familiares e terapias grupais, como as propostas por Carl Simonton, que combinam corpo e mente, são fundamentais para promover apoio emocional e educacional, melhorando a qualidade de vida dos pacientes (Campos; Rodrigues; Castanho, 2021; Leal; Rodicz, 2019).

Além disso, a atenção psicológica no ambiente hospitalar deve considerar os aspectos socioculturais que moldam as experiências dos pacientes e de seus familiares. Isso inclui a sensibilidade às diferentes formas de expressar o sofrimento, os valores culturais sobre saúde e doença, e as dinâmicas familiares que podem influenciar o processo de recuperação. O psicólogo deve estar atento a essas nuances e adaptar suas intervenções para respeitar e apoiar as particularidades de cada indivíduo e grupo familiar (Azevêdo; Crepaldi, 2016).

Finalmente, um aspecto importante a ser abordado se trata da desospitalização, que consiste em um processo crítico que envolve a transição do paciente do ambiente hospitalar para o cuidado em casa ou em outra instituição de saúde. O psicólogo hospitalar desempenha um papel vital neste processo, proporcionando suporte emocional e ajudando os pacientes a se prepararem psicologicamente para a mudança (Brasil, 2020).

Hermes e Lamarca (2013) destacam que o papel do psicólogo é fundamental para resgatar o ser humano da vulnerabilidade física, psíquica, social e espiritual, facilitando o enfrentamento e a aceitação dessas questões por meio de ajustes estruturais e psíquicos bem estabelecidos. Eles explicam que, através de uma transferência positiva com o psicólogo, o paciente consegue expressar suas emoções, sofrimentos, angústias, anseios, medos e vontades. Este processo ganha contornos ainda mais relevantes quando se trata de pacientes internados que sofrem de depressão e ansiedade, permitindo que eles abordem e lidem com esses sentimentos de forma saudável.

Além disso, o psicólogo hospitalar colabora com outros profissionais de saúde para garantir que o paciente tenha acesso a recursos adequados após a alta. Isto pode incluir a coordenação com serviços comunitários de saúde mental, grupos de apoio e programas de reabilitação. A continuidade do cuidado psicológico após a desospitalização é necessário para se prevenir recaídas e promover a recuperação completa. Assim, o apoio psicológico durante a desospitalização não só melhora a qualidade de vida dos pacientes, mas também reduz a probabilidade de readmissões hospitalares (Brasil, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A depressão e a ansiedade são transtornos mentais altamente prevalentes que afetam significativamente a população mundial, com implicações ainda mais severas em pacientes hospitalizados. A hospitalização, por si só, representa um evento de grande vulnerabilidade física e psicológica, exacerbando o estresse e potencialmente comprometendo a recuperação e a qualidade de vida desses pacientes. Este estudo revisou a literatura existente para compreender a extensão do impacto desses transtornos em pacientes internados, avaliando as estratégias de manejo e intervenção disponíveis.

A análise revelou que a depressão e a ansiedade não apenas agravam o estresse inerente à hospitalização, mas também influenciam negativamente a recuperação física e emocional dos pacientes. Esses transtornos estão associados a uma série de fatores de risco, incluindo biológicos, psicológicos e ambientais, que podem intensificar a vulnerabilidade dos indivíduos hospitalizados. A avaliação precoce e a identificação de tais fatores são essenciais para um manejo eficaz.

A literatura destaca a importância das intervenções psicológicas no ambiente hospitalar, ressaltando a necessidade de um modelo integrador de cuidados que inclua aspectos físicos, psicológicos e sociais. As estratégias de intervenção, como a escuta ativa, a observação detalhada e a colaboração multidisciplinar, são fundamentais para promover a resiliência e a adaptação dos pacientes. A humanização do atendimento, através do reconhecimento e valorização da subjetividade dos pacientes, é crucial para aliviar o sofrimento psicológico e melhorar os desfechos de saúde.

Os achados deste estudo sublinham a necessidade imperativa de fechar a lacuna de conhecimento sobre a interação entre depressão, ansiedade e o processo de recuperação hospitalar. Ao fornecer insights valiosos sobre essa intersecção, este trabalho contribui para a formulação de políticas e práticas clínicas mais holísticas e baseadas em evidências, visando melhorar a qualidade de vida dos pacientes hospitalizados.

Em suma, a integração de abordagens psicológicas no cuidado hospitalar é vital para o tratamento eficaz da depressão e da ansiedade em pacientes internados. A humanização da assistência, através da compreensão profunda das dinâmicas emocionais e psicológicas, é essencial para garantir uma recuperação mais completa e satisfatória. Este estudo espera influenciar positivamente a prática clínica e a formulação de políticas, promovendo uma assistência mais abrangente e centrada no paciente, com o objetivo final de melhorar os desfechos de saúde e a qualidade de vida dos pacientes hospitalizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, RA de. *Possibilidades de utilização da psicoterapia breve em hospital geral*. Revista da SBPH, Rio de Janeiro, v. 1, pág. 94-106, jun. 2010.

AZEVEDO, AV dos S.; CREPALDI, MA *A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos*. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 4, pág. 573–585, fora. 2016.

BAPTISTA, MN *Avaliando "depressões": dos critérios diagnósticos às escalas psicométricas*. Avaliação Psicológica, Itatiba, v. 3, pág. 301-310, 2018.

BARBOSA, LNF; PEREIRA, JA; ALVES, V.; RAGOZINI, CA; ISMAEL, SMC *Reflexões sobre a ação do psicólogo em unidades de emergência*. Revista da SBPH, v. 2, pág. 73-81, 2007.

BECK, AT; ALFORD, BA *Depressão: causas e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. *Desospitalização: reflexões para o cuidado em saúde e atuação multiprofissional*. Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BOTEGA, NJ et al. *Transtornos de humor em enfermaria de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão*. Revista de Saúde Pública, v. 5, pág. 355-363, 1995.

CAMPOS, TCP *Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais*. São Paulo: EPU, 2003.

CAMPOS, APA *Análise Comportamental em Depressivos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Vida) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

CAMPOS, EMP; RODRIGUES, AL; CASTANHO, P. *Intervenções Psicológicas na Psico-Oncologia*. Mudanças, São Paulo, v. 1, pág. 41-47, jun. 2021.

CANTARELLI, APS *Novas abordagens de atuação do psicólogo no contexto hospitalar*. Revista da SBPH, Rio de Janeiro, v. 2, pág. 137-147, dez. 2009.

COÊLHO, NL; TOURINHO, EZ *O conceito de ansiedade na análise do comportamento*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 2, pág. 171-178, 2008.

CRP-PR. *Caderno de psicologia hospitalar: considerações sobre assistência, ensino, pesquisa e gestão*. Curitiba: CRP-PR, 2016.

DELFINI, ABL; ROQUE, AP; PERES, RS *Sintoma ansia e depressiva em adultos hospitalizados: rastreamento em enfermaria clínica*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 1, pág. 12-22, 2009.

DSM V. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FRIED, EI; NESSE, RM *Pontuações de depressão não somam: por que analisar sintomas específicos de depressão é essencial*. BMC Medicine, [SI], v. 13, n. 1, p. 1-11, 6 abr. 2015.

GIANNOTTI, A. *Psicologia nas instituições médicas e hospitalares*. In: OLIVEIRA, MFP; ISMAEL, SMC (Orgs.). *Rumos de psicologia hospitalar em cardiologia*. São Paulo: Papyrus, 1995. p. 21-37.

GIOIA-MARTINS, DF; MEDEIROS, PCS; HAMZEH, SA *Avaliação psicológica de depressão em pacientes internados em enfermaria de hospital geral*. Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 1, pág. 128-141, 2009.

GOMES, LC; FRAGA, MNO *Doenças, hospitalização e ansiedade: uma abordagem em saúde mental*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 3, pág. 425-440, jul. 1997.

GULLICH, I. et al. *Prevalência de ansiedade em pacientes internados em um hospital universitário no sul do Brasil e fatores associados*. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 16, n. 3, p. 644–657, set. 2013.

GUSMÃO, ROM et al. *Depressão em pacientes atendidos em serviço de saúde mental: fatores associados e diagnósticos de enfermagem*. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas, Ribeirão Preto, v. 2, pág. 44-53, jun. 2021.

HERMES, HR; LAMARCA, ICA *Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, 2013.

HERNÁNDEZ, G. et al. *Trastornos de ansiedade em pacientes hospitalizados em Medicina Interna*. Revista Médica de Chile, v. 8, pág. 895-902, 2005.

LEAL, DNS; RODICZ, AM *Estudo de caso sobre os aspectos psicológicos após diagnóstico de sarcoma e realização de amputação*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 1, pág. 219-238, jan. 2019.

LEITE, KL; YOSHII, TP; LANGARO, F. *O olhar da psicologia sobre demandas emocionais de pacientes em pronto atendimento de hospital geral*. Revista da SBPH, Rio de Janeiro, v. 2, pág. 145-166, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582018000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2024.

LOPES, KCSP; DOS SANTOS, WL *Transtorno de ansiedade*. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v. 1, pág. 45-50, 2018.

MAJD, M. et al. *Inflamação e as dimensões da depressão: uma revisão*. Frontiers in Neuroendocrinology, [SI], v. 56, p. 100800, jan. 2020.

MOURA, FF de et al. *Prevalência de sintomas de transtornos mentais comuns em pacientes internados em um Hospital Geral do Sul do Brasil*. Revista da SBPH, São Paulo, v. 2, pág. 139-148, dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Depressão*. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *A OMS disponibiliza versão em português da Classificação Internacional de Doenças (CID)*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-2-2024-oms-disponibiliza-versao-em-portugues-da-classificacao-internacional-doencas-cid>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

PEÑA, MO et al. *Ansiedade em pacientes acamados e nível de conhecimento dos profissionais que atuam em UTI*. Enfermería Global, v. 45, 2022.

PEREIRA, MG *Epidemiologia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

1995.

PEREIRA, MG *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

PINTO, ACS et al. *Fatores de risco associados a problemas de saúde mental em adolescentes: revisão integrativa*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. 3, pág. 555-564, 2014.

PASSOS, UC *Ansiedade, Depressão, Desesperança e Estresse do Enfermo Cirúrgico Oncológico*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

REMOR, E. *Avaliação psicológica em contextos de saúde e hospitalar*. In: HUTZ, CS; BANDEIRA, DR; TRENTINI, CM; REMOR, E. (Org.). *Avaliação Psicológica em contextos de saúde e hospitalares*. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 13-26.

RODRIGUEZ-MARÍN, J. *Em Busca de um Modelo de Integração do Psicólogo no Hospital: Passado, Presente e Futuro do Psicólogo Hospitalário*. In: REMOR, E.; ARRANZ, P.; ULLA, S. (Org.). *O Psicólogo do Âmbito Hospitalário*. Bilbao: Desclée de Brouwer Biblioteca de Psicologia, 2003. pp.

SILVA, JML et al. *Ansiedade em pacientes hospitalizados e ações da equipe de enfermagem*. In: *Enfermagem e o bem-estar humano: teoria e prática*. Caxias: Centro Universitário Unifacema, 2023. p. 163-179.

STEFANIS, CN; STEFANIS, NC *Diagnóstico dos transtornos depressivos: uma revisão*. In: MAJ, M.; SARTORIUS, N. (Org.). *Transtornos depressivos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. p. 13-76.

SUN, H. et al. *Associações entre ansiedade, depressão e risco de comportamentos suicidas em estudantes de faculdade de medicina chineses*. BMC Psychiatry, [SI], v. 19, n. 1, dez. 2019.

TAVARES, SO et al. *Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade*. Interfaces não fazer psicológico: direitos humanos, diversidade e diferença. Santa Maria: Centro Universitário São Francisco (UNIFRA), 2012.

THIBAUT, F. *Transtornos de ansiedade: uma revisão da literatura atual*. Dialogues in Clinical Neuroscience, [SI], v. 19, n. 2, p. 87-88, 30 jun. 2017.

VIEIRA, MC *Atuação da psicologia hospitalar na medicina de urgência e emergência*. Revista Brasileira de Clínica Médica, v. 6, pág. 513-519, 2010.

YANAMOTO, OH; TRINDADE, LCB; OLIVEIRA, IF *O Psicólogo em Hospitais no Rio Grande do Norte*. Psicologia USP, v. 1, 2002, pág. 217-246.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO À PESSOA IDOSA EM CUIDADOS PALIATIVOS DOMICILIARES

Eduarda Christo S. Ramos, Fabíola Saturnino Soares, Giselle de Jesus Rodrigues¹,
Dulcimar Pereira², Laisa Muniz Dalla Bernardina³

¹ Acadêmicas do curso de Enfermagem.

² Doutora em ciências fisiológicas – Docente Multivix- Cariacica.

³ Especialista em UTI e Saúde da Família- Docente Multivix- Cariacica.

RESUMO

A atuação do enfermeiro nos cuidados paliativos da pessoa idosa domiciliada é imprescindível para garantia da manutenção da qualidade da assistência durante o processo de paliatividade. Por meio da revisão de literatura, a pesquisa abordou a importância do cuidado paliativo tanto para o paciente quanto para o familiar, citando os direitos da pessoa idosa e enfatizando a importância do enfermeiro na busca de um atendimento humanizado. A metodologia consistiu na revisão de literatura, com recorte temporal de 2001 à 2023, através da formulação do problema, coleta de dados, análise e interpretação destes. Concluiu-se sobre a importância do enfermeiro diante dos desafios do cuidado humanizado prestados ao paciente idoso e a família, auxiliando no conforto, visando à qualidade de vida e a autonomia do paciente.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Envelhecimento; Enfermeiro; Domicílio.

1. INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos não são uma inovação recente, é algo que possui raízes na história como uma construção social ao longo das épocas. Desde os tempos da Grécia antiga, já existiam práticas voltadas para aliviar o sofrimento dos indivíduos. As primeiras instituições hospitalares surgiram na Ásia, e durante a Idade Média, as ordens religiosas começaram a estabelecer clínicas e hospitais com base na filosofia dos cuidados paliativos (PRATA, 2017).

O Ministério da Saúde definiu os cuidados paliativos como medidas ativas e completas destinadas aos pacientes com doenças progressivas e irreversíveis com o

objetivo de melhorar a qualidade de vida destes. Um cuidado adequado nessa área envolve atenção diferenciada ao paciente ou família, juntamente com uma melhoria no controle de todos os sintomas e na prevenção do sofrimento ou desconforto humano. Isso demanda um planejamento de uma equipe com profissionais de diferentes áreas atuando em conjunto (BRASIL, 2018).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os Cuidados Paliativos (CP) são considerados como uma abordagem que propõe a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares ao lidar com as consequências de doenças graves, através da prevenção e redução do sofrimento, detecção precoce, avaliação adequada e tratamento da dor, além das questões relacionadas ao aspecto físico, psicológico e espiritual (WHO, 2002).

Prover cuidados paliativos para idosos envolve a interação do profissional com a família, a fim de orientá-la no manejo do processo de cuidado. A comunicação e orientação familiar ocorrem por meio de uma escuta atenta para entender suas preocupações, dúvidas e desejos em relação às práticas adotadas na assistência ao idoso, incluindo momentos que demandam a participação dos familiares. A equipe de enfermagem também reconhece os laços afetivos entre o idoso e a família, buscando, por vezes, estratégias para resolver conflitos e promover o fortalecimento dos vínculos (CORREIA; CARLO, 2012).

Importante mencionar que este assunto se torna cada vez mais urgente, considerando o avanço da ciência e a expansão das tecnologias na área da saúde, o aumento da expectativa de vida da população, resultando em um aumento significativo no número de indivíduos idosos. Como resultado, houve um crescimento na quantidade de pessoas lidando com doenças crônicas e na necessidade de cuidados paliativos (ALVES et al., 2014).

Em um cenário complexo e desafiador, os cuidados paliativos surgem como uma abordagem inovadora no campo da saúde e tem conquistado mais espaço no Brasil nos últimos dez anos. Sua abordagem se diferencia significativamente da medicina tradicional ao priorizar o cuidado holístico, englobando a prevenção e o controle dos sintomas, para todos os pacientes que lidam com doenças graves que ameaçam suas vidas. Este conceito é de fato voltado para o paciente e seu ambiente considerado não só o indivíduo doente, mas também seus familiares, cuidadores e a equipe de saúde (MATSUMOTO, 2012).

Mesmo com o progresso da tecnologia e a competência dos profissionais no tratamento, em certos casos, a condição determinada pela doença não pode ser alterada. Assim, surge à inevitabilidade do processo de morte e morrer, presente no pensamento do idoso e de seus familiares (FONSECA; JUNIOR; FONSECA, 2012).

Assim, a percepção dos cuidados paliativos é fundamental para que a equipe de saúde esteja familiarizada e demonstre respeito aos valores espirituais e culturais dos pacientes, proporcionando-lhes espaços para resolver questões em aberto, especialmente àquelas relacionadas à família (COSTA; AUGUSTO, 2008).

Os cuidados paliativos no ambiente domiciliar é essencial para monitorar doenças possivelmente fatais, bem como garantir a continuação no desenvolvimento do cuidado proporcionando assistência integral, individualizada e holística, elaborando os cuidados mais adequados para os procedimentos limitados, assegurando, dessa forma, uma maior qualidade de vida ao indivíduo. (MOREIRA; JÚNIOR, 2023).

Dentro desse contexto, reconhecemos a importância fundamental do cuidado de enfermagem, dada à proximidade do enfermeiro com o paciente idoso, participando ativamente de suas jornadas. No enquadramento dos cuidados atenuantes, os especialistas assumem um papel essencial na promoção do alívio dos sintomas físicos, na gestão da dor e do suporte psicológico, por meio de abordagens humanizadas e empáticas. O enfermeiro deve possuir amplo conhecimento, em seu campo de atuação e demonstrar profissionalismo, imprescindíveis para execução eficaz e compassiva de suas responsabilidades (SOUSA; ALVES, 2015).

O profissional de enfermagem encontra-se à frente do recurso terapêutico como no alívio da dor e de outro sintoma proveniente da doença, assim como dos cuidados, buscar reduzir o sofrimento e promover o conforto e dignidade aos pacientes e familiares, atendendo às demandas primárias do bem-estar físico, espiritual, emocional e social (SILVA; ASSIS; PINTO, 2021).

Portanto, a atuação do enfermeiro está inerentemente ligada aos cuidados paliativos, pois ele proporciona um cuidado humanizado, visando assegurar conforto durante o final da vida do paciente. Essa abordagem visa não apenas a minimização dos sintomas de dor, mas também a provisão de suporte os familiares, estendendo-se mesmo após o falecimento do paciente (SANTOS et al., 2019).

Diante disso, deve-se demonstrar de que forma a atuação do enfermeiro da Estratégia da Saúde da Família em cuidados paliativos domiciliares, impacta a

qualidade de vida e o bem-estar da pessoa idosa em processo de envelhecimento. Esta revisão teve como objetivo compreender a importância dos cuidados paliativos domiciliares ao idoso, alinhado as competências do enfermeiro da Estratégia da saúde da Família.

O interesse do estudo surgiu para enfatizar a importância do enfermeiro dentro da Estratégia Saúde da Família, visando a sua participação em relação ao público idoso em seu processo de envelhecimento, e o impacto da atuação do profissional aos pacientes em cuidados domiciliares.

Baseando-se nessa pesquisa, as hipóteses levantadas foram que o enfermeiro que presta cuidados domiciliares busca fornecer atenção especializada e personalizada, com o objetivo de garantir conforto, qualidade de vida e bem-estar tanto para os pacientes e seus familiares durante o processo do envelhecimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CUIDADOS PALIATIVOS E O ENVELHECIMENTO

De acordo com a descrição da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgada em 1990 e atualizada em 2002, os cuidados paliativos representam uma abordagem destinada a aprimorar a qualidade de vida de pacientes (sejam adultos ou crianças) e seus familiares que lidam com questões relacionadas a doenças graves, que ameaçam a vida. Essa prática visa prevenir e aliviar o sofrimento através da identificação precoce, da avaliação adequada e do tratamento da dor e de outros desafios físicos, psicossociais ou espirituais (ANCP, 2018).

Os cuidados paliativos relacionam-se a uma abordagem integral, destinada a indivíduos de todas as idades que passam por um intenso sofrimento ligado à sua condição de saúde, seja por doenças graves, limitações decorrentes dessas doenças ou mesmo pelo processo natural de envelhecimento e sua diminuição funcional. Isso inclui aqueles que estão no estágio final de suas vidas, assim como os que não estão. Os cuidados paliativos têm um papel crucial não apenas na melhoria da qualidade de vida dos pacientes, mas também no suporte às suas famílias e cuidadores (JUSTINO et al., 2020).

O termo "cuidados paliativos" refere-se à assistência destinada a qualquer pessoa confrontada por uma doença potencialmente fatal, independentemente de ser

aguda ou crônica. Esses cuidados são implementados desde momento do diagnóstico da enfermidade, com o foco de perfeição a qualificação da vivência tanto dos pacientes quanto de suas parentelas (BRASIL, 2022).

O objetivo do cuidado paliativo é tratar o paciente e a família, para que possam aliviar o processo do luto, em conjunto com uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar (DIAS et al., 2019).

O Estatuto da Pessoa Idosa, regulamentado pela Lei 10.741/03, no artigo 1º, dispõe sobre esse público, afirmando que “é instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003).

De acordo com Lei 10.741/03, no artigo Art. 15º e 17º, dispõe:

É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo -lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas (BRASIL, 2003, Art.15).

À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável (BRASIL, 2003, Art. 17).

O envelhecimento é um processo contínuo e gradual de alterações naturais que começam durante o final da idade adulta, onde muitas funções corporais começam a declinar-se gradualmente. Envelhecer é chegar a uma fase da vida onde deveria ocorrer o envelhecimento saudável desfrutando de algo já conquistado. Entretanto, o outro ponto de relevância é observar que o fim da vida está mais próximo, fazendo uma retrospectiva de suas vidas, e começando, muitas vezes, a sentir a dor do luto antecipado de ter que deixar suas famílias (STEFANACCI, 2022).

O aumento da população idosa torna os cuidados paliativos ainda mais essenciais, visto que a medicina avança para aumentar a longevidade e evitar o abandono de pacientes com doenças crônicas que sobrevivem por muitos anos sem receber um cuidado humanizado (ALVES et al., 2007).

Envelhecer é um processo natural que marca uma fase da vida humana, manifestando-se por mudanças mentais, físicas e sociais, que impactam de forma singular cada pessoa. É um período em que o idoso, ao refletir sobre sua própria

trajetória, reconhece suas conquistas, mas também os desafios enfrentados, com a saúde muitas vezes sendo afetada de maneira significativa. No entanto, os cuidados paliativos surgem como abordagens essenciais para reduzir o sofrimento e aprimorar a qualidade de vida dos pacientes em fase terminal, buscando aliviar a dor e outros sintomas enfrentados nesse momento delicado (SANTOS, 2022).

A essência dos cuidados paliativos visa aliviar os sintomas, dores e sofrimentos de pacientes com doenças graves ou em estágio terminal, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida tanto para o paciente quanto para sua família. Esses cuidados direcionados aos idosos, que compõem um dos grupos mais vulneráveis em nossa sociedade, requerem um embasamento em conhecimentos e ações fundamentados em princípios éticos e bioéticas. Estes princípios devem priorizar o bem-estar do outro, com o devido respeito à dignidade e humanidade presentes também nos idosos em fase terminal (COSTA et al., 2016).

Assim, os cuidados paliativos têm a capacidade de ser incorporados no contexto multidisciplinar, possibilitando a aplicação de várias técnicas e abordagens para beneficiar a população idosa, visando aliviar o sofrimento, a dor, a angústia e outros sentimentos negativos, promovendo, assim, uma melhoria na qualidade de vida. Pesquisas indicam a importância da colaboração entre psicologia, nutrição, fisioterapia e enfermagem para garantir a eficácia dos cuidados prestados (GRECHI; REBOUÇAS, 2017).

Ademais, a quantidade de idosos que precisam de cuidados paliativos está aumentando devido à mudança demográfica atual. É importante aumentar o acesso dos idosos a esses cuidados, já que começar cedo com os cuidados paliativos para pessoas idosas é essencial para garantir uma melhor qualidade de vida no final (GARDINER et al., 2011).

Por fim, cuidar requer uma organização não apenas em relação às técnicas, mas também à dedicação dada ao paciente e à sua família, guiando-os sobre os desafios a serem superados e as maneiras de lidar com as dores que afetam a todos os envolvidos. É, portanto, imprescindível manter uma comunicação clara e regular entre a equipe de saúde, o paciente e seus familiares, a fim de estabelecer uma relação de confiança, elemento crucial na prestação de cuidados paliativos (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008).

1.1 O ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA NA ATUAÇÃO DOMICILIAR À LUZ DA PORTARIA 2436/17

A organização e distribuição das tarefas no trabalho da Atenção Primária à Saúde (APS) ou Estratégia Saúde da Família (ESF) são determinadas com base nas exigências de saúde da comunidade, como especificado na Política Nacional da Atenção Básica (Portaria 2436/2017). Destaca-se que as características do trabalho dos profissionais na ESF incluem o planejamento e realização das atividades de saúde, levando em consideração as necessidades da população; participação no planejamento de saúde local para ajustar as práticas de trabalho e o planejamento de acordo com as necessidades, realidade, desafios e oportunidades identificadas; e promoção de cuidados completos, contínuos e bem-organizados para uma população específica (BRASIL, 2017).

O enfermeiro da comunidade é a primeira linha de contato com os serviços de saúde, tendo, desta forma, maior proximidade com a população e oferecendo um cuidado mais preciso e adaptado às necessidades dos pacientes (RAMIREZ; RUIZ; MARTIN, 2017).

Os enfermeiros da ESF desempenham papel importante no tratamento dos pacientes, combinando competências técnicas amplas com habilidades interpessoais. Isso inclui a habilidade de identificar e descrever com precisão sinais e sintomas, além de manter uma comunicação eficaz com a família e o paciente. No entanto, eles ainda enfrentam desafios, como a necessidade de aprimoramento, para evoluir suas práticas profissionais. (FONSECA et al., 2022).

De acordo com a Portaria 2.436/2017o Art. 2º e 4º:

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (BRASIL,2017, Art.2º).

A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica. Parágrafo único. Serão reconhecidas outras estratégias de Atenção Básica, desde que observados os princípios e diretrizes previstos nesta portaria e tenham caráter transitório, devendo ser estimulada sua conversão em Estratégia Saúde da Família (BRASIL,2017, Art.4º).

Dentre as atribuições específicas dos enfermeiros atuantes na atenção básica, previstas no anexo 4.2.1, inciso I, da Portaria 2.436/2017, inclui “Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida”. (BRASIL, 2017,4. 2.1).

A atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde para os pacientes em cuidados paliativos, assim como para a família e a comunidade, destaca como o ponto central à promoção da qualidade de vida da sua comunidade. A eficácia no exercício da função deve ser baseada na habilidade de personalizar o atendimento, promover uma comunicação eficaz com o paciente e sua família, assegurar a continuidade dos cuidados e oferecer suporte ao papel desempenhado pelo cuidador familiar (CARDOSO et al., 2019).

Durante a prestação de cuidados paliativos em casa, é essencial que o enfermeiro esteja familiarizado com o histórico clínico e a situação atual do paciente. Em seguida, através de visitas domiciliares, é fundamental que avalie o ambiente onde os cuidados serão prestados, destacando tanto as capacidades quanto as vulnerabilidades presentes. Ao reconhecer as necessidades essenciais do paciente no ambiente residencial, o enfermeiro consegue elaborar um diagnóstico preciso, viabilizando a elaboração de um plano de cuidados que deve ser constantemente reavaliado conforme a evolução do paciente (JUSTINO et al., 2020).

A assistência integral aos cuidadores e familiares é uma das funções essenciais dos cuidados paliativos. O enfermeiro permanece próximo da família desde o diagnóstico até o final da doença e da morte, estabelecendo um vínculo que envolve ambas as partes e não deve ser interrompido abruptamente após o falecimento do paciente (PILATTI et al., 2017).

O enfermeiro desempenha um papel de extrema importância para as famílias, uma vez que possui habilidades e competências para compreender integralmente o ser humano. Ele se destaca na prestação de cuidados de saúde holísticos, na capacidade de acolher e se identificar com as necessidades e expectativas dos indivíduos e suas famílias, além de ter sensibilidade para lidar com as diferenças sociais. Ademais, o enfermeiro demonstra habilidade em fomentar a interação e a conexão entre as pessoas, a equipe de saúde familiar e a comunidade (BACKES et al., 2010).

Logo, podemos perceber que a atuação do enfermeiro e a integração interdisciplinar na assistência domiciliar na ESF são limitadas, reforçando a importância de uma capacitação específica para assegurar a efetiva aplicação dos cuidados paliativos nesse contexto. Isso pode evidenciar a necessidade de adquirir novos conhecimentos sobre cuidados paliativos para fortalecer e aprimorar suas competências profissionais (SOUSA; ALVES, 2015).

Assim, a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção da assistência às famílias, facilitando sua preparação de acordo com as demandas necessárias para o cuidado, especialmente em um ambiente domiciliar. Durante a prestação de cuidados, é fundamental fornecer orientações, suporte e acompanhamento, pois isso favorece o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que podem aprimorar a qualidade da assistência prestada (COPPETTI et al., 2018).

2.2 COMPETÊNCIAS DO ENFERMEIRO AO PACIENTE IDOSO EM CUIDADOS PALIATIVOS DOMICILIARES

O enfermeiro é um dos principais profissionais que compõe a linha de frente na atenção domiciliar subdividida nas modalidades de atendimento, internação e visita domiciliar. O atendimento domiciliar envolve as ações assistenciais e educativas para pacientes e suas famílias, a internação domiciliar consiste na prestação de cuidados sistematizados e diurnos apoiados por medicamentos e tecnologias, e a visita domiciliar é pautada em contato pontual do enfermeiro à avaliação das demandas dos pacientes e das famílias, bem como de suas rotinas, para traçar objetivo específico em saúde e, conseqüentemente, o estabelecimento de um plano assistencial coerente (COFEN, 2014).

Nesse contexto, cabe mencionar que a atuação do enfermeiro diante do idoso domiciliado necessitado de cuidados paliativos na Estratégia da Saúde da Família (ESF), deve visar não só promover qualidade de vida ao referido paciente, mas à sua família por meio da garantia de assistência integral, digna e humanizada, capaz de amenizar os impactos decorrentes do enfrentamento da enfermidade responsável pela terminalidade da vida e, portanto, de minimizar o sofrimento físico e emocional dos envolvidos (FONSECA et al., 2022).

Dentre os impactos causados pelo idoso domiciliado, se destacam a dor, aliviada pelos cuidados paliativos, e possíveis sintomas cujo controle do surgimento é dificultado, mas que são abrandados pelos referidos cuidados, sendo que eles variam conforme a enfermidade, sendo, o mais recorrente, o câncer em fase metastática. Pode-se afirmar, assim, que a atuação adequada do enfermeiro diante do idoso domiciliado necessitado de cuidados paliativos é essencial em relação à sua importância por dignificar o processo em que se encontra o paciente e a família (LIMA; MOREIRA, 2023).

Para que a atuação do enfermeiro no referido contexto seja adequada, ela deve se basear na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), permeada por normas, rotinas e protocolos validados e revisados regularmente por órgãos como o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Dessa forma, sendo a operacionalização do processo de Enfermagem, a Sistematização da Assistência de Enfermagem se compõe de etapas de atuação correlacionadas e interdependentes (PASSOS; VOLPATO, 2023).

A primeira etapa do Processo de Enfermagem se refere à anamnese do paciente para obtenção das informações sobre o seu quadro de saúde, bem como à realização do exame físico, o qual corresponde à inspeção, palpação, percussão e ausculta. A inspeção é a verificação de anormalidades na aparência do corpo do paciente; a palpação é a verificação de anormalidades em glândulas, músculos, órgãos e ossos por meio do toque; a percussão é a verificação de posição e tamanho de uma estrutura por meio da execução de uma manobra rápida; a ausculta é a verificação de anormalidades no coração e nos pulmões por meio da avaliação de seus sons, sendo que o coração deve apresentar ritmo regular, uniforme e batida com intensidade moderada e o pulmão não deve apresentar sons (NETTINA, 2021).

O diagnóstico, segunda etapa do Processo de Enfermagem, é a definição da enfermidade do paciente, a ser tratada por meio do planejamento de Enfermagem conforme seus sintomas, sendo ele referente à recomendação de ações cabíveis de cuidado a serem seguidas, colocadas em prática, ao que se denomina implementação, baseada em linguagem padronizada, como a NANDA Internacional. A última etapa, por fim, é o julgamento do enfermeiro acerca da eficácia da prescrição,

após execução das ações cabíveis e consequente acompanhamento da evolução do quadro do paciente (CANTERAS et al., 2017).

Finalmente, para o correto seguimento das etapas do Processo de Enfermagem, o enfermeiro deve possuir uma série de competências, definidas como o conjunto dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o alcance de um objetivo, o qual, assim, se revela no saber agir, nas atitudes responsáveis que geram valor social e o consequente reconhecimento de terceiros. Tais competências são de caráter geral e específico (CIANCIARULLO; GUALDA, 2001).

Quanto às competências de caráter geral, são exemplos: avaliar o impacto de todas as terapias aplicadas ao paciente; compor a equipe multiprofissional para planejamento e avaliação de ações de saúde aplicadas ao paciente na terminalidade; focar no paciente e em sua família como alvos de cuidados da equipe multiprofissional; encaminhar paciente e família para programas psicossociais e espirituais de apoio durante o enfrentamento da enfermidade e do luto; tratar de modo eficaz, com a equipe de saúde e a comunidade, sobre questões da terminalidade da vida (ALVES; SOUSA, 2015).

Em relação às competências de caráter específico, temos como exemplo compor a equipe multiprofissional para avaliação e manejo das necessidades psicossociais e espirituais do paciente e da família, bem como à tomada de decisão com a família sobre questões éticas acerca de cuidados e tratamentos e na comunicação de más notícias ao paciente e à família; empregar comunicação adequada, com paciente, familiares e cuidadores, à discussão da terminalidade da vida; traçar plano de intervenção em luto para apoio de familiares e cuidadores na fase pós-morte do paciente (ALVES; SOUSA, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo revisão integrativa de literatura, cujo objetivo foi discutir sobre atuação profissional do enfermeiro nos cuidados paliativos em ambiente domiciliar, seguiu critérios de procedimentos metodológicos que contribuíram na busca de respostas para o tema proposto.

A citada revisão bibliográfica seguiu uma abordagem de pesquisa qualitativa, que, segundo MINAYO et al. (2002), tem os métodos aplicados à pesquisa histórica, dos relacionamentos, comparações, crenças, opiniões e concepções, sendo objeto da interpretação de como vivem os humanos, em relação aos seus pensamentos, sentimentos e na construção de seus artefatos.

A revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental nos cursos de graduação, representando uma das habilidades primordiais a serem desenvolvidas. Ela constitui um dos primeiros passos em atividades acadêmicas e é indispensável para a realização de pesquisas de campo ou laboratório. Além disso, são essenciais em diferentes contextos acadêmicos, como seminários, painéis, debates, resumos críticos e monografias. Esta prática é obrigatória para delimitação de um tema de trabalho, em pesquisas exploratórias, citações, no aprofundamento do assunto e na conclusão de trabalhos (ANDRADE, 2010).

A pesquisa sucedeu no idioma português, espanhol e inglês, permitindo a análise e a síntese das idéias para dissertar sobre o tema escolhido. O recorte temporal dos artigos foram 2001 a 2023. Ainda, no presente estudo foram utilizados artigos disponíveis nas seguintes bases de dados: Google acadêmico, Scielo, biblioteca virtual de saúde (BVS), Ministério da saúde, Academia Nacional de Cuidados Paliativo (ANCP) e INCA (Instituto Nacional do Câncer). Os descritores utilizados na pesquisa foram: Cuidados paliativos, enfermagem, paciente domiciliado, pessoa idosa, Estratégia de Saúde da Família.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para aprofundamento e discussão do tema foram selecionados os artigos que correspondiam ao assunto do estudo. No quadro a seguir está disposto o referencial teórico dos artigos escolhidos os quais estão agrupados de acordo com numeração, autor/ano, tipo de pesquisa, título e resultado. Foram encontrados 37 (trinta e sete) fontes bibliográficas, dentre elas 1 (uma) Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 13 (treze) artigos, 3 (três) Ministério da Saúde, 1 (uma) Portaria do Ministério da Saúde, 1 (uma) Lei, 1 (uma) Resolução do Cofen, 8 (oito) Revista, 6 (seis) livros, 2 (dois) Trabalhos de enfermagem, 1 (um) Manual.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos selecionados e analisados sobre a temática: Atuação do enfermeiro à Pessoa Idosa em Cuidados Paliativos Domiciliares.

Nº	AUTOR/ ANO	FONTE	TITULO	TIPO DE PESQUISA	RESULTADO
1	ALVES et al., 2007.	Caderno de saúde pública	A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil	Estudo epidemiológico transversal	Investigar a influência de doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos.
2	ALVES et al., 2019.	Psicologia: ciência e profissão.	Cuidados Paliativos: Alternativa para o Cuidado Essencial no Fim da Vida	Revisão de literatura	Evidenciou a importância do aprofundamento e disseminação desse tema cuidados paliativos nos meios acadêmico, profissionais e da sociedade de um modo geral.
3	ALVES, Fernandes et al., 2014.	Railda et Psicologia, Saúde e Doenças	Saberes e práticas sobre cuidados paliativos segundo psicólogos atuantes em hospitais públicos.	revista científica	Identificou a fragilidade no preparo dos profissionais da saúde para o exercício desses cuidados.
4	ANCP, 2018.	Academia nacional de cuidados paliativos	Anpc Divulga Panorama dos Cuidados Paliativos no Brasil	Estudo qualitativo	Evidenciou que no Brasil é frequente que pessoas com doenças graves frequentemente vivam com dor não controlada e sem receberem um adequado cuidado paliativo.
5	BACKES et al., 2012.	Ciência & Saúde Coletiva	O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família	Estudo qualitativo-exploratório	Evidenciou que o Sistema Único de Saúde e, de modo especial a Estratégia Saúde da Família, podem/devem ser considerados estratégias facilitadoras e estimuladoras do processo de ampliação e consolidação do cuidado de enfermagem como prática social empreendedora.

6	BRASIL,Ministério da saúde. gabinete do ministro, 2017.	Site ministério da saúde	Portaria n° 2.436, de 21 de setembro de 2012	Portaria	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
7	BRASIL,Ministério da saúde, 2022.	Site ministério da saúde	Ministério da Saúde amplia cobertura de atendimento ao câncer	Saúde vigilância sanitária	e Estratégias que supressão hábitos que contribuem para surgimento de patologias através da atenção primaria a saúde
8	Brasil. Ministério da Saúde,2007.	Ministério da Saúde	Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.	Manual Técnicos	Oferecer alguns subsídios técnicos específicos em relação à saúde da pessoa idosa de forma a facilitar a prática diária dos profissionais que atuam na Atenção
9	BRASIL, 2003.	Site planalto.gov	Lei nº 10.741/03	Lei	Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências
10	CANTERAS, L. et al.,2017.	Guia prático	Procedimentos de Enfermagem: guia prático.	Livro	Visa garantir condutas e os melhores cuidados de Enfermagem.
11	CARDOSO et al., 2019	Revista enfermagem em foco	Rede de apoio e sustentação dos cuidadores familiaresde pacientes em cuidados paliativos no domicilio	Estudo qualitativo	Conhecer a rede de apoio e sustentação dos cuidadores familiares de pacientes em cuidados paliativos no domicilio
12	CIANCIARULLO, Tamara Iwanow.,2001.	Informação e Conheciment o para a Saúde	Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências.	Estudo diagnóstico	Identificou a vivência de 20 anos, das enfermeiras que têm crenças no processo de enfermagem como um método de trabalho que orienta o cuidado individualizado ao cliente e que conduz a uma prática de enfermagem emancipatória.

13	COFEN, 2014.	Site COFEN	do	Resolução COFEN 0464/2014	Nº	Resolução	Dispõe sobre as competências do profissional enfermeiro no atendimento domiciliar.
14	COPPETTI et al., 2019	ABCS Health Sciences		Produção científica de enfermagem sobre o cuidado familiar de idosos dependentes no domicílio		Revisão narrativa	Conclui-se que o foco principal é o cuidador familiar enfatizando vivências, experiências de vida, qualidade de vida, sobrecarga, sentimento de ser cuidador e suporte social..
15	CORREIA, Fernanda Ribeiro; DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado,2012.	Revista latino- americana de enfermagem		Avaliação da qualidade de vida em contexto de cuidados paliativos: uma revisão integrativa da literatura.		Artigo de Revisão	Identificou os instrumentos de avaliação já desenvolvidos e validados às diferentes culturas, possibilitando ampliar conhecimentos nesse campo.
16	COSTA, R.S. DA et al .2016	Saúde debate	em	Reflexões bioéticas acerca da promoção de cuidados apliativos		Revisão de literatura	Compreender a relação dos princípios da bioética nas demandas que permeiam os cuidados paliativos a pacientes idosos, na perspectiva de poder oferecer uma sobrevida digna.

17	DA SILVA, G. F.; DE ASSIS, M. T.B.;PINTO,N. BB. F. 2021.	Brazilian Journal of Development	Cuidados paliativos na criança com câncer: o papel do enfermeiro na assistência do cuidar	Revisão de literatura	de	Analisar a percepção do enfermeiro diante da pessoa com câncer sob cuidados paliativos, e o cuidado a criança adolescente com câncer.
18	DIAS et al. 2019	Revista acervomais	Anais do VI Congresso Cearensense Geriatria e Gerontologia	Revisão de literatura	de	Revisar e analisar a relevância dos cuidados paliativos para o idoso.
19	FONSECA, A. C. DA; MENDES JUNIOR, W. V.; FONSECA, M. DE J. M. DA, 2012	Revista brasileira de terapia intensiva	Cuidados paliativos para idosos na unidade de terapia intensiva: revisão sistemática	Revisão sistematica		Concluiu-se aprofundar o conhecimento em cuidados paliativos visando melhorar a relação entre pacientes, seus familiares e a equipe de saúde
20	FONSECA, L. DOS S. et al. 2022	Revista brasileira de cancerologia	Atuação do enfermeiro em cuidados paliativos na atenção primária a saúde : revisão integrativa	Revisão integrativa		Identificou que os enfermeiros possuíam conhecimento superficial acerca dos CP na APS, evidenciando a necessidade de educação continuada para promover a sua atuação em CP
21	GÁLVEZ RAMÍREZ, Beatriz; SAMANI EGO RUIZ, María Jesús; CAMBIL MARTÍN, Jacobo 2017	Revista Eugenio espejo	Caso relacionado com El proceso asistencial integrado cuidados paliativos em atención primaria de salud	Estudo de Caso	de	Demonstrar que o plano de cuidados vão desde a identificação até a prestação de cuidados ao doente nos últimos dias de vida.
22	GARDINER, C. et al. 2011	Age and ageing	Barreiras à prestação de cuidados paliativos a idosos em hospitais de agudos	Exploratório de estudo qualitativo		Constataram-se inúmeras barreiras à prestação de cuidados paliativos de alta qualidade para pessoas idosas em ambientes hospitalares
23	GRECHI, A. G. S.; REBOUÇAS, D. A. S.; DEDICAÇÃO, A. C, 2017.	Revista Kaïros Gerontologia.	Assistência de enfermagem destinada a idosos institucionalizados em cuidados paliativos	Pesquisa descritivo-quantitativa, por meio de revisão narrativa de literatura		Concluiu-se que há necessidade de reestruturação de sistema e formas de atendimento aos idosos.

24	JUSTIN O, E.T. et al. 2020	SciELO/ revista Latino-Americana de enfermagem Em	Os cuidados paliativos na atenção primária a saúde: scoping review	Artigo de revisão	de	Evidenciar os cuidados paliativos na atenção primária a saúde vem sendo gradativamente desenvolvidos.
25	LIMA, S.; MOREIRA, R. 2023	Repositório Universitario da Ânima	Cuidados paliativos no contexto domiciliar: atuação do enfermeiro na assistência ao paciente do diagnóstico de câncer	Artigo científico	de	Constatou-se que os cuidados paliativos no contexto domiciliar se faz necessário para acompanhamento de pacientes acometidos por doenças que ameaçam a vida, bem como garantir a continuação no desenvolvimento do cuidado, prestando uma assistência integral, individualizada e holística
26	MATSUMOTO, Dalva Yukie; CARVALHO, RT; PARSONS, H, 2012.	Manual de cuidados paliativos ANCP	Cuidados paliativos: conceitos, fundamentos e princípios.	Livro		É um guia abrangente para profissionais de saúde, focando nos princípios e práticas essenciais para oferecer cuidados Paliativos
27	MOREIRA, Rebeca Gonzaga, LIMA JÚNIOR, Samuel, 2023.	Anima educação	Cuidados Paliativos no contexto domiciliar: Atuação do Enfermeiro na Assistência ao paciente com diagnóstico de câncer	Revisão integrativa		Evidenciou que os Cuidados paliativos e necessários, assim como a assistência prestada, individualizada e holísticos.
28	NETTINA, Sandra M. et al. ,2021.	Décima primeira Edição	Prática de enfermagem	Livro		Oferecer recentes pesquisas na área e inclui novos temas e recursos que facilitam o acesso às informações na prática e traduzem o conhecimento para uma melhor assistência.
29	OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de; RT, Carvalho, 2008.	Cadernos Cremesp	Bioética: refletindo sobre os cuidados	Livro		Evidencia experiência em cuidados paliativos de autores e autoras

						com rigor metodológico e científico exigido uma publicação de impacto na área da saúde
30	PILATTI, P. et al., 2017.	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Cuidados paliativos oncológicos em um serviço público de Atenção domiciliar	Estudo transversal com coleta de dados	Permitiu-identificar as demandas e evidenciou a necessidades de cuidados mais complexos de possível realização a domicilio pela equipe de saúde ou cuidador.	
31	PRATA, Henrique Moraes, 2017	Editora Manole LtDa.	Cuidados paliativos e direitos do paciente terminal.	Livro	Conhecer as intervenções e analisar as implicações da medicalização do processo de morrer nos direitos da personalidade de pacientes em estado terminal.	
32	Resolução 41,2018.	Nº Ministério da Saúde	Resolução nº 41, de 31 de Outubro de 2018	Resolução	Dispõe sobre as diretrizes para a organização dos cuidados paliativos, à luz dos cuidados continuados integrados, no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS).	
33	SANTO S, 2022	Pontifícia Universidade Católica de Goiás- PUC	O envelhecer na modernidade: cuidados paliativos de enfermagem em idosos com doenças crônicas	Pesquisa bibliográfica, narrativa.	Notou-se que os cuidados paliativos são essenciais em diferentes respectivas, visando garantir melhor qualidade de vida.	
34	SANTOS, R. J. L. L. et al.,2019.	Brazilian Journal of health Review	O enfermeiro e os cuidados paliativos proporcionados ao idoso terminal internado em UTI.	Revisão bibliográfica	Evidenciou que os enfermeiros devem apresentar um atendimento humanizado ao seu paciente, onde precisa respeitá-lo e oferecer apoio a ele e aos seus familiares, usando como estratégia a Sistematização de Assistência de Enfermagem.	

35	SOUSA, J. M.; ALVES, E. D., 2015	Acta Paulista de Enfermag em	Competências do enfermeiro para o cuidado paliativo na atenção domiciliar. Acta	Estudo exploratório	Identificou o consenso favorável às competências propostas indica o reconhecimento do cuidado paliativo como prática assistencial de enfermagem na atenção domiciliar
36	STEFANACCI, R. G.,2022	Manual MSD Versão Saúde para a Família	Considerações gerais sobre o envelhecimento	Manual	Demonstrou as mudanças nas funções corporais começam a declinar- se gradualmente.
37	VOLPATO, Andrea Cristine B. et al.,2007.	Editora Martinari	Técnicas básicas de enfermagem	Livro	Demonstrou os instrumentos de ajuda aos profissionais, para o aperfeiçoamento técnico-científico dos procedimentos de Enfermagem.
38	WHO,2002	World Health Organizat ion (WHO)	Cuidado Paliativo	Políticas diretrizes	e Evidenciou-se a importância da inclusão dos cuidados paliativos na abordagem dos cuidados primários, assim desenvolvendo ferramentas para acompanhar

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento traz consigo desafios únicos que requerem atenção especial, como as mudanças nas funções corporais, emocionais, o aumento da vulnerabilidade e as doenças relacionadas à senilidade, fazendo com que surja, portanto, necessidade de cuidados mais específicos desse público.

Dentro desse contexto, destacam-se os cuidados paliativos oferecidos as pessoas idosas, representando uma maneira importante e atualizada da assistência voltada pra essa população, devido às transformações sistemáticas enfrentadas pelo público idoso durante o processo de envelhecimento.

Portanto, o cuidado centrado no paciente, aliado á atuação do enfermeiro da Estratégia da Saúde da Família desempenha um papel essencial nesse contexto, promovendo não apenas o alívio dos sintomas físicos, mas também o suporte emocional e espiritual necessário para garantir uma assistência holística e acolhedora aos idosos em cuidados paliativos domiciliares e seus familiares.

Conclui-se, portanto, que os cuidados paliativos desempenham um papel fundamental na qualidade de vida de pacientes em fase terminal e seus familiares. Logo, o enfermeiro, nesse contexto, desempenha papel fundamental para garantir a assistência de qualidade e com atuação humanizada ao paciente e seus familiares, promovendo os cuidados paliativos adequados e contribuindo significativamente para o conforto, dignidade e qualidade de vida das pessoas idosas e sua família.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, LC et al. *A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil* . Cadernos de Saúde Pública, v. 8, pág. 1924–1930, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/csp/a/sWxfSRJprVjDXNwfgXbhBSB/#:~:text=Os%20resultados%20deste%20estudo%20demonstraram,a%20doença%20pulmonar%20em%2050%25> . Acesso em: 22 mar. 2024.

ALVES, RSF et al. *Cuidados Paliativos: Alternativa para o Cuidado Essencial no Fim da Vida* . Ciência e Profissão, v. 39, p. e185734, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/pcp/a/NSScM87z94MQRGL8RPtBGzJ/> . Acesso em: 28 abr. 2024.

ALVES, RF et al. *Saberes e práticas sobre cuidados paliativos segundo psicólogos atuantes em hospitais públicos* . Psicologia, Saúde e Doenças, v. 1, pág. 78-96 , 2014. Disponível em : <https://www.redalyc.org/pdf/362/36231157008.pdf> . Acesso em: 19 mar. 2024.

ANCP divulga Panorama dos Cuidados Paliativos no Brasil . Disponível em: <https://paliativo.org.br/anpc-divulga-panorama-dos-cuidados-paliativos-no-brasil/> . Acesso em: 20 de maio. 2024.

BACKES, DS et al. *O papel do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia saúde da família*. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n1/223-230>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Ministério da Saúde amplia cobertura de atendimento ao câncer*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/ministerio-da-saude-amplia-cobertura-de-atendimento-ao-cancer>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *RESOLUÇÃO Nº 41, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2018/res0041_23_11_2018.html. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/velhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 22 mar. 2024.

CANTERAS, L. et al. *Procedimentos de Enfermagem: guia prático*. São Paulo: Guanabara Koogan, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/45512549/Carmagnani_Procedimentos_de_Enfermagem20190904_109453_k8zimj. Acesso em: 22 mar. 2024.

CARDOSO, AC et al. *Rede de apoio e sustentação de cuidadores familiares de pacientes em cuidados paliativos no domicílio*. *Enfermagem em Foco*, v. 3, 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view>

/1792 . Acesso em: 28 abr. 2024.

CIANCIARULLO, TI *Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências* . In: *Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências* , 2001. p. 303-303. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-528544> . Acesso em: 28 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. *Resolução COFEN Nº 0464/2014* . Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04642014/> . Acesso em: 28 abr. 2024.

COPPETTI, LDC et al. *Produção científica de enfermagem sobre o cuidado familiar de idosos dependentes no domicílio* . ABCS Ciências da Saúde, v. 1, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7322/abcshs.v44i1.1119> . Acesso em: 28 abr. 2024.

CORREIA, FR; DE CARLO, MMRP *Avaliação da qualidade de vida em contexto de cuidados paliativos: uma revisão integrativa da literatura* . Revista Latino - Americana de Enfermagem , v . Acesso em: 21 mar. 2024.

COSTA, RS et al. *Reflexões bioéticas sobre a promoção de cuidados paliativos a idosos* . Saúde em Debate, v. 108, pág. 170–177, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2016.v40n108/170-177/pt/> . Acesso em: 28 abr. 2024.

DA SILVA, GF; DE ASSIS, MTB; PINTO, NB *Cuidados paliativos na criança com câncer: o papel do enfermeiro na assistência do cuidar* . Revista Brasileira de Desenvolvimento, v. 7, n. 5, pág. 53524–53540, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30546> . Acesso em: 28 out. 2023.

DIAS, LFF et al. *A importância dos cuidados paliativos no envelhecimento: uma revisão de literatura* . In: *Anais do VI Congresso Cearense de Geriatria e Gerontologia* . pág. 13. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/3403/3433#page=13> . Acesso em: 20 de maio. 2024.

FONSECA, AC DA; MENDES JÚNIOR, WV; FONSECA, M. DE JM DA. *Cuidados paliativos*

para idosos na unidade de terapia intensiva: revisão sistemática . Revista Brasileira de Terapia Intensiva, v. 2, pág. 197–206, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/c6Wbx7RsgZRMTGzbc9MxSsf/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22 mar. 2024.

FONSECA, L. dos S. et al. *Atuação do enfermeiro em cuidados paliativos na atenção primária à saúde: revisão integrativa* . Revista Brasileira de Cancerologia, v. 1, pág. 071383, 2022. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1383> . Acesso em: 22 mar. 2024.

GÁLVEZ RAMÍREZ, B.; SAMANIEGO RUIZ, MJ; CAMBIL MARTÍN, J. *Caso relacionado com o processo assistencial integrado cuidados paliativos em atenção primária de saúde* . Revista Eugenio Espejo, v. 2, pág. 65-74, 2017. Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2661-67422017000200065 . Acesso em: 28 abr. 2024.

□ GARDINER, C. et al. *Barriers to Providing palliative care for older people in acute hospitals* . Age and Ageing, v. 40, n. 2, p. 233–238, 2011. Disponível em : <https://academic.oup.com/ageing/article/40/2/233/471113?login=false> . Acesso em : 24 mar . 2024 .

GRECHI, AGS; REBOUÇAS, DAS; DEDICAÇÃO, AC *Assistência de enfermagem destinada a idosos institucionalizados em cuidados paliativos* . Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 4, pág. 431–442, 2017. DOI: 10.23925/2176-901X.2017v20i4p431-442. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairós/article/view/40852> . Acesso em: 18 mai. 2024.

JUSTINO, ET et al. *Os cuidados paliativos na atenção primária à saúde: scoping review* . Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 28, p. e3324, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/HWx6CGNM9QFVMKPLt55NyyP/?lang=pt> . Acesso em: 22 mar. 2024.

KALACHE, A.; VERAS, RP; RAMOS, LR *O envelhecimento da população mundial: um desafio novo* . Revista de Saúde Pública, v. 3, pág. 200–210, 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/RRbSJj3PsLtCXyLPqzTJh6Q/?format=html> . Acesso em: 28 abr. 2024.

LIMA, S.; MOREIRA, R. *Cuidados paliativos no contexto domiciliar: atuação do enfermeiro na assistência ao paciente com diagnóstico de câncer* . 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35804> . Acesso em: 22 mar. 2024.

MATSUMOTO, DY; CARVALHO, RT; PARSONS, H. *Cuidados paliativos: conceitos, fundamentos e princípios*. Manual de Cuidados Paliativos ANCP, v. 2, pág. 23-24, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5906161/mod_folder/content/0/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

MOREIRA, RG; LIMA JÚNIOR, S. *Cuidados paliativos no contexto domiciliar: atuação do enfermeiro na assistência ao paciente com diagnóstico de câncer*. Animaeducacao, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/a7bc3434-f278-411f-936b-9e95371d0940>. Acesso em: 16 de maio. 2024.

NETTINA, SM et al. *Prática de enfermagem*. In: *Prática de enfermagem*, 2021. p. 35, 1584-35, 1584.

OLIVEIRA, RA; CARVALHO, RT *Bioética: refletindo sobre os cuidados*. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Cuidado paliativo, São Paulo, p. 573-81, 2008. Disponível em: https://www.cremesp.org.br/library/modulos/publicacoes/pdf/livro_cuidado%20paliativo. Acesso em: 18 mar. 2024.

PILATTI, P. et al. *Cuidados paliativos oncológicos em um serviço público de atenção domiciliar*. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 39, pág. 1–10, 2017. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/8597b>. Acesso em: 24 mar. 2024.

□ PRATA, HM *Cuidados paliativos e direitos do paciente terminal*. 2017. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108837/cuidados_paliativos_direitos_prata.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

SANTOS, LC de S. *O envelhecer na modernidade: cuidados paliativos de enfermagem em idosos com doenças crônicas*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5582>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, RJLL et al. *O enfermeiro e os cuidados paliativos prestados ao idoso terminal internado em UTI*. Revista Brasileira de Revisão de Saúde, v. 2, n. 6, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1305>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUSA, JM; ALVES, ED *Competências do enfermeiro para o cuidado paliativo na atenção domiciliar*. Acta Paulista de Enfermagem, v. 3, pág. 264–269, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/tc4wxZ8bRw5YcXqd7Dzdh9v/#>. Acesso em: 22 mar. 2024.

STEFANACCI, RG *Considerações gerais sobre o envelhecimento* . Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/quest%C3%B5es-sobre-a-sa%C3%BAde-de-pessoas-idosas/o-envelhecimento-corporal/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-o-envelhecimento> . Acesso em: 18 mai. 2024.

Vista do Cuidados Paliativos Oncológicos em um Serviço Público de Atenção Domiciliar . Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1339/846> . Acesso em: 28 abr. 2024.

VOLPATO, ACB et al. *Técnicas básicas de enfermagem* . In: *Técnicas básicas de enfermagem* , 2007. p. 271-271. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-691618> . Acesso em: 28 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Programas nacionais de controle do câncer: políticas e diretrizes gerenciais* . 2. ed. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/palliative-care> . Acesso em: 10 mai. 2024 .

BENEFÍCIOS DA CONSULTORIA DE AMAMENTAÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Paula Dos Santos Cardoso¹, Débora Rodrigues Esteves¹

Dulcimar Pereira²

Marieli Thomazini Piske Garcia³

¹Acadêmicas do curso de Enfermagem.

²Doutora em educação- Docente Multivix- Cariacica.

³Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo – Docente Multivix – Cariacica.

RESUMO

A amamentação é amplamente reconhecida como um elemento fundamental para a saúde tanto da criança quanto da mãe, conferindo benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais. No entanto, apesar de sua importância, muitas mães enfrentam desafios significativos que podem dificultar o estabelecimento e a manutenção dessa prática. Nesse contexto, os profissionais de consultoria de lactação fornecem suporte técnico e emocional para auxiliar as mães a superar obstáculos específicos relacionados à amamentação. O objetivo deste estudo é apresentar os benefícios do consultor durante o aleitamento materno e introduzir o enfermeiro como consultor em lactação. Trata-se de uma revisão integrativa, qualitativa, utilizando as bases de dados MEDLINE e LILACS no período de 2013 a 2023. Foram selecionados 05 artigos nas bases de dados que respondem a pergunta norteadora. A atuação dos consultores em lactação desempenha um papel crucial no apoio às mães durante o processo de amamentação, oferecendo apoio especializado, educação e informação, prevenção de problemas e personalização do cuidado, aumentando a durabilidade do aleitamento. E na consultoria realizada pelo enfermeiro, destaca suas habilidades em prestar assistência na amamentação e lidar com possíveis intercorrências.

Palavras-chave: Enfermagem; consultores; aleitamento materno.

1 INTRODUÇÃO

A amamentação é definida como um ato de amamentar uma criança através do leite materno, está relacionada a contexto social e histórico e é influenciada por fatores socioeconômicos e familiares. A amamentação ultrapassa a barreira de valor nutricional, auxiliando na criação e fortalecimento do laço entre o binômio mãe e filho, com impacto

no estado nutricional da criança capaz de preveni-la de infecções e influenciando positivamente na sua fisiologia e seu desenvolvimento cognitivo e emocional, contribuindo para sua saúde a longo prazo, além de acarretar uma boa saúde física e psíquica para a mãe (Silva *et al.*, 2020).

Conforme as preconizações do Ministério da Saúde (MS) a amamentação é indicada como principal fonte alimentar para a criança durante os seis primeiros meses de vida, seguida pela sua continuidade até os dois anos de idade ou mais e complementada pela introdução gradual de alimentos adequados. Tal diretriz visa assegurar ao bebê os benefícios nutricionais e imunológicos essenciais do leite materno, fundamentais para seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, a amamentação prolongada nutre os laços afetivos entre mãe e filho, contribuindo para a prevenção de doenças que possam afetar tanto as mães quanto os bebês (Ministério da Saúde, 2022).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) apenas 4 a cada 10 crianças que nascem no mundo recebem o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até os seis meses de vida, como recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS) (OPAS, 2021). No Brasil, o Estudo Nacional de Aleitamento Materno (ENANI) realizado entre 2019 e 2020 indicou que a prevalência do AME em crianças com menos de 4 meses foi de 60%. Além disso, a taxa de AME em crianças com menos de 6 meses alcançou 45,8%. Vale destacar que essa prática foi mais frequente na região sul do Brasil, com 53%, enquanto na região Nordeste a taxa foi de 38%. Esses números ressaltam a variação regional na promoção do aleitamento materno exclusivo no país (Enani, 2019).

No município de Canoas, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, uma pesquisa conduzida por Brusco e Delgado (2014), envolvendo um grupo de 32 neonatos prematuros, constatou que apenas 12 destes recém-nascidos puderam receber aleitamento materno de forma exclusiva. No entanto, a duração média deste aleitamento foi de somente 31 dias. Adicionalmente, o estudo apontou que uma porção considerável das mães entrevistadas enfrentou dificuldades significativas para amamentar, como por exemplo a prematuridade dos bebês. Além disso, observou-se que fatores como o baixo nível de escolaridade das mães e a reduzida renda familiar contribuíram para esses desafios.

O leite materno, além de ser uma fonte primordial de nutrição, é dotado de anticorpos e elementos imunológicos que conferem proteção contra diversas doenças, promovendo, assim, um desenvolvimento saudável (Organização Mundial da Saúde,

2003). A fim de assegurar uma amamentação eficaz, é imprescindível que a mãe adote uma postura confortável durante o aleitamento, orientando o lactente de modo que sua sucção envolva não apenas o mamilo, mas também uma porção da aréola, garantindo, desse modo, uma adequada pega. A prática de alternar os seios durante as mamadas, estimular a produção láctea e buscar orientação profissional constituem medidas importantes para viabilizar um aleitamento materno bem-sucedido (Galvão *et al.*, 2011).

A intervenção do enfermeiro capacitado no contexto do aleitamento materno revela-se relevante, tendo como objetivo o fornecimento de informações precisas a respeito dos benefícios da amamentação. Esta atuação inclui a orientação sobre as técnicas apropriadas para amamentar, a estruturação de um ambiente favorável à interação do binômio, o estímulo ao fortalecimento do vínculo destes, a prevenção de enfermidades crônicas e o apoio a políticas de saúde que promovem e sustentam essa prática (Amorim, Andrade, 2009).

Este profissional desempenha um papel fundamental na promoção da amamentação e na prestação de apoio às mães durante todo o processo sendo fundamental para garantir uma amamentação adequada pelo tempo recomendado. Suas orientações incluem, fornecimento e informações no pré-natal, apoio nos pós-parto, incentivo da amamentação exclusiva, assim como, auxiliar nas demandas das lactantes em possíveis desafios frente a amamentação (Cunha *et al.*, 2009).

A ausência da amamentação ou o desmame precoce podem resultar em uma série de impactos negativos, que vão desde a morte neonatal precoce até o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (Victora *et al.*, 2016). Diante desse panorama, emerge a necessidade de uma intervenção abrangente e de orientação por parte dos profissionais de saúde no que se refere ao aconselhamento e apoio à amamentação.

Dessa forma, torna-se fundamental que as pessoas que amamentam estejam cientes dos benefícios da amamentação para a saúde do bebê, a fim de prevenir complicações e contribuir para as relações do binômio mãe-filho e apoiar a manutenção da saúde pública.

Os lactentes que recebem aleitamento materno exclusivo até os seis meses tendem a ter um desenvolvimento superior aos que não são amamentados exclusivamente (Gasparin *et al.*, 2019). Diante disso, quais são os benefícios proporcionados pela amamentação e qual o papel do enfermeiro como consultor de lactação?

Esta revisão teve como objetivo apresentar os benefícios do aleitamento materno e introduzir o enfermeiro como consultor em lactação, descrevendo especificamente as classificações do aleitamento e a composição do leite materno. Ademais, busca-se identificar os benefícios que a amamentação oferece à saúde infantil e as causas que podem interferir nesse processo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O aleitamento materno

A OMS estabeleceu diretrizes detalhadas para o aleitamento materno, disseminando-as globalmente como um protocolo padrão que define várias formas de aleitamento. O aleitamento materno exclusivo é quando “o lactente recebe somente leite materno, seja diretamente da mama, ordenhado, ou de outra fonte humana, excluindo outros líquidos ou sólidos exceto por gotas ou xaropes de vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos”. O aleitamento materno predominante “permite, além do leite materno, a ingestão de água ou bebidas à base de água, sucos de frutas e fluidos rituais”. A categoria geral de aleitamento materno não especifica a exclusão de outros alimentos, enquanto o aleitamento materno complementado “envolve a adição de alimentos sólidos ou semissólidos para complementar, e não substituir, o leite materno”. Por fim, o aleitamento materno misto ou parcial refere-se à “inclusão de leite materno e outros tipos de leite na dieta do lactente” (Ministério da Saúde, 2015).

O AME é recomendado até os 6 meses de idade, e a partir dos 6 meses é orientado a introdução de alimentos complementares na dieta das crianças, sem que o aleitamento materno seja descontinuado. A amamentação pode ser mantida até os 2 anos de idade e deve ser praticada sob livre demanda (Organização Mundial da Saúde, 2003).

O leite humano é composto de nutrientes que levam benefícios para a criança em todas as fases da vida, desde a primeira infância até a vida adulta. Sua composição varia ao longo do tempo e pode ser dividida em três fases, sendo o colostro, de transição e maduro (Martins, 2022).

A primeira fase, conhecida como colostro, desempenha um papel crucial na proteção contra infecções. O colostro contém uma abundância de ativos biológicos, com

destaque para a imunoglobulina, que desempenha um papel fundamental na proteção da criança. Além disso, inclui outros componentes solúveis, como lisozima e lactoferrina, que contribuem para fortalecer o sistema imunológico do bebê (Oliveira *et al.*, 2019; Passanha *et al.*, 2010).

A segunda fase do leite materno é chamada de leite transicional, que, de acordo com Calil e Falcão (2003), abrange o período a partir do sétimo dia após o nascimento até a transição para o leite maduro definitivo, que ocorre por volta da décima quinta semana. Essa mudança acontece de maneira gradual, possivelmente devido à imaturidade das glândulas mamárias (Martins, 2022).

A terceira fase é conhecida como leite maduro, que, de acordo com o MS pode ser identificado a partir do vigésimo quinto dia após o nascimento da criança. O leite maduro é caracterizado por sua coloração esbranquiçada e consistência mais espessa. Possui uma concentração mais elevada de lactose, lipídios e calorias em comparação com o colostro (Ministério da Saúde, 2022). Na composição do leite materno, encontramos diversos componentes essenciais. A proteína, que é a terceira molécula mais abundante no leite humano, desempenha funções bioativas além de sua função nutricional, contribuindo para o desenvolvimento gastrointestinal do bebê. Os carboidratos, com destaque para a lactose, são os principais açúcares presentes no leite materno. Além disso, os lipídios desempenham um papel crucial, não apenas como fonte nutricional, mas também fornecendo cerca de 44% da energia total presente no leite humano (Mosca, Gianni, 2017). O leite materno é igualmente uma fonte substancial de micronutrientes, contendo uma riqueza de elementos como cobre, vitaminas do complexo B (B1, B2, B3, B6, B9, B12, B7, B5), colina, vitaminas A, C, D, K, E, bem como outros componentes essenciais para o desenvolvimento humano (Hampel *et al.*, 2018).

2.2 Os desafios durante o processo de amamentação

O sucesso do aleitamento materno é influenciado por uma série de fatores que podem atuar de maneira positiva ou negativa. A idade e a condição econômica da mãe, assim como sua capacidade de enfrentar possíveis dificuldades, desempenham um papel crucial nesse processo. Embora a maioria das progenitoras esteja consciente da importância intrínseca do leite materno e tenha se dedicado à amamentação de seus filhos, observa-se uma duração inferior ao período recomendado pela OMS para o AME. Tal fenômeno, que denota um desmame prematuro, muitas vezes encontra-se

associado à limitada instrução formal das genitoras (Escobar *et al.*, 2002).

A possível crença da mãe que o leite é fraco ou que não produza a quantidade suficiente para satisfazer a criança é um dos fatores que colaboram para o desmame precoce. O conhecimento sobre os benefícios da amamentação, a condição socioeconômica da lactante, o tipo de parto, e a presença de contraindicações clínicas também são elementos determinantes. Adicionalmente, a disponibilidade da mãe para amamentar, aliada ao seu comprometimento e determinação para superar quaisquer obstáculos que possam surgir, são fundamentais para garantir a continuidade e o êxito da amamentação (Visintin *et al.*, 2015). A idade materna e a condição socioeconômica, evidencia que mães mais jovens, enfrentam desafios que diminuem a duração da amamentação. Em contrapartida, mães mais velhas tendem a amamentar por mais tempo, beneficiadas por experiências prévias positivas e uma estrutura de suporte mais robusta (Faleiros, Trezza, Carandina, 2006). Nos países de baixa e média renda, apenas 37% das crianças com menos de 6 meses são alimentadas exclusivamente com leite materno (Victoria *et al.*, 2016). Outro fator relevante são as condições socioeconômicas, as quais exercem considerável influência na propensão das mães em relação ao aleitamento materno. A necessidade premente das mães de baixa renda de ingressar no mercado de trabalho para contribuir com o sustento familiar pode se converter em um obstáculo significativo para a continuidade da amamentação (Boccolini *et al.*, 2015).

Algumas causas extrínsecas, como a mamoplastia redutora, podem interferir negativamente no processo de amamentação fazendo com que a lactante possa desistir antes do momento apropriado, pois, a quantidade de retirada do parênquima alveolar e o método de cirurgia realizado tem uma relação direta com o sucesso ou não da amamentação (Souto *et al.*, 2003).

Ao ser oferecido para a criança chupetas e mamadeiras pode ocorrer a chamada “confusão de bicos” fazendo com que a criança tenha dificuldades em realizar o movimento de sucção de forma correta, ocasionando a perda precoce do interesse no leite da nutriz (Neto *et al.*, 2015) e a falta de conhecimento das mães com a ansiedade para alimentar a criança, faz com que estas ofereçam outros alimentos precocemente (Amaral *et al.*, 2015). Outros fatores que podem influenciar na adesão da criança em permanecer no aleitamento são a otalgia e a fenda labial, que é umas das alterações orais infantis que impactam na sucção e apenas com acesso ao ato cirúrgico consegue ser resolvido (Andrade e Gullo, 1993). As alterações orais da criança também influenciam a ocorrência do aleitamento, como algumas anomalias palatais,

anquiloglossia, conhecida popularmente como língua presa, podem alterar a forma de sucção da criança, causando dores as mães (Westerfield *et al.*, 2018).

Além do vírus da imunodeficiência humana (HIV), diversas outras doenças infecciosas podem ser transmitidas durante o aleitamento materno. Estas incluem a doença de Chagas, sífilis, herpes, varicela, hepatites A, B e C, toxoplasmose, entre outras (Gouvêa, 2003). É crucial que mães e profissionais de saúde estejam cientes dessas possibilidades e tomem medidas preventivas adequadas para garantir a saúde tanto da mãe quanto do bebê durante o período de amamentação. O "Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis e Hepatites Virais", do Ministério da Saúde, estabelece diretrizes e procedimentos para prevenir a transmissão dessas enfermidades das mães para seus filhos durante o período gestacional, o parto ou a amamentação. Essas orientações de saúde incluem a recomendação para evitar a amamentação em casos onde a saúde da mãe possa representar um risco de transmissão de doenças à criança (Brasil, 2018).

Outros fatores que podem afetar a mãe de maneira significativa incluem as fissuras mamárias, o ingurgitamento mamário e a mastite. Essas condições podem levar ao desenvolvimento de feridas em toda a mama, resultando em desconforto e dor para as mães, o que, por sua vez, pode levá-las a interromper a amamentação da criança (Azevedo *et al.*, 2015).

2.3 Benefícios da amamentação ao lactente

O AME até os seis meses de vida está associado à diminuição significativa de riscos para diversas condições de saúde infantil, como prevenção de casos de diarreia, desidratação (Ministerio da Saúde, 2015), diminuição do risco de dermatite atópica e gastroenterite (Oliveira, Fanaro, 2015), auxílio ao desenvolvimento estomatognático (Chen *et al.*, 2015), e como fator de proteção para alergias alimentares (Vicente *et al.*, 2023).

O leite materno contribui para a prevenção de diarreia e morte por desidratação, bem como para a redução de infecções do trato respiratório e otites (Ministério da Saúde, 2015). Adicionalmente, observa-se uma diminuição na probabilidade de ocorrência de dermatite atópica e gastroenterite. Atribui-se esse benefício à elevada digestibilidade das proteínas do leite recém-nascido, as quais desempenham um papel fundamental na regulação do desenvolvimento do trato gastrointestinal (Westerfield *et*

al., 2018). Um estudo realizado em 2016 evidencia que crianças que receberam exclusivamente leite materno até essa idade apresentaram uma diminuição de 36% na mortalidade por mortes súbitas em comparação com aquelas que nunca foram amamentadas (Victora *et al.*, 2016). A eficácia protetora do leite materno é atribuída aos oligossacarídeos presentes, que impedem a adesão de micróbios à mucosa dos bebês (Amitay e Keinan-Boker, 2015).

A amamentação contribui para o desenvolvimento estomatognático infantil, funcionando o seio materno como um aparelho ortognático natural para a criança, desde que o aleitamento seja realizado de maneira adequada (Chen *et al.*, 2015). Este é capaz de prevenir disfunções na dentição, no tipo de mordida, no tônus lingual, contribuindo também para uma efetiva deglutição (Castro *et al.*, 2007). Auxiliam na sucção correta e o treinamento oral e contribuem para a prevenção de problemas respiratórios, devido ao teor imunológico presente no leite materno (Westerfield *et al.*, 2018).

O MS descreve que nenhuma outra estratégia isolada teria o mesmo resultado acerca da prevenção de mortes infantis em crianças até os 5 anos de vida quanto à amamentação. O Caderno de Atenção Básica afirma que o aleitamento materno apresenta benefícios a longo prazo, podendo diminuir o risco de hipertensão, colesterol alto e diabetes (Ministério da Saúde, 2015). Com base em um estudo realizado em 2015 é possível reduzir em até 20% a incidência de casos de leucemia infantil por meio da amamentação exclusiva durante os primeiros seis meses de vida da criança. Essa prática pode contribuir significativamente na prevenção dessa doença (Amitay e Keinan-Boker, 2015).

O desenvolvimento neurológico é influenciado pelo aleitamento materno, conforme descrito em um estudo realizado em 2016. Este estudo indica que o leite materno tem um efeito protetor para a criança quando a amamentação é mantida por mais de seis meses, reduzindo os riscos de transtornos do espectro autista (TEA) e de déficit de atenção (Bar *et al.*, 2016). Essa ideia é corroborada por Schultz *et al.*, (2006), que mostra que o aumento da duração da amamentação está associado a uma diminuição da probabilidade de TEA.

Seu efeito anti-inflamatório ajuda a melhorar o fluxo de sangue para o intestino, contribuindo para a prevenção de enterocolite necrosante pois mantém a saúde da camada interna do intestino e tem substâncias especiais que ajudam a alimentar as bactérias boas no nosso corpo (Good *et al.*, 2014). A prática de amamentação exclusiva tem uma redução de 52% no risco de desenvolver doença celíaca quando a criança

começa a consumir alimentos que contêm glúten (Brahm, Valdés, 2017).

O tempo de duração da AME incide também na relação que a criança tem com os alimentos no final da infância, adolescência e vida adulta e a sua condução tem potencial para facilitar o consumo de mais vegetais, diminuindo a probabilidade de obesidade (Specht *et al.*, 2018). A obesidade é uma doença de causa multifatorial e tem impactos de curto e a longo prazo na vida da pessoa, apesar de ainda não haver conhecimentos que determine com exatidão como o aleitamento materno previne a obesidade a longo prazo. Reconhece-se o *imprinting* metabólico como um fenômeno natural que afeta a regulação metabólica ao longo da vida (Balaban *et al.*, 2004), que age como uma memória que o corpo guarda da alimentação inicial que é ofertada na primeira infância, e que continua a influenciar o ser humano ao longo da vida. É uma espécie de programação metabólica que pode nos tornar mais propensos a certas condições de saúde (Simon *et al.*, 2009).

2.4 O papel do enfermeiro como consultor em amamentação

A consulta de enfermagem constitui um elemento integral e indispensável no exercício profissional do enfermeiro, sendo o processo de enfermagem estruturado em cinco etapas sequenciais. A primeira etapa é de avaliação de enfermagem, período no qual se procede à coleta de dados relativos ao estado de saúde do paciente, essencial para a fundamentação das intervenções subsequentes. A segunda etapa é o diagnóstico de enfermagem, na qual se identificam as necessidades de cuidado do paciente, baseando-se nos dados coletados previamente. A terceira etapa, elaboração da prescrição de enfermagem, envolve a formulação de um plano de cuidados individualizado, direcionado às necessidades específicas do paciente. A implementação de enfermagem corresponde à etapa de execução das intervenções delineadas no plano de cuidados. A quinta etapa é a evolução de enfermagem em que se avalia a eficácia das intervenções realizadas, ajustando o plano de cuidados conforme necessário, com o objetivo de otimizar os resultados de saúde do paciente (Cofen, 2024). Este processo, de natureza estruturada, permite sistematizar a assistência oferecida de maneira a organizar e conduzir de forma eficaz o acompanhamento e apoio à amamentação. Essa abordagem ajuda a garantir a eficiência na promoção do aleitamento materno, atendendo às necessidades da mãe e do bebê de forma mais abrangente e integrada (Lira *et al.*, 2023).

Nesse contexto, é possível a realização de aconselhamento em amamentação, o qual começa a ser implementado antes mesmo do nascimento do bebê, durante as consultas de pré-natal. Durante essas consultas, o enfermeiro pode acolher as preocupações da gestante e promover mudanças positivas em sua qualidade de vida. Essa abordagem contribui significativamente para o preparo adequado da mãe para a amamentação e para a promoção da saúde materna e infantil (Brasil, 2012).

Durante sua formação acadêmica, o enfermeiro adquire conhecimentos aprofundados em diversos aspectos técnicos e fisiológicos do ser humano, habilitando-se assim a cumprir suas funções devidamente regulamentadas por legislação específica. Em consonância com essa abordagem, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) emitiu a Resolução nº 568/18, que estabelece normas para a operação de consultórios e clínicas de enfermagem, reforçando a importância do papel do enfermeiro dentro do contexto de saúde (Cofen, 2018; Colichi, 2019)

O enfermeiro desempenha uma função de grande relevância no campo da educação em saúde, e, ao fazê-lo, goza de uma autonomia e práticas que têm o potencial de afetar positivamente a duração do aleitamento materno. Devido à proximidade que mantém com as mães, ele é capaz de exercer uma influência positiva na decisão das mulheres em relação à amamentação (Hernández-Martínez *et al.*, 2022). Segundo Ferreira *et al.*, (2017) este profissional atua diretamente na atenção primária à saúde, com o objetivo de assegurar uma assistência integral na promoção e proteção da saúde. Isso engloba a prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e a manutenção da saúde ao longo de todas as fases do ciclo vital, em diversos contextos sociais.

Ademais, além de oferecer suporte à amamentação em instituições de saúde, os enfermeiros podem explorar sua autonomia ao estabelecer clínicas e consultórios especializados em amamentação, aproveitando a posição de profissionais liberais e autônomos que ocupam. Enfermeiros que optam por atuar em consultórios privados desempenham um papel crucial no sistema de saúde, contribuindo para o desenvolvimento de serviços de saúde altamente especializados, com um enfoque notável na promoção e suporte à amamentação (Thepna *et al.*, 2023). Essa iniciativa não apenas expande a gama de serviços disponíveis para as famílias, mas também realça o papel significativo que os enfermeiros desempenham na melhoria da saúde materna e infantil (Amaral *et al.*, 2015).

Em um estudo conduzido por Azevedo *et al.*, (2015), foi evidenciado que o aconselhamento em amamentação, quando realizado por enfermeiros devidamente capacitados, desempenha um papel fundamental no apoio e na promoção bem-sucedida do aleitamento materno. A posição privilegiada ocupada pelos enfermeiros na equipe de saúde proporciona um laço de proximidade mais estreito com os pacientes, estabelecendo-se como um elo vital entre a população e os recursos disponíveis na área da saúde. Essa conexão direta favorece a eficácia das intervenções em prol da saúde materna e infantil, com ênfase na promoção do aleitamento materno (Soares, 2018).

Além disso, é importante destacar que a prática profissional do enfermeiro abrange não apenas a orientação e acompanhamento da amamentação, mas também a habilidade de gerenciar possíveis intercorrências que possam surgir. Isso inclui a capacidade de tratar problemas como fissuras mamárias, fazendo uso do amplo conhecimento em tratamento de lesões e feridas. Os enfermeiros estão aptos a aplicar diversas abordagens terapêuticas, que podem englobar a utilização de curativos apropriados, técnicas de laser e outras intervenções relevantes para promover a cicatrização e alívio do desconforto das fissuras mamárias, garantindo, assim, uma experiência de amamentação mais tranquila e confortável para as mães (Curan *et al.*, 2023).

Em fevereiro de 2024, a atuação do Enfermeiro Obstétrico e Obstetrix na assistência à mulher, recém-nascido e família no Parto Domiciliar foi esclarecida por meio da Resolução 737 do COFEN. Esta normativa detalha os requisitos essenciais para o atendimento pré-natal em consultas de enfermagem, o acompanhamento do parto, o cuidado ao recém-nascido, a administração de medicamentos em situações de urgência e o descarte de materiais biológicos (Cofen, 2024).

Conforme estipulado na Resolução 737/2024, o enfermeiro é legitimado e regulamentado para prestar assistência em partos domiciliares. No contexto empreendedor, o enfermeiro tem a oportunidade de oferecer serviços de atendimento domiciliar, permitindo assim que o cuidado seja levado ao paciente que por razões diversas não pode se deslocar até uma unidade de saúde ou prefere ser atendido em seu domicílio. Essa flexibilidade é respaldada pela Lei nº 7.498/86, bem como pela Resolução Nº 568/2018 do COFEN, que regulamenta a atuação do enfermeiro em consultórios e clínicas de enfermagem (Cofen, 2018).

Assegurando a eficácia da amamentação, o papel do enfermeiro tem um impacto significativo, não apenas no contexto imediato da alimentação do bebê, mas também de

maneira secundária na redução das taxas de doenças evitáveis por meio da amamentação (Curan *et al.*, 2023). Isso, por sua vez, contribui para a promoção da saúde ao longo da vida da criança, estabelecendo assim uma base sólida para um futuro mais saudável. Nesse processo, os enfermeiros, por meio da consulta de enfermagem desempenham um papel importante na melhoria dos indicadores de saúde, beneficiando a população como um todo (Sikorski *et al.*, 2003). O cuidado e apoio proporcionados durante a amamentação podem ter um impacto duradouro na prevenção de doenças e no bem-estar geral das crianças e, portanto, contribuem para o aprimoramento da saúde da sociedade em geral (Ministério da saúde, 2009)

O impulso ao empreendedorismo entre enfermeiros visa proporcionar autonomia financeira e abrir novas oportunidades profissionais. Nesse sentido, a busca por capacitação por meio de cursos visa não apenas compreender as tendências emergentes do mercado, mas também destacar o profissional enfermeiro em meio aos demais. É crucial um planejamento cuidadoso dos procedimentos gerenciais, com foco na satisfação do cliente (Colichi, 2019).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, qualitativa. A revisão integrativa da literatura visa analisar múltiplos estudos independentes sobre o mesmo tópico para oferecer uma visão mais abrangente do assunto. Ela auxilia na avaliação do conhecimento atual sobre um tema específico, o que pode resultar em uma melhor compreensão e possíveis melhorias na qualidade dos cuidados ou nas decisões baseadas nesse conhecimento. Essencialmente, esse método permite a reunião de informações de várias fontes para obter uma visão mais completa de um determinado fenômeno ou tópico de estudo (Souza, Silva, Carvalho, 2010). A pesquisa qualitativa se dedica a apreender o contexto e a riqueza das experiências humanas, muitas vezes não passíveis de quantificação de maneira simplista (Goldenberg, 2004). Dessa maneira, foi definido a pergunta norteadora: quais são os benefícios proporcionados pelo consultor ao fornecer orientação durante a amamentação?

O levantamento foi realizado pela internet, através da base de dados Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE via Pubmed) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Como estratégia de busca, utilizou-se os descritores “Enfermagem”, “Consultores” e “Aleitamento Materno”, com a utilização dos operadores booleano “AND” e “OR”. A seleção do material ocorreu no período abril a maio de 2024.

Os critérios de inclusão foram produções científicas publicadas no período de 2013 e 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis eletronicamente na íntegra, de acesso gratuito e que abordem o tema da pesquisa, independentemente da metodologia utilizada na pesquisa. Os critérios de exclusão foram: relatos de caso, teses, aqueles cujo resumo não estiver disponível nas plataformas de busca on-line.

A revisão foi realizada por duas pesquisadoras experientes em estudos de revisão, que realizaram, de forma independente, a seleção dos estudos a partir da análise dos títulos, resumos e textos completos das publicações. Para a seleção dos artigos, realizou-se, primeiramente, a leitura dos títulos e resumos detalhados das publicações selecionadas, com o objetivo de refinar a amostra de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

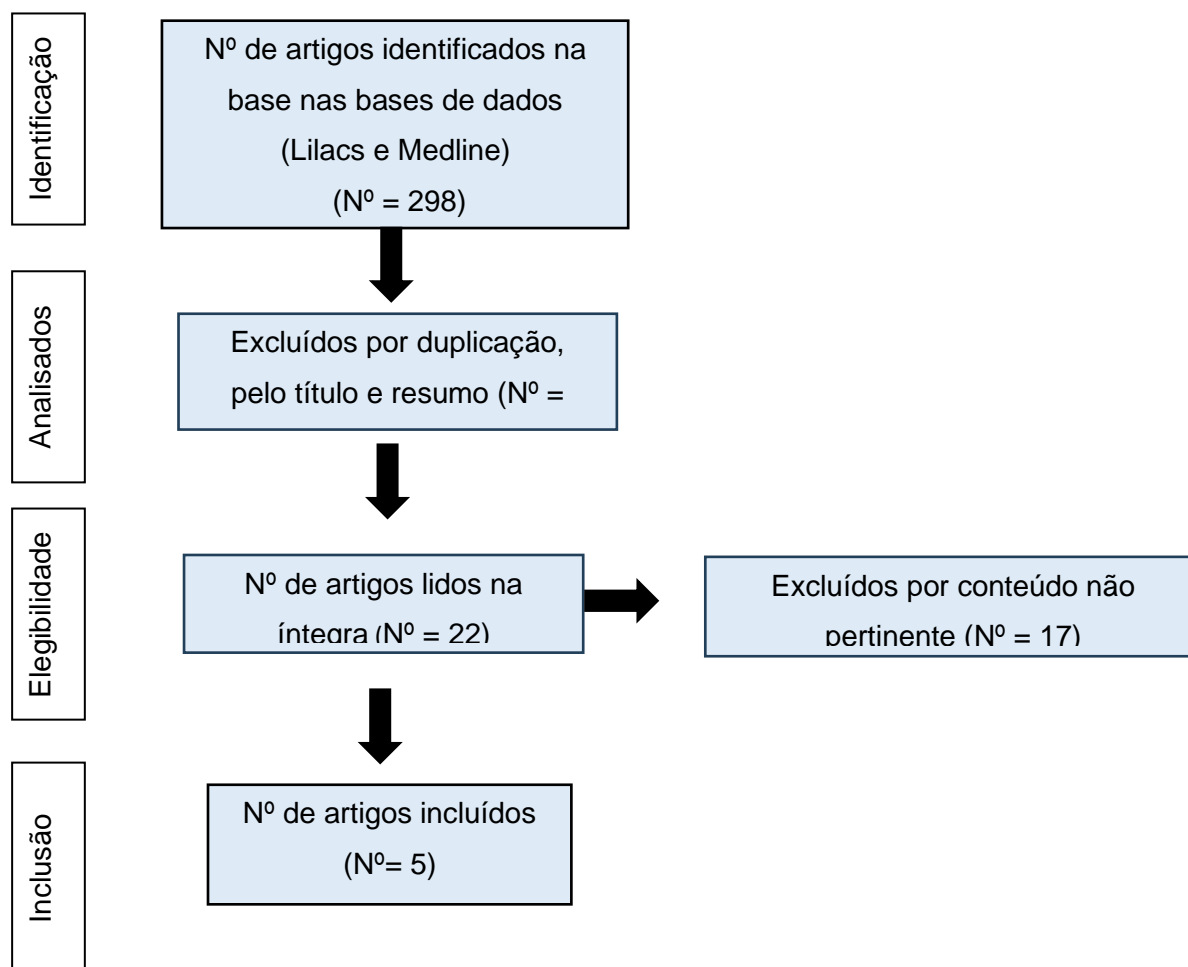
A coleta de dados permitiu a identificação de cinco estudos, dos quais três na base Medline, dois na Lilacs. Após a seleção, os estudos foram codificados com uma sequência alfanumérica (A1, A2, A3, e assim sucessivamente), a fim de facilitar a identificação.

Em seguida, foi elaborado um formulário de coleta de dados, contendo informações sobre: título do artigo, autor, ano de publicação, revista na qual foi veiculado, objetivo e base de dados. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e para a tabulação e interpretação, os dados coletados foram organizados através do programa Microsoft Excel 2010 e dispostos em tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a busca realizada com os descritores nas bases de dados e biblioteca virtual obteve-se no total 298 artigos, onde 249 na MEDLINE e 49 na LILACS. Desses, 269 foram excluídos pela análise do título e 5 pela análise do resumo e 2 repetidos na base de dados. Foram selecionados 22 artigos para análise na íntegra e após análise completa do conteúdo, 17 artigos foram excluídos por não atenderem os critérios de inclusão, restando assim 5 artigos (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos.



Fonte: Próprio Autor

Os artigos foram dispostos e codificados com uma sequência alfanumérica (A1, A2, A3, A4 e A5) com o intuito de facilitar a identificação. Os dados informados trazem informações relevantes a respeito do objetivo de cada estudo, tais como nome título dos artigos, autores, ano de publicação, objetivo dos artigos e revista de publicação. Assim sendo, no que se diz respeito ao tema, elaborou-se a síntese dos artigos encontrados de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Descrição dos artigos segundo o título, autores, ano de publicação, revista, objetivos e base de dados.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	ANO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	OBJETIVO	BASE DE DADOS
------------------	---------	-----	---------------------	----------	---------------

A1	Factors associated with the maintenance of exclusive breastfeeding in the late postpartum.	Vanessa Aparecida Gasparin; Juliana Karine Rodrigues Strada; Bruna Alibio Moraes; Thaís Betti; Érica de Brito Pitilind; Lilian Cordova do Espírito Santo;	2020	Revista Gaúcha de Enfermagem	Identificar os elementos ligados à continuidade do aleitamento materno exclusivo e examinar os motivos por trás da introdução de líquidos adicionais no período pós-parto tardio, entre mães e crianças assistidas por um consultor em aleitamento materno.	PUBMED
A2	Antenatal breastfeeding education for increasing breastfeeding duration	Pisake Lumbigano n; Rute Martis; Malinee Laopaiboon ; Mário R Festin; Jacqueline J Ho; Mohammad Hakimi;	2016	Cochrane Database of Systematic Reviews	Avaliar a eficácia da educação pré-natal em amamentação para promover o aumento do início e da continuidade do aleitamento materno	PUBMED
A3	Effect of primary care intervention on breastfeeding	Karen Bonuck; Alison Stuebe;	2014	Am J Public Health	Avaliar a eficácia das intervenções centradas nos cuidados primários, pré e pós-natais, para	PUBMED

duration and intensity Josephine Barnett; Miriam H. Labbok; Jason Fletcher; Peter S. Bernstein; promover o aumento da amamentação

A4	Encaminhamento e resolutividade da consultoria de aleitamento materno em uma unidade de alojamento conjunto	Thais Betti; Vanessa Aparecida Gasparin; Juliana Karine Rodrigues Strada; Bruna Alibio Moraes; Lilian Cordova do Espírito Santo;	2023	Revista de Pesquisa Cuidado Fundamental Online (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)	de Caracterizar os encaminhamentos e a resolutividade da consultoria em aleitamento materno em uma unidade de alojamento conjunto.	LILACS
A5	Breastfeeding in the first six months of life for babies seen by Lactation Consulting	Bruna Alibio Moraes; Juliana Karine Rodrigues Strada; Vanessa Aparecida Gasparin; Lilian Cordova do Espírito Santo;	2021	Revista Latino-Americana de Enfermagem (Online)	Identificar padrões de amamentação, sobrevida do aleitamento materno exclusivo e fatores associados à sua interrupção, nos seis primeiros meses de vida de bebês atendidos por Consultoria em Lactação.	LILACS

Helga
Geremias
Gouveia;
Annelise de
Carvalho
Gonçalves;

Fonte: Próprio Autor

Os resultados do estudo A1 indicam que mais da metade dos participantes analisados em alojamento conjunto, atendidos por consultores de aleitamento materno no Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS, conseguiram manter o AME. Divergindo de uma pesquisa conduzida no estado do Ceará durante o mesmo período e registrou que apenas 39,2% das mães realizaram o AME. Essa disparidade sugere que, apesar dos desafios pré-existentes relacionados ao aleitamento materno enfrentados pelos participantes do estudo, a assistência oferecida por consultores de amamentação contribuiu significativamente para a superação dessas dificuldades, resultando em um aumento na proporção de mães e bebês praticando o AME (Gasparin *et al.*, 2020). Um estudo realizado em 2019 na Holanda sugeriu que a intervenção por profissionais capacitados é eficaz na promoção da duração e exclusividade do AM, além de retardar o desmame (Van Dellen *et al.*, 2019).

Concomitantemente a isso, percebeu-se que a busca por orientação profissional para apoio à amamentação pós-alta hospitalar emergiu como um fator determinante para a preservação do AME. Este achado é respaldado por pesquisas recentes que destacam a importância da continuidade dos cuidados e orientações para promover a amamentação, como evidenciado nos estudos realizados na África do Sul e na China em 2019. Essas investigações enfatizam a necessidade de oferecer suporte contínuo às mães no período pós-parto, reconhecendo-o como uma fase crítica para o estabelecimento e manutenção bem-sucedidos da amamentação (Doherty *et al.*, 2019; Hamze *et al.*, 2019).

No estudo A2 revela que intervenções educativas sobre amamentação (AM) que combinam múltiplos métodos e incluem aconselhamento por pares ou apoio profissional são mais eficazes do que métodos isolados ou cuidados de rotina. O aconselhamento por pares aumenta significativamente o início da AM, enquanto a combinação de

livretos, vídeos e consultas de lactação prolonga a amamentação exclusiva. Implementar programas que integrem essas abordagens oferece suporte emocional, prático e personalizado, sendo crucial para melhorar as taxas de AM e a saúde materno-infantil (Lumbiganon *et al.*, 2016). Paralelamente a isso, o estudo realizado por Hannula *et al.*, (2008) reafirma que iniciativas programas de intervenção que utilizam múltiplas abordagens educativas e de suporte, conduzidos por profissionais bem capacitados, são mais eficazes do que intervenções que empregam um único método.

O estudo A3 conduzido em consultórios de obstetrícia e ginecologia situados no Bronx em Nova York, no período compreendido entre 2008 e 2011, englobou dois ensaios distintos: o Estudo de Abordagens de Provedores para Taxas Melhoradas de Nutrição e Crescimento Infantil (PAIRINGS) e o Estudo Melhor Nutrição Infantil para Bons Resultados (BINGO). No âmbito do PAIRINGS, foram estabelecidos dois grupos de estudo: um que seguiu os cuidados habituais e outro que participou de consultas pré e pós-natais, com a inclusão de um consultor de lactação (LC) e orientação eletrônica requisitada aos prestadores de cuidados pré-natais (EP). Por sua vez, o estudo BINGO consistiu em quatro grupos distintos: um que recebeu os cuidados habituais, outro que contou apenas com a assistência de um consultor de lactação, um terceiro que teve apenas orientação eletrônica dos prestadores de cuidados pré-natais e um último que combinou ambas as abordagens, LC+EP (Bonuck *et al.*, 2014).

Os resultados destacam tanto os sucessos quanto os desafios associados à promoção da amamentação exclusiva nos cuidados primários. Embora a intervenção tenha demonstrado melhorias significativas nas taxas de amamentação aos 3 meses, as taxas ainda permaneceram abaixo das metas estabelecidas. Isso ressalta a necessidade de abordar não apenas fatores individuais, mas também questões sistêmicas que impactam a prática da amamentação exclusiva. As políticas de extensão da licença maternidade e o adiamento do retorno ao trabalho inicial têm sido identificados como determinantes para a prática prolongada de amamentação, potencialmente impulsionando a manutenção da amamentação exclusiva até o sexto mês (Bonuck *et al.*, 2014). Um estudo conduzido nos Estados Unidos em 2011 demonstrou que mulheres que retornaram ao trabalho após um período maior de três meses apresentaram uma maior probabilidade de manter a amamentação predominante (Ogbuanu *et al.*, 2011), assim como, a disponibilidade de cuidados infantis e instalações de lactação no local de trabalho corroboram para continuidade de amamentação (Marinelli *et al.*, 2013).

Embora as intervenções de rotina para promoção da amamentação, baseadas na atenção primária, tenham demonstrado eficácia em aumentar a duração e a intensidade da amamentação, é essencial considerar a viabilidade e a sustentabilidade de sua implementação em larga escala. Os resultados sugerem que a consultoria de lactação pode ser integrada com sucesso nos cuidados primários de rotina, alcançando uma população diversificada e de baixa renda (Witt *et al.*, 2012). No entanto, são necessários esforços contínuos para garantir que as intervenções sejam acessíveis e eficazes para todas as mães e bebês, visando a melhoria dos resultados de saúde materna e infantil a longo prazo (Monteiro, 2005).

O Estudo A4, realizado em um hospital no Rio Grande do Sul, examina diversos fatores que podem impactar negativamente a prática da amamentação, conforme relatado por 231 mulheres no período pós-parto. Entre esses fatores estão a idade materna, o apoio familiar, experiências prévias, o tipo de parto, os cuidados pré-natais e a disponibilidade de consultoria em amamentação. O estudo revela que 70,6% das mulheres atendidas consideraram o atendimento pelos consultores em lactação totalmente eficaz na resolução das dificuldades relacionadas à amamentação. Ele identifica desafios comuns enfrentados por essas mulheres e sugere que intervenções apropriadas, como a consultoria em amamentação, podem contribuir para superar tais desafios (Betti *et al.*, 2023). Mulheres que utilizam serviços de consultoria em amamentação apresentam taxas significativamente mais altas de amamentação exclusiva aos 6 meses e de amamentação aos 12 meses (Patel, Patel, 2016).

O trabalho A5 destaca a importância de entender os padrões de amamentação e seus determinantes para desenvolver estratégias eficazes em prol do AME. Equipes de saúde atualizadas devem oferecer um manejo adequado durante o ciclo gravídico-puerperal para favorecer o AME (Moraes *et al.*, 2021). Um estudo conduzido por Silva *et al.*, 2020 ressalta o papel do enfermeiro como consultor em lactação. O suporte durante as consultas resulta em uma melhor compreensão da importância do aleitamento materno, aumentando a adesão a essa prática. O enfermeiro orienta desde o pré-natal até as visitas pós-parto, e as visitas domiciliares são essenciais para identificar e resolver dificuldades na amamentação, oferecendo suporte personalizado às mães.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mostram que o apoio de consultores de amamentação e a

continuidade dos cuidados pós-parto aumentam significativamente as taxas de AME. Intervenções que se estendem desde a gestação até o período pós-parto são mais eficazes, especialmente quando combinam múltiplos métodos de suporte. Fatores como a licença maternidade prolongada e o retorno tardio ao trabalho também favorecem a prática do AME.

A atuação dos consultores em lactação desempenha um papel crucial no apoio às mães durante o processo de amamentação, oferecendo apoio especializado, educação e informação, prevenção de problemas e personalização do cuidado. Além do enfermeiro, há outros profissionais de saúde que podem atuar como consultores em lactação. No entanto, a experiência do enfermeiro destaca suas habilidades em prestar assistência na amamentação e lidar com possíveis intercorrências.

É evidente a necessidade de mais pesquisas sobre este tema, considerando a atuação do profissional enfermeiro e explorando o diferencial da assistência prestada por este profissional.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, L.J *et al.*, *Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrizes*. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/GLNtrQ44qJvTGyGvYvNPBvf/?format=pdf&lang=pt>.

AMITAY, EL; KEINAN-BOKER, L. *Breastfeeding and Childhood Leukemia Incidence: A Meta-analysis and Systematic Review*, 2015. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/2299705>.

AMORIM, MM; ANDRADE, ER. *Atuação do enfermeiro no PSF sobre aleitamento materno*. Perspectivas online, Vol.3,Nº9,p.93-109(2009). Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/revista_antiga/article/view/349

ANDRADE, C. F.; GULLO, A. C. *As alterações do sistema motor oral dos bebês como causa das fissuras/rachaduras mamilares*. Pediatría de São Paulo, v. 15, p. 28-33, 1993. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000856358>.

AZEVEDO, A. *et al.*, *O Manejo Clínico da Amamentação: Saberes dos Enfermeiros*, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/BsFg7cnYsXZrxBHsV7cd7qD/?format=pdf&lang=pt>

BALABAN, G. *et al.*, *O Aleitamento Materno Previne o Sobrepeso na Infância?* Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 4, n. 3, p. 263–268, jul. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/78hpKdW9nydBhMQRh5tg4YL#>

BAR, S; MILANAİK, R; ADESMAN, A. **Long-term neurodevelopmental benefits of breastfeeding**, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27386975/>.

BOCCOLINI, C. S.; CARVALHO, M. L. DE.; OLIVEIRA, M. I. C. DE. *Factors associated with exclusive breastfeeding in the first six months of life in Brazil: a systematic review*. Revista de Saúde Pública, v. 49, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005971>.

BONUICK, K; STUEBE, A; BARNETT, J; LABBOK, MH; FLETCHER, J; BERNSTEIN, PS. *Effect of primary care intervention on breastfeeding duration and intensity*. American Journal of Public Health, v. 104, n. S1, p. S119–S127, fev. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4011096/>

BRAHM, P; VALDÉS, V. *Benefits of breastfeeding and risks associated with not breastfeeding*, 2017. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/rcp/v88n1/en_art01.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_hiv_sifilis_hepatites.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf.

BRUSCO, T; DELGADO, SE. *Caracterização do desenvolvimento da alimentação de crianças nascidas pré-termo entre três e 12 meses*, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/NRpZ36SfXNzSBhQP6Y7TrCz/?lang=pt#>.

CALIL, V; FALCÃO, M. *Composição do leite humano: o alimento ideal*. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/62475/65272>.

CASTRO, AG *et al.*, *Desenvolvimento do Sistema Sensório Motor Oral e Motor Global em Lactentes Pré-termo*. Pró-Fono Revista de Atualização Científica. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pfono/a/Nn5tWs9Qhn55JTVbxLQvh4N/?format=pdf>.

CHEN, X; XIA, B; GE, L. *Effects of Breast-feeding Duration, Bottle-feeding Duration and Non-nutritive Sucking Habits on the Occlusal Characteristics of Primary Dentition*, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25895651/>

COFEN - Resolução COFEN nº. 736/2024: *Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/>

COLICHI, R. M. B. *et al.*, *Entrepreneurship and Nursing: integrative review*. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, p. 321–330, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0498>.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução nº 568/2018. *Normaliza as possibilidades empreendedoras na enfermagem apresentando um leque de opções*. 2018. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0568-2018/>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 0568, de 2018. *Regulamento dos Consultórios e Centros de Enfermagem*. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0568-2018/>.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 737, de 2024. *Normaliza a atuação do enfermeiro obstétrico e Obstetrix na assistência à mulher, recém-nascido e família no Parto Domiciliar Planejado*. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Resolucao-Cofen-no-737-2024-Normaliza-a-atuacao-do-enfermeiro-obstetrico-e-Obstetrix-na-assistencia-a-mulher-recem-nascido-e-familia-no-Parto-Domiciliar-Planejado.pdf>.

CUNHA, M. A; MAMEDE, M. V; DOTTO, L. M. G; MAMEDE, F. V. *Assistência pré-natal: competências essenciais desempenhadas por enfermeiros*. Revista de Enfermagem, Rio Branco, v. 13, n. 1, p. 146-153, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452009000100020>.

CURAN, FM; FERRARI, RAP; ANDRAUS, RA; TOKUSHIMA, T; GUASSU, DN; RODRIGUES, R; CARDELLO, AAM. *Laser de baixa potência na cicatrização e analgesia de lesões mamilares: ensaio clínico, 2023*. Disponível em: https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-14-e-202309/2357-707X-enfoco-14-e-202309.pdf

DOHERTY, T. *et al.*, *Breastfeeding advice for reality: Women's perspectives on primary care support in South Africa*. Maternal & Child Nutrition, v. 16, n. 1, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/mcn.12877>

ESCOBAR, A. M. DE U. *et al.*, *Aleitamento materno e condições socioeconômico-culturais: fatores que levam ao desmame precoce*. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 2, n. 3, p. 253–261, set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292002000300006>.

EXECUTIVA, Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria. Caderno de Atenção Básica: *Saúde da Criança, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar*. 2 ed. Brasília: MS, 2015. 186 p.

FALEIROS, F. T. V; TREZZA, E. M. C; CARANDINA, L. *Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração*. Revista de Nutrição, v. 19, n. 5, p. 623-630, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XYQGq5VScvsNRNQrdSDTSv/>.

FERREIRA, S. *et al.*, *A complexidade do trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde*, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/qTVY5r3JLdL8xcTHNf9ZhxF/?format=pdf&lang=pt>

GALVÃO, D. G. *Formação em aleitamento materno e suas repercussões na prática clínica*. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 64, n. 2, p. 308–314, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000200014>.

GASPARIN, V. A. *et al.*, *Factors associated with the maintenance of exclusive breastfeeding in the late postpartum*. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 41, n. spe, p. e20190060, 2020. Disponível em: [10.1590/1983-1447.2020.20190060](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31778382/). <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31778382/>

GASPARIN, V.A. *et al.*, *Pairs Seen By Lactation Consultants and Cessation of Exclusive Breastfeeding in the First Month*, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HYgLN8QSZrKGLnypm598L6z/?lang=pt>

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Escola de Serviço Social, 2004. ISBN 85-01-04965-4. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/lobelia.faceira/ensino/programa-de-pos-graduacao-em-memoria-social/seminario-de-pesquisa-doutorado-memoria-social/textos/goldenberg-a-arte-de-pesquisar/view>.

GOOD, M; SODHI, CP; HACKAM, DJ. *Evidence-based Feeding Strategies Before and After the Development of Necrotizing Enterocolitis*, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24898361/>

Gouvêa, L.C. Aleitamento Materno. In: Lopes, F.A.; Brasil, A.L.D.; Nutrição e Dietética em Clínica Pediátrica. São Paulo: Atheneu, 2003, p. 17-36.

HAMPEL, D; DROR, D; ALLEN, L. *Micronutrients in Human Milk: Analytical Methods, Advances in Nutrition*, Volume 9, 2018, Disponível em: https://academic.oup.com/advances/article/9/suppl_1/313S/5017779

HAMZE, L; MAO, J; REIFSNIDER, E. *Knowledge and attitudes towards breastfeeding practices: across-sectional survey of postnatal mothers in China*. Midwifery. 2019;74:68-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.midw.2019.03.009>.

HANNULA, L; KAUNONEN, M; TARKKA, M-T. *Uma revisão sistemática das intervenções de apoio profissional à amamentação*. Revista de Enfermagem Clínica 2008 ; Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2007.02239.x>.

HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, A. *et al.*, *Expectations and Experiences of Spanish Primiparous Women Who Decide to Breastfeed Their Infants and Strategies for Change in 2020- A Qualitative Study*. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/mdl-35324564>

LIRA, KKAS; SILVA, MBC; FRAGA, CDS; PAIXÃO, GPN; LINHARES, TPS; MELO, MCP. *Interferência do apoio profissional no aleitamento materno: uma revisão sistemática*. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/253832/43507>

LUMBIGANON, P; MARTIS, R; LAOPAIBOON, M; FESTIN, MR; HO, JJ; HAKIMI M. **Antenatal breastfeeding education for increasing breastfeeding duration.**

Cochrane Database Syst Rev. 2016. Disponível em: [10.1002/14651858.CD006425.pub4. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22071830/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22071830/).

MARINELLI, KA; *et al.*, *Breastfeeding support for mothers in workplace employment or educational settings: summary statement*. *Breastfeed Med*. 2013;8(1):137-142. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23270434/>

MARTINS, F. *Leite materno passa por transformações de acordo com cada etapa de desenvolvimento do bebê: Amamentação traz benefícios para a saúde da mulher e da criança*. [Brasília]: Ministério da Saúde, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/leite-materno-passa-por-transformacoes-de-acordo-com-cada-etapa-de-desenvolvimento-do-bebe>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Campanha nacional busca estimular aleitamento materno*. Conselho Nacional de Saúde. 2022. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2584-campanha-nacional-buscaestimular-aleitamentomaterno#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,os%202%20anos%20de%20idade>.

MONTEIRO, J. C. DOS S. *Contato precoce e amamentação em sala de parto na perspectiva da mulher*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.22.2006.tde-22022006-104900>

MOSCA, F; GIANNÌ, M. *Human milk: Composition and Health Benefits*. *La Pediatria Medica E Chirurgica*. 2017. Disponível em: <https://www.pediatrmedchir.org/pmc/article/view/155/160>.

NETO, A; CARDOSO, AM; OLIVEIRA, M. *Fatores que Levam ao Desmame Precoce com Puérperas da Unidade Básica de Saúde Palmeiras em Santa Inês Maranhão*, 2015. Disponível em: <http://copec.eu/congresses/shewc2015/proc/works/61.pdf>.

OGBUANU, C; GLOVER, S; PROBST, J; LIU, J; HUSSEY, J; *The effect of maternity leave length and time of return to work on breastfeeding*. *Pediatrics*. 2011 Jun;127(6):e1414-27. Disponível em: 10.1542/peds.2010-0459.

OLIVEIRA, L.H *et al.*, *Aspectos Imunológicos do Leite Materno*. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/download/9288/6712/34096>.

OLIVEIRA, M. F. de; FANARO, G. B. *Aleitamento materno na prevenção de sobrepeso, obesidade infantil e alergias*. *Rev. Bras. Nutr. Clin.*, v. 30, p. 328-337, 2015. Disponível em: <http://www.braspen.com.br/home/wp-content/uploads/2016/11/12-Aleitamento-Materno.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Global Strategy for Infant and Young Child Feeding*. 2003. 37 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42590/9241562218.pdf?sequence=1>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. *OPAS destaca importância de participação de toda sociedade na promoção do aleitamento materno, em lançamento de campanha no Brasil.* Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/29-7-2021-opas-destaca-importanciaparticipacao-toda-sociedade-na-promocao-doaleitamento#:~:text=CVID%2D19%20n%C3%A3o%20deve%20ser,amamentadas%20at%C3%A9%20os%20dois%20anos>.

PASSANHA, A *et al.*, *Elementos protetores do leite materno na prevenção de doenças gastrintestinais e respiratórias.* 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000200017.

PATEL, S.; PATEL, S. *The Effectiveness of Lactation Consultants and Lactation Counselors on Breastfeeding Outcomes.* Journal of Human Lactation, v. 32, n. 3, p. 530–541, 7 dez. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26644419/>

SCHULTZ, S *et al.*, *Breastfeeding, Infant Formula Supplementation, and Autistic Disorder: The Results of a Parent Survey,* 2006. Disponível em: <https://internationalbreastfeedingjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1746-4358-1-16>.

SIKORSKI , J *et al.*, *Support for breastfeeding mothers: a systematic review,* 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1365-3016.2003.00512.x>.

SILVA, IE; ARAUJO, WF; RODRIGUES, WS; AOYAMA, EA. *A Importância do Enfermeiro no Aleitamento Materno Exclusivo Para a Evolução da Criança,* 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/62/120>

SILVA, L. S. DA *et al.*, *Contribuição do enfermeiro ao aleitamento materno na atenção básica.* Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online), p. 774–778, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1102780>

SIMON, V; SOUZA, J; SOUZA, S. *Aleitamento Materno, Alimentação Complementar, Sobrepeso e Obesidade em Pré-escolares,* 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/tbHrvyfZY63NWK9RQsqJnYm/?format=pdf&lang=pt>

SOARES, H. *et al.*, *Parents attending to nurse visits and birth age contribute to infant development: A study about the determinants of infant development.* Early Human Development, v. 122, p. 15–21, 1 jul. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29803997/>

SOUTO, G. C. *et al.*, *The Impact of Breast Reduction Surgery on Breastfeeding Performance.* Journal of Human Lactation, v. 19, n. 1, p. 43–49, fev. 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12587644/>

SOUZA MT; SILVA MD , CARVALHO R. *Revisão integrativa: O Que é e Como Fazer,* 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

SPECHT, IO *et al.*, *Duration of Exclusive Breastfeeding May Be Related to Eating Behaviour and Dietary Intake in Obesity Prone Normal Weight Young Children*, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6040730/>.

THEPNA, A.; COCHRANE, B. B.; SALMON, M. E. *Advancing nursing entrepreneurship in the 21st century*. *J Adv Nurs*, v. 79, p. 3183-3185, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jan.15563>.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Aleitamento materno: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos*. ENANI, 2019. Disponível em: https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-4_ENANI-2019_Aleitamento-Materno.pdf

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI- Resultados preliminares – Indicadores de aleitamento materno no Brasil*, 2019. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>

VAN DELLEN, AS; WISSE, B; MOBACH, MP. *The effect of a breastfeeding support programme on breastfeeding duration and exclusivity: a quasi-experiment*. *BMC Public Health*, v. 19, n. 1, 24 jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7331-y>

VICENTE, KBF; MEZZARI, MER; CANEVER, L; SILVA, MA; FABRIS, FM. *Relação entre desmame precoce e alergias alimentares*. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1531892>

VICTORA, C *et al.*, *Breastfeeding in The 21st Century: Epidemiology, Mechanisms, and Lifelong Effect*, 2016. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/piiS0140-6736\(15\)01024-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/piiS0140-6736(15)01024-7/fulltext).

VISINTIN, A *et al.*, *Avaliação do Conhecimento de Puérperas Acerca da Amamentação*, 2015. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/570/252>.

WESTERFIELD, KL; KOENIG, K; OH, R. *Breastfeeding: Common Questions and Answers*, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30215910/>.

WITT, A. M. *et al.*, *Integrating Routine Lactation Consultant Support into a Pediatric Practice*. *Breastfeeding Medicine*, v. 7, n. 1, p. 38–42, fev. 2012. Disponível em: [10.1089/bfm.2011.0003](https://doi.org/10.1089/bfm.2011.0003).

FATORES PREDISPONETES PARA O CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS EM CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS

Maria das Graças de Oliveira Hemerly¹, Lillian Ferraz Caetano¹, Carolina Duarte Serra Plantickow²

¹ Acadêmicas do curso de Nutrição da Faculdade Multivix Cariacica.

² Nutricionista, Especialista, Docente Multivix - Cariacica.

RESUMO

O aleitamento materno exclusivo no primeiro semestre de vida é recomendado como uma medida de saúde pública, pois fornece todos os nutrientes essenciais e é considerada a proteção mais efetiva contra a mortalidade infantil. Os alimentos ultraprocessados vêm sendo consumidos com frequência e ofertados precocemente para crianças e lactentes, levando a redução da amamentação. Tais alimentos possuem alto teor de açúcares, sódio e gorduras, elevado valor calórico e baixo conteúdo nutricional, implicando no desenvolvimento da criança. Este estudo tem como objetivo identificar através da literatura o consumo de alimentos ultraprocessados em crianças menores de 2 anos, os fatores que contribuem no consumo desses alimentos e como a família é importante na formação dos hábitos alimentares da criança. A pesquisa foi realizada em forma de revisão integrativa, com o método bibliográfico de natureza qualitativa. A coleta de artigos foi realizada através das bases Biblioteca virtual em saúde (BVS), Lillacs, Pubmed, Scielo, publicados entre 2013 e 2024. Os resultados das pesquisas mostram que crianças menores de 2 anos consomem alimentos ultraprocessados como base para a introdução alimentar, devido à falta de informações dos pais/cuidadores, baixa escolaridade, ausência de tempo ou influência da mídia. Os alimentos mais consumidos foram os biscoitos, queijo *petit suisse*, gelatina, suco artificial e achocolatado. O nutricionista exerce um papel imprescindível no arrefecimento do consumo de alimentos ultraprocessados e na promoção do aleitamento materno, pois ambos são essenciais para a saúde pública, especialmente no que se refere ao desenvolvimento infantil e à prevenção de doenças crônicas.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Hábitos alimentares; Consumo Alimentar; Alimentos Ultraprocessados.

1 INTRODUÇÃO

Os dois primeiros anos de vida da criança são de grande importância e caracterizados por diversas mudanças fisiológicas, sendo a alimentação um dos fatores preditores para o seu bom desenvolvimento (Zielinska *et al.*, 2019). O leite materno é o primeiro alimento do bebê, rico em anticorpos e nutrientes capazes de suprir todas as necessidades nutricionais, devendo ser oferecido à criança logo nas primeiras horas de vida e mantido até o sexto mês de vida em exclusividade. Desta maneira, é indicada a livre demanda, sendo considerado normal que a criança procure pelo alimento de oito a doze vezes ao dia, dependendo da criança (Brasil, 2015).

A composição nutricional do leite materno diversifica de acordo com o crescimento da criança, passando por três fases, sendo a primeira fase chamada de colostro, a segunda de transição e a terceira de leite maduro (Brasil, 2019). Após esta fase, o leite materno não atende completamente às necessidades nutricionais da criança, sendo necessário o início da introdução de alimentação, para que a criança continue seu crescimento e desenvolvimento. Recomenda-se que o aleitamento seja mantido de maneira complementar até a idade de dois anos, podendo estes serem chamados de lactentes (Flores *et al.*, 2017; Cavalcanti; Boccolini, 2022).

Nesta nova fase, onde novos alimentos são oferecidos de forma gradual e planejada, a alimentação deve ser adequadamente balanceada para que todas as necessidades nutricionais da criança sejam atendidas (Zielinska *et al.*, 2019). O estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis é iniciado na fase de introdução alimentar, sendo os cuidadores e a família da criança os grandes responsáveis por essa formação, através do preparo e apresentação dos novos alimentos (Brasil, 2022).

Durante a introdução alimentar, os responsáveis pela criança devem ter especial atenção no preparo e apresentação dos alimentos. Além de atenderem às necessidades nutricionais da criança, os alimentos devem ter sabores, aromas, texturas e cores variadas, de forma a despertar na criança a curiosidade e o desejo de levar o alimento até a boca (Brasil, 2015). Destacando que nenhum tipo de alimento processado ou ultraprocessado deverá fazer parte da alimentação, pois estes alimentos são deficientes em nutrientes, ricos em açúcares, gorduras e aditivos alimentares, podendo prejudicar o crescimento e trazer prejuízos de longo prazo para a saúde da criança, como salientam os autores Soares *et al.*, (2022).

Além disso, o uso de ultraprocessados é fator predisponente para o desencadeamento de doenças crônicas não transmissíveis, que serão levadas para a

fase adulta, gerando prejuízos de longo prazo e por vezes irreversíveis (Cainelli *et al.*, 2021).

Vale destacar, que a indústria alimentícia tem desenvolvido uma vasta gama de produtos que passam por múltiplos processos de beneficiamento, transformação ou preparo. Esses processos frequentemente incluem a adição de grandes quantidades de açúcares, gorduras e aditivos alimentares, ao mesmo tempo em que reduzem os nutrientes presentes nos alimentos originais utilizados como matéria-prima (Louzada *et al.*, 2021).

De acordo com Toloni (2014), os hábitos alimentares dos indivíduos têm passado por diversas mudanças nos últimos anos, tendo em vista a substituição dos alimentos caseiros por alimentos processados e ultraprocessados, que contém alta densidade calórica e baixo valor nutricional. O consumo desses alimentos pode resultar em agravos à saúde, principalmente nas crianças que estão cada vez mais expostas e influenciadas por campanhas publicitárias a consumir estes alimentos, além de terem praticidade de uso e facilidade de compra, como destaca Soares *et al.*, (2022).

Diante desta perspectiva, busca-se por meio da literatura, identificar qual o padrão de consumo de alimentos ultraprocessados em crianças com menos de 24 meses, com a finalidade de contribuir para compreensão entre a relação do aleitamento materno e o consumo de alimentos ultraprocessados, além de investigar as diretrizes recomendadas para a introdução alimentar em lactentes e crianças. Assim como, examinar os fatores que influenciam a escolha de alimentos ultraprocessados na dieta infantil e destacar o papel da família no desenvolvimento dos hábitos alimentares da criança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ALEITAMENTO MATERNO

O início da vida da criança, até seus 24 meses são primordiais para o desenvolvimento e crescimento da criança, com influência sobre todo o restante da vida do indivíduo (Zielinska *et al.*, 2019). Uma alimentação nutricionalmente adequada é fundamental para esta fase da vida, sendo o leite materno o alimento ideal, não sendo substituído de forma completa e adequada por nenhum outro alimento, mesmo com o empenho da indústria em adequar leites de outros mamíferos, como as vacas, nenhum destes produtos se iguala ao leite materno (Brasil, 2019).

A amamentação deve ser iniciada logo após o parto, preferencialmente na primeira hora de vida do bebê, pois a amamentação libera hormônios responsáveis pela produção do leite e diminuição do sangramento pós-parto, além de fornecer a primeira dose de anticorpos para a criança, prevenindo assim infecções e outras doenças (Brasil, 2019; Nascimento *et al.*, 2021).

A criança deve ser amamentada em regime de livre demanda, ou seja, na hora que quiser e quantas vezes quiser, sendo normal uma criança mamar de oito a até doze vezes por dia. Este comportamento é interpretado por algumas mães ou cuidadores como um indicativo de que o leite materno não está sendo suficiente em quantidade ou qualidade para nutrir a criança, o que leva a introdução de fórmulas para complementar a alimentação (Brasil, 2022).

Este alimento altera conforme o crescimento da criança, sendo o primeiro leite produzido após o parto chamado de colostro, este apresenta aspecto amarelado, espesso e possui alta concentração de proteínas, vitaminas, minerais e baixa concentração de gordura. Entre o sexto e o décimo quinto dia de vida do bebê, o leite produzido é denominado leite de transição, nesta fase ocorre a redução da quantidade de proteínas e aumento da quantidade de gorduras e carboidratos. A partir do décimo quinto dia inicia-se a produção do leite chamado maduro, de aparência esbranquiçada e consistente, contendo proteínas, gorduras, carboidratos e outros nutrientes (Fulginiti, 2016; Brasil, 2019).

O leite materno é completo com relação à sua composição nutricional garantindo todos os macronutrientes e micronutrientes que a criança necessita para o seu desenvolvimento, sendo o seu arranjo bioquímico adequado para manter a criança hidratada, dispensando até mesmo a ingestão de água no primeiro semestre de vida (Lucchese *et al.*, 2023). Também estão presentes no leite materno anticorpos e outros compostos que vão proteger a criança contra o desenvolvimento de diversas doenças, tais como diarreia, e infecções diversas (Brasil, 2019). Além de nutrientes e anticorpos, o leite materno contém outros componentes como, agentes anti-inflamatórios, antioxidantes, hormônios, dentre outros (Guilherme; Nascimento, 2013).

O aleitamento materno exclusivo (AME) no primeiro semestre de vida é recomendado como uma medida de saúde pública (Longo-Silva *et al.*, 2015). Conforme o Ministério da Saúde, o aleitamento materno (AM) é a prática mais eficaz de proteção contra a mortalidade infantil (Brasil, 2019). Além disso, esta prática tem potencial de melhoria na nutrição, educação e saúde da criança e da mãe (Flores *et al.*, 2017).

Segundo o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras (2019), amamentar não gera gastos comparado com outros leites, já que o leite materno é produzido pela mãe. Logo os benefícios do aleitamento materno estão acessíveis a todas as classes sociais, independente da renda da família.

O ato de amamentar contribui positivamente para a saúde física da mãe, reduzindo a probabilidade de desenvolvimento de câncer de mama, ovário, útero e do diabetes tipo 2, além de ser um fator de aumento da autoestima e autoconfiança da mulher o que melhora sua saúde mental (Nascimento *et al.*, 2021). O contato entre mãe e filho durante a amamentação traz benefícios psicológicos para ambos, reforçando a intimidade, aumentando o sentimento de segurança e fortalecendo os laços afetivos entre ambos, sendo também uma forma especial de desenvolvimento na criança da habilidade de se comunicar com confiança e afeto (Lucchese *et al.*, 2023).

2.2 INTRODUÇÃO ALIMENTAR

A fase de introdução alimentar deve ser iniciada por volta do sexto mês de vida da criança, uma vez que apenas o leite materno não supre todas as necessidades nutricionais a partir desta idade (Yadav; Rawat; Shastri 2024). Portanto, é importante a introdução de novos alimentos sem interromper o aleitamento materno, como destacam Cainelli *et al.*, (2021); Cavalcanti, Boccolini, (2022), Mercês *et al.*, (2022).

Esta nova etapa da alimentação da criança deve ser feita com alimentos *in natura*, na forma como são obtidos da natureza, como ovos, grãos, cereais, frutas, verduras, legumes, carnes e tubérculos (Siqueira, *et al.*, 2022). Já no final do primeiro ano de vida a alimentação deve ter progredido em consistência e apresentação dos alimentos de forma que ela já seja a mesma alimentação do restante da família (Soares *et al.*, 2022).

A introdução alimentar precoce, ou seja, antes do sexto mês de vida, pode acarretar problemas no desenvolvimento e crescimento da criança, já que alguns dos sistemas fisiológicos, como o renal e digestório, não estão prontos para recebimento dos alimentos (Flores *et al.*, 2017; Spaniol *et al.*, 2020).

Outro fator prejudicial é o fato de que a introdução precoce de novos alimentos pode gerar uma redução no aleitamento materno e conseqüentemente uma diminuição de agentes imunológicos presentes no leite materno, podendo aumentar o risco de desenvolvimento de infecções e alergias (Mercês *et al.*, 2022). Na infância não é recomendado o consumo de alimentos com altos teores de açúcares, gorduras, sódio,

enlatados, frituras, salgadinhos, bolachas, guloseimas e refrigerantes, já que estes alimentos são considerados não saudáveis e por serem hiper palatáveis acabam competindo e reduzindo a ingestão de alimentos saudáveis (Soares *et al.*, 2022).

Os dois primeiros anos de vida são fundamentais para a formação dos hábitos alimentares da criança, a família deve exercer protagonismo nesta fase priorizando a escolha de alimentos *in natura* ou minimamente processados e oferecidos de forma variada e atrativa (Porto *et. al*, 2022; Silva *et al.*, 2016).

A introdução alimentar precoce é multifacetada e influenciada por diversos fatores de natureza social, econômica, familiar e emocional, bem como pelas condições de vida e assistência à saúde, além de refletir nas estratégias limitadas para promover o aleitamento materno exclusivo. Há diversas particularidades que envolvem estas condições como fatores individuais, culturais e sociais (Mercês *et al.*, 2022).

Os fatores que levam a utilização de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de 2 anos, são a baixa renda mensal; ausência da mãe como principal cuidadora e a falta de tempo para o preparo de alimentos saudáveis (Lopes *et al.*, 2020; Longo-Silva *et al.*, 2015; Leite *et al.*, 2022); baixa escolaridade das mães que leva ao menor discernimento entre alimentos saudáveis e não saudáveis, além de dificultar a leitura e compreensão dos rótulos existentes nos alimentos industrializados; estratégias publicitárias utilizadas pelas indústrias, rótulos atraentes, oferta de brindes que levam os responsáveis a acreditarem que esses alimentos são nutricionalmente adequados (Porto *et al.*, 2022; Dallazen *et al.*, 2018).

O processo de introdução alimentar, deve ser conduzido por mães e cuidadores com atenção no preparo e apresentação dos alimentos, estes devem possuir cores, sabores, aromas e texturas adequados a cada fase do desenvolvimento da criança (Brasil, 2015; Fulginithi, 2016). O paladar e hábitos alimentares da criança tem sua formação auxiliada pela forma como os alimentos são preparados e apresentados, a variação de sabores, consistência ou forma de preparo são boas formas de desenvolvimento de um paladar saudável, também é importante que a criança possa pegar pequenos pedaços do alimento, despertando assim a curiosidade e desejo de levá-los à boca (Brasil, 2019).

2.3 ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

A indústria dos alimentos, assim como todos os demais segmentos industriais, vem evoluindo de forma crescente e constante desde a primeira revolução industrial. Esse desenvolvimento busca produzir produtos que atendam os desejos dos

consumidores com escalas de produção cada vez maiores e com custos cada vez menores. A combinação destes fatores favorece grandemente a comercialização destes produtos, pois agradam o paladar com um custo baixo e grande facilidade no consumo ou preparo. O resultado é a geração de um grande retorno financeiro para os fabricantes (Louzada *et al.*, 2021; Giesta *et al.*, 2019).

Como fruto desta evolução temos os Alimentos Ultraprocessados - AUP, que são formulações industriais de compostos extraídos de alimentos como óleos, gorduras, açúcar, amido e proteínas, compostos derivados de alimentos como, gorduras hidrogenadas ou amido modificado, ou compostos sintéticos baseados em matérias orgânicas como os corantes, aromatizantes e realçadores de sabor; porém com pouca ou nenhuma quantidade do alimento inteiro ou na sua apresentação integral (Batalha *et al.*, 2017).

A formulação dos alimentos ultraprocessados é tipicamente rica na adição de aromatizantes artificiais, corantes, emulsificantes, acidulantes e outros aditivos que têm como propósito modificar a percepção sensorial do alimento (Leite *et al.*, 2022). Além dos aditivos, esses alimentos também possuem elevadas quantidades de gorduras e açúcares adicionados, levando os mesmos a possuírem uma alta taxa de densidade calórica, além de serem pobres em fibras, proteínas e micronutrientes (Lopes *et al.*, 2020).

As técnicas de processamento utilizadas na fabricação dos alimentos ultraprocessados são desenvolvidas para facilitar o consumo, que muitas vezes podem ser feitos sem nenhum preparo adicional, ou seja os alimentos são apresentados já prontos para o consumo, bastando-se abrir um pacote, uma garrafa ou um saquinho, dentre estas técnicas temos a extrusão, moldagem, pré-processamento, fritura ou cozimentos (Giesta *et al.*, 2019). A validade destes produtos é longa em decorrência da adição de conservantes sintéticos ou outros aditivos para impedir ou reduzir a deterioração das características sensoriais do produto ou desenvolvimento de microrganismos que possam causar patologias a quem os consumir. Estes dois fatores também são grandes motivadores para o consumo deste tipo de alimento (Brasil, 2014).

Com o crescente conhecimento dos profissionais, e até mesmo da população em geral, quanto aos alimentos ultraprocessados e malefícios ligados ao consumo, a indústria de alimentos tem buscado oferecer alternativas denominadas versões “light”, “diet” ou “zero” dos produtos tradicionais. Porém, uma análise mais minuciosa dos

componentes e informações nutricionais destas versões revela que, para a manutenção do sabor, a redução de gorduras é compensada pelo aumento de açúcares ou a redução de açúcares é compensada pelo aumento de gorduras. Outro recurso é adição de fibras ou nutrientes sintéticos sem a garantia ou comprovação que o item adicionado tenha o mesmo efeito no organismo do nutriente encontrado na forma natural dos alimentos (Brasil, 2014).

Conforme a lei de rotulagem dos alimentos, a lista de ingredientes deve estar presente nos rótulos, sendo esta, uma forma eficaz de distinção dos alimentos ultraprocessados, como por exemplo, uma longa lista de ingredientes e a presença de ingredientes com nomes complexos que não são utilizados no cotidiano das famílias para o preparo das refeições (Brasil, 2014). A leitura da lista de ingredientes é também útil para identificação da densidade calórica do alimento, normalmente os alimentos ultraprocessados devido a adição de açúcares ou gorduras possuem um alto valor calórico (Porto *et al.*, 2022).

2.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES

Nos últimos 60 anos, aconteceram modificações econômicas, sociais e tecnológicas que alteraram os hábitos de vida da população em diversos países, já que essas mudanças também afetaram os hábitos alimentares, impactando de maneira positiva ou negativa a saúde das pessoas. A tecnologia, em particular, é um elemento contemporâneo que introduziu uma nova forma de viver, influenciando não apenas os aspectos relacionais, mas também os hábitos de vida (Melo *et al.*, 2017).

O contexto familiar foi o mais afetado, principalmente por exercer uma grande influência nos comportamentos e hábitos alimentares dos seus membros, incluindo aqueles relacionados à alimentação e saúde, impactando diretamente na formação dos hábitos alimentares da família e, conseqüentemente, das suas crianças (Spaniol, 2020).

Esses fatores têm contribuído para o aumento do consumo de alimentos com alta densidade calórica, ricos em sódio, açúcares e gorduras, e com baixo teor de fibras, ferro e cálcio, pois é comum que pais com alta carga de trabalho e ausência familiar tendem a consumir *fast-foods*, alimentos ultraprocessados e guloseimas, que são altamente palatáveis e de preparo rápido (Santos; Coelho; Romano, 2020).

Na alimentação responsiva, um ponto a ser enfatizado como prática durante o compartilhamento das refeições, ou seja, durante as refeições sugere que pais e filhos

compartilhem as mesmas refeições, influenciando na aceitação dos alimentos pela criança (Melo *et al.*, 2017).

Os padrões alimentares do núcleo familiar onde a criança reside representam a primeira influência social em seus hábitos alimentares (Souza *et al.*, 2020; Verga *et al.*, 2022). Dado que as crianças não têm autonomia para escolherem seus alimentos, pois dependem dos pais ou cuidadores para tomar essas decisões (Melo *et al.*, 2017). De acordo com Giesta e colaboradores (2017), crianças que crescem em famílias com padrões alimentares inadequados têm menor probabilidade de desenvolver hábitos alimentares saudáveis.

3 METODOLOGIA E MÉTODOS DA PESQUISA

A validação metodológica do artigo foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória. Vale ressaltar que a revisão integrativa permite a síntese do conhecimento e a integração dos resultados de estudos relevantes, aplicando-os na prática (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Esse método envolve uma análise abrangente dos materiais encontrados, que é detalhada nas discussões e nos resultados da pesquisa, além de ser uma abordagem que contribui significativamente com o tema abordado, seguindo um procedimento padrão de seis etapas: identificação do tema e seleção da hipótese, definição da estratégia de pesquisa, coleta de dados, análise dos dados obtidos, interpretação e apresentação dos resultados (Souza *et al.*, 2021).

Desta maneira, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: O que existe em bases de literatura sobre o padrão de consumo de alimentos ultraprocessados em crianças menores de 2 anos e sua relação com o aleitamento materno?

A coleta de artigos foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica nas bases de dados eletrônicas de busca avançada, ocorridas no período de março a maio de 2024. Para elaboração desta pesquisa foram utilizados os seguintes dados bibliográficos: - Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Lillacs, Pubmed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de dissertações, artigos em periódicos on-line e livros provindos de consultas em documentos do Ministério da Saúde e Convibra Saúde, que foram publicados no período de 5 anos, com exceção das Diretrizes Oficiais.

Foram empregados os seguintes descritores em ciência da saúde (DeCS): “aleitamento materno”, “nutrição do lactente”, “alimento processado”, “hábitos

alimentares”, “consumo de alimentos” e “influência alimentar”, utilizadas de forma isolada ou combinadas entre si através de: (“aleitamento materno” OR “*Breast Feeding*”) AND (“alimento processado” OR “*Food, Processed*”) AND (“alimento processado” OR “*Food, Processed*”) AND (“nutrição do lactente” OR “*Infant Nutrition*”). Optou-se por utilizar o termo alternativo “alimentos ultraprocessados”.

Assim, foram identificados 50 artigos e 4 dissertações, além de 2 Guias Alimentares e 2 livros. Os artigos foram selecionados, lidos e analisados, tanto em português, espanhol como inglês e após este processo os trechos e dados importantes para a pesquisa foram retirados de cada artigo e agrupados por assunto baseados em nosso tema de estudo.

Os estudos foram inicialmente analisados de acordo com os títulos, em seguida, avaliados os resumos e aqueles que se enquadram com a temática proposta foram lidos na íntegra. Foram selecionados estudos que analisaram a relevância do aleitamento materno, a importância da alimentação saudável nos primeiros anos de vida e os danos associados ao consumo de alimentos ultraprocessados.

E como critério de exclusão artigos que apresentavam duplicidade de informações ou que não estavam diretamente relacionados ao tema, pois o foco inicial foi adquirir conhecimentos e uma compreensão detalhada sobre consumo de alimentos ultraprocessados em crianças com menos de 2 anos de idade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram achados 50 artigos nas bases de dados pesquisadas conforme as estratégias de busca pelos sites de busca avançada, entre os anos de 2013 e 2024. Após a avaliação dos títulos e resumos, 45 artigos foram considerados potencialmente elegíveis para inclusão no estudo e, conseqüentemente, foram selecionados para leitura na íntegra. Após uma análise completa, 36 artigos foram escolhidos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, consistindo em 25 estudos qualitativos, 9 estudos quantitativos e 2 estudos de abordagem mista. Seis artigos foram excluídos devido à duplicidade e 4 artigos que mencionaram sobre a lactação e a introdução alimentar em seus resumos foram excluídos por não tratarem especificamente sobre a ingestão de alimentos ultraprocessados em menores de 2 anos de idade.

Conforme a Tabela 1, apresentada abaixo, encontram-se os sete principais artigos utilizados na elaboração desta pesquisa, destacando seus objetivos e principais resultados.

Tabela 1 - Resumo dos principais autores e resultados da pesquisa

AUTOR/ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
Spaniol <i>et al.</i> , 2020.	<p>Analisar a ingestão de alimentos complementares em crianças de 6 a 24 meses no Distrito Federal/Brasil, considerando a classificação NOVA que categoriza os alimentos conforme o grau e o processamento a que foram submetidos.</p>	<p>Foram examinadas 538 crianças com idade entre 6 a 24 meses. Aproximadamente 23% estavam em risco de sobrepeso, enquanto 14,6% das crianças de 6 a 12 meses e 12,4% das de 12 a 24 meses já apresentavam sobrepeso ou obesidade. Com aproximadamente 30,4% do consumo alimentar derivado de AP e AUP.</p>
Melo <i>et al.</i> , 2017.	<p>Analisar a influência do comportamento dos pais durante as refeições e seu impacto no excesso de peso em crianças no município de Montes Claros, MG.</p>	<p>Participaram deste estudo 100 crianças, com uma idade média de 35 meses. Observado que 97% da amostra realizava as principais refeições diárias com a família em casa. E o excesso de peso infantil teve correlação a momentos de exceções na alimentação, como das “guloseimas”.</p>
Armani <i>et al.</i> , 2024.	<p>Descrever a prevalência do consumo de AUP em crianças menores de 2 anos e identificar os fatores associados.</p>	<p>A pesquisa incluiu 4.224 crianças, na Argentina, entre 1 ano de idade ou mais (63,3%). Quanto ao consumo de AUP, 90,8% da amostra relatou ingeri-los. Resultados demonstraram que o consumo de AUP com</p>

		96,1% foi entre crianças maiores de 12 meses se comparado a idade inferior com 81,6%.
Andrade <i>et al.</i> , 2021	Determinar a prevalência e identificar os fatores associados ao aleitamento materno em crianças com menos de 2 anos de idade, no estado da Bahia, Brasil.	De 134 crianças avaliadas, 68,4% foram amamentadas, onde 33,8% estavam em AME. Tendo prevalência desta prática associada à: idade gestacional, AM na primeira hora após nascer, ausência de chupetas antes dos 6 meses de vida.
Giesta <i>et al.</i> , 2019	Verificar a relação entre os fatores maternos, antropométricos e o consumo de alimentos ultraprocessados em crianças com idade entre 4 e 24 meses, em um hospital em Porto Alegre/RS.	Os AUP mais consumidos entre as crianças menores de 2 anos, estiveram bolacha, gelatina e queijo tipo <i>petit suisse</i> com 65,7%, 62,3% e 58,3%, respectivamente. Apenas 21% da amostra não havia recebido AUP. Entre as crianças que já consumiram esses alimentos nos primeiros anos de vida, 56,5% receberam algum deles antes dos seis meses.
Soares <i>et al.</i> , 2022	Examinar a correlação entre o consumo de alimentos ultraprocessados por mães e seus filhos menores de dois anos de idade, e identificar as principais características associadas.	A pesquisa foi realizada com 171 crianças atendidas em UBS de Viçosa/MG, avaliado o consumo de ultraprocessados, onde 83,3% dentro da faixa etária de 6 a 12 meses e 97,6% dos maiores de 12 meses já

		consumiam alimentos ultraprocesados.
Relvas; Buccini; Venancio, 2019	Analisar a frequência do consumo de alimentos ultraprocesados em crianças abaixo de um ano em uma UBS em São Paulo, Brasil.	Amostra de 181 respostas de análise do consumo de AUP, entre 6 a 12 meses, relatado que os não amamentados (53,8%) apresentaram maior prevalência no consumo de AUP, sendo os alimentos mais consumidos: bolachas recheadas e doce (21,8%), bebidas açucaradas (20,0%) e macarrões instantâneos, salgadinhos de pacote (18,5%).

Fonte: Autoras (2024)

*AP: Alimentos Processados

Visto que, a amamentação é uma prática natural e fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. Os benefícios do aleitamento materno vão além da nutrição, pois diminui o risco de diversas doenças, incluindo diarreia, infecções respiratórias, doenças não-transmissíveis e obesidade infantil (Andrade *et al.*, 2021), como considerado neste estudo citado, o aleitamento materno tem atribuições de fatores associados às condições maternas vividas em sua infância, ausência de utensílios comercializados para uso infantil que podem interferir na continuidade do AME, assim como a idade gestacional da criança ao nascer.

E conforme a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), é indicado manter o aleitamento materno de forma exclusiva até os primeiros seis meses de vida da criança. Após esse período, deve-se iniciada a introdução de alimentos complementares, com alimentos saudáveis e adequados para cada período que a criança se encontra e a amamentação deve continuar até pelo menos dois anos de idade (Brasil, 2022).

Spaniol (2020) salienta que a introdução de alimentos complementares nos primeiros dois anos de vida representa uma oportunidade crucial para os bebês estabelecerem padrões alimentares saudáveis a longo prazo. Por outro lado, a

introdução precoce de alimentos não saudáveis pode prejudicar o crescimento e o desenvolvimento infantil. Em comparação com a pesquisa, Lopes (2020) indaga que a introdução de dietas obesogênicas nas fases iniciais do desenvolvimento tem impactos de longo prazo na saúde dos lactentes, aumentando o risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta.

Segundo o Guia Alimentar Brasileiro, os alimentos não saudáveis são denominados como processados (AP) e ultraprocessados (AUP), os APs são produtos com grande com alta adição de sal e açúcar para a sua conservação, já os AUPs são formulações industriais compostas principalmente por substâncias derivadas de alimentos ou sintetizadas em laboratório a partir de matéria-prima orgânica, além de serem ricos em densidade energética, açúcar livre, sódio e gordura saturada (Brasil, 2019).

Corroborando com nossos achados, Soares *et al.*, (2022) destaca que os alimentos mais consumidos pelas crianças fazem parte do mesmo grupo de alimentação dos pais, ou seja, produtos industrializados e de fácil acesso e preparo, entre eles estão: biscoitos, lácteos, bebidas açucaradas, lanches, massas.

Ainda nesses achados Giesta *et al.*, (2019) aponta que antes dos seis meses os alimentos mais introduzidos são: gelatina (27,0%), queijo tipo *petit suisse* (23,7%) e bolacha sem recheio (19,7%). E após este período, os alimentos avaliados foram mantidos na rotina das crianças e continuaram sendo os mais apresentados às crianças, contudo em maiores proporções: 46% para bolacha sem recheio, 35,3% gelatina e 34,7% queijo tipo *petit suisse*.

Outro estudo, evidenciado na Tabela 1, aponta que os alimentos mais consumidos pelas crianças de 6 a 12 meses foram bolachas recheadas, chocolates e doces (21,8%), seguidos por bebidas doces (20,0%) e macarrões instantâneos, salgadinhos de pacote e biscoitos salgados (18,5%). Essa análise por tipo de alimentação mostrou que crianças não amamentadas apresentaram uma tendência de 53,8% para o consumo de alimentos ultraprocessados, esse elevado índice está relacionado à baixa escolaridade materna e à falta de assistência precoce (Relvas; Buccini; Venancio, 2019).

Já nos estudos de Soares *et al.*, (2022) realizado com crianças menores de 24 meses revelou que aproximadamente 31% delas consumiam suco artificial e 30% já ingeriam açúcar e achocolatado. Dado que as crianças nascem com uma preferência

natural pelo sabor doce, a oferta de alimentos açucarados pode acostamá-las a um alto consumo de açúcares, trazendo consequências negativas para sua saúde atual e futura.

Quanto aos fatores investigados relacionados à introdução de alimentos ultraprocessados (AUPs), Giesta (2019) afirma que a dieta das crianças é influenciada por fatores socioeconômicos e demográficos, tais estudos indicam que mães com menor renda familiar e menor escolaridade tendem a introduzir AUPs mais cedo na alimentação dos filhos, por muitas vezes enfrentar desafios financeiros, devido ao seu menor custo e maior conveniência, apesar de seu baixo valor nutricional.

Longo-Silva (2015) complementa dizendo que o consumo de ultraprocessados resulta diretamente da participação crescente da mulher no mercado de trabalho, juntamente com a escassez de tempo para o preparo de alimentos e a confiança atribuída aos produtos anunciados pela mídia, muitas vezes direcionados ao público infantil.

Em contexto, os dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil-Enani (2019), resultado do estudo de 14.558 crianças com idade entre 6 a 8 meses, concluiu que 80,5% das crianças entrevistadas consumiam alimentos ultraprocessados. Comparando com a pesquisa de Armani *et al.*, (2024), das 4.224 crianças entre 6 aos 23 meses localizadas em residências particulares em localidades urbanas no estado da Argentina o consumo foi de 90,8%. De acordo com esses dados, podemos perceber de forma clara uma elevada taxa de consumo de ultraprocessados por crianças na idade de introdução alimentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a relação entre o leite materno e o consumo de alimentos ultraprocessados, é crucial enfatizar a importância do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida para garantir o desenvolvimento saudável da criança. O leite materno oferece todos os nutrientes essenciais e fortalece o sistema imunológico, estabelecendo bases sólidas para hábitos alimentares futuros.

A introdução precoce de alimentos ultraprocessados pode influenciar as preferências alimentares, levando a uma inclinação por sabores artificiais e altamente palatáveis, característicos desses produtos, resultando em padrões alimentares menos saudáveis ao longo da vida.

As diretrizes recomendadas incluem aleitamento materno exclusivo até os seis meses, seguido de uma introdução gradual de alimentos complementares à base de

alimentos in natura; promover variedade e textura na dieta infantil para que a criança explore novos sabores e desenvolva habilidades de mastigação; evitar açúcares e alimentos ultraprocessados é crucial devido à sua baixa densidade nutricional e alto teor calórico. Além disso, incentivar a alimentação familiar é fundamental para estabelecer hábitos saudáveis desde cedo.

Diversos fatores contribuem para o aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados em crianças pequenas, como a conveniência, a publicidade direcionada, a falta de tempo dos cuidadores e a escassez de conhecimento sobre nutrição infantil. A influência das práticas alimentares familiares e culturais também desempenha um papel significativo, assim como a urbanização e a globalização, que ampliam o acesso a produtos industrializados.

Dito isto, o nutricionista desempenha um papel crucial tanto na redução do consumo de ultraprocessados quanto na promoção do aleitamento materno, visto que os dois aspectos são fundamentais para a saúde pública, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento infantil e à prevenção de doenças crônicas.

O papel da nutrição no consumo de ultraprocessados é multidimensional, abrangendo educação, conscientização, promoção de hábitos alimentares saudáveis, interpretação de rótulos alimentares e variações em diversos níveis. Ao integrar estratégias de educação, apoio e promoção de políticas desenvolvidas, os nutricionistas podem desempenhar melhoria da saúde pública e no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis desde o início da vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. D. *et al.* Prevalência e fatores associados ao aleitamento materno em crianças menores de 2 anos de idade. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*. v. 20, n. 4, p. 610-618, Salvador, 2022. Doi: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v20i4.42450>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/42450/26021>. Acesso em: 21 mai. 2024.

ARMANI, M. F. Consumo de alimentos ultraprocessados en niños entre 6 y 23 meses según la Segunda Encuesta Nacional de Nutrición y Salud de Argentina. *Arch Argent Pediatr*. 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.5546/aap.2023-10050> Disponível em: <https://www.sap.org.ar/docs/publicaciones/archivosarg/2024/v122n2a12.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BATALHA M.A. *et al.* Processed and ultra-processed food consumption among children aged 13 to 35 months and associated factors. *Cad. Saúde Pública* 2017. São Luís MA, 2017. Doi: 10.1590/0102-311X00152016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Jv8n4Hx58jVyydXbFKWkJWD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Benefícios da Amamentação*. Brasília, DF: 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2023/amamentacao/conheca-os-beneficios>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da criança, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. 2º edição, nº 23, p. 44 e 95, Brasília 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab_23.pdf. Acesso em: 21 março 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Campanha Nacional Busca Estimular Aleitamento Materno*. Brasília, DF: 2022. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2584-campanha-nacional-busca-estimular-aleitamento-materno>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/download/relatorio-5-alimentacao-infantil-i/>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Ministério da saúde. *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de 2 anos*. Brasília, DF: 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. Brasília, DF: 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 09 mar. 2024.

CAINELLI E.C. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças e fatores socioeconômicos e demográficos associados. *Einstein journal*. São Paulo, 2021. Doi: 10.31744. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/YXJJyDqZRPk88tZ8GsrTrdN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2024.

CAVALCANTI, A. U.; BOCCOLINI, C. S. Desigualdades sociais e alimentação complementar na América Latina e no Caribe. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27. nº 2. p. 619-630, Rio de Janeiro, 2022. Doi: 10.1590/1413-81232022272.31862020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/G7VMKfFbsqRXjY4ymDckGNJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2024.

DALLAZEM C. *et al.* Introdução de alimentos não recomendados no primeiro ano de vida e fatores associados em crianças de baixo nível socioeconômico. *Caderno Saúde Pública*. Porto Alegre, RS, 2018. Doi: 10.1590/0102-311X00202816. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/fQY59m9WLX9GK7xKrf56cJc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FLORES, T. R. *et al.* Consumo de leite materno e fatores associados em crianças menores de dois anos: Pesquisa Nacional de Saúde. *Caderno Saúde Pública*. Pelotas, RS, 2017. Doi: 10.1590/0102-311X00068816. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qbD5pxysYyvR87d9zMTJ6bC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2024

FULGINITI H. S. D. O. Composição do leite materno. In: *Nutrição Materno-Infantil*. Porto Alegre: Sagah, 2016. Unid. 3, p.84. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788569726838/pageid/3>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GIESTA J. M. *et al.* Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.27. n° 4. p.2387-2397. Porto Alegre, RS, 2019. Doi: 10.1590/1413-81232018247.24162017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/y9yXvSt9sm7J4v5x7q3kZHG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.

GUILHERME, J.P.; Nascimento, M. B. R. O leite humano – Anatomia e fisiologia da lactação. In: *Manual de Aleitamento Materno*. Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria. Barueri, SP: Manole, 2013. Cap.1, p. 01,02 e 08. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439319/pageid/26>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LEITE, L. N.; DAMACENO, B. S.; LOPES, A. F. Consumption of ultraprocessed foods and screen exposure of preschoolers living in a region of high social vulnerability in São Paulo, Brazil. *ABCS Health Sciences*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/09/1391910/abcs47e022217.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LONGO-SILVA, G. *et al.* Introdução de refrigerantes e sucos industrializados na dieta de lactentes que frequentam creches públicas. *Revista Brasileira de Pediatria*. v.33. n° 1. p. 34-41, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rpped.2014.06.009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/dvLKKrD9HhYmt7nGTM7vFSP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2024.

LOPES, W. C. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças menores de 24 meses de idade e fatores associados. *Revista Paulista Pediatria*. Minas Gerais, Brasil, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2018277>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/kFndBzThszpPyXRYvtFBzJc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LOUZADA, M.L.C. *et al.* Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. *Caderno de Saúde Pública*. v. 37. São Paulo, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00323020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2021.v37suppl1/e00323020/pt>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LUCCHESI, I. Amamentação na primeira hora de vida em município do interior do Rio de Janeiro: fatores associados. *Revista Escola Anna Nery*. Rio de Janeiro, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0346pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dpTZq6hcWNvsKjGcHDBzNQh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MELO, K. M., *et al.* Influência do comportamento dos pais durante a refeição e no excesso de peso na infância. *Revista Escola Anna Nery*. v. 21. Minas Gerais, 2017. Doi: 10.1590/2177-9465-EAN-2017-0102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/NQ9MgC7XJTvPVW7986KpXPS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MERCÊS, R.O. *et al.* Fatores associados à introdução alimentar precoce em um município baiano. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*. Salvador, BA, v. 21, n. 2, p. 243-251, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v21i2.49148>. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/11/1400154/13-34.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

NASCIMENTO, G. H. C. *et al.* A influência do aleitamento materno para o desenvolvimento da criança. *Research, Society and Development*, v. 10, n.14, Manaus, AM, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22184>. Disponível em: [file:///D:/PERFIL/Downloads/22184-Article-264453-1-10-20211101%20\(1\).pdf](file:///D:/PERFIL/Downloads/22184-Article-264453-1-10-20211101%20(1).pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

PORTO, J.P, *et al.* Introdução de alimentos ultraprocessados e fatores associados em crianças menores de seis meses no sudoeste da Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 27. p. 2087-2098. Bahia, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022275.03802021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nyZzxk35v4NP8j8j9LmXfFy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RELVAS, G. R. B.; BUCCINI, G. S.; VENANCIO, S. I. Consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças com menos de um ano na atenção primária à saúde em uma cidade da região metropolitana de São Paulo, Brasil. *J Pediatr*, Rio de Janeiro, 2019. v.95. n° 5. p.5 84-592. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2018.05.004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/cP3sDZqnHQNPTqLKwnr8NPF/?lang=pt#>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SANTOS, K. F.; COELHO, L. V.; ROMANO, M. C. C. Comportamento dos pais e comportamento alimentar da criança: Revisão Sistemática. *Revista Cuidarte*. v.11 n 3, p.1041. Minas Gerais, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1041>. Disponível em: <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/1041/1689>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVA, G.A.P.; COSTA, K.A.O.; GIUGLIANE, E. R. J. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpmed.2016.02.006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/H8MdrRDbRRBRLMnNG85Q99Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SIQUEIRA. I. M. B. J. *et al.* Consumption of food groups and associated factors among children aged 6 to 23 months. *Rev. Paul. Pediatr.* 2022. e.40. Doi:

<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2021080>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rpp/a/7DKTFpggPdn5X7x9QCWbbMC/?format=pdf&lang=en>.
Acesso em: 16 abril 2024.

SOARES, M.M. *et al.* Características maternas e infantis correlacionadas à frequência do consumo de alimentos ultraprocessados por crianças de 6 a 24 meses. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*. v. 22. p.375-383. Recife, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/nMnFYQxCvC5MvF6KYbZskBt/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 16 abr. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. São Paulo, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, T. T. *et al.* Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. n. 26. Jul. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07242021>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/TNs4YyD4JNbmG49ZpNNmxhD/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 25 mai. 2024.

SPANIOL, A.M. *et al.* Early consumption of ultra-processed foods among children under 2 years old in Brazil. *Public Health Nutrition*. v. 24, n 11, p. 3341–3351, 2020. DOI:10.1017/S1368980020004759. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10195384/pdf/S1368980020004759a.pdf>.
Acesso em: 02 mai. 2024.

TOLONI, M. H. A. *et al.* Consumo de alimentos industrializados por lactentes matriculados em creches. *Revista Paulista Pediatria*. v 32, p.37-43, São Paulo, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822014000100007>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rpp/a/xsG9JXk8rDhF4PXY8vYyqpQ/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 14 abr. 2024.

VERGA, S. M. P. *et al.* O sistema familiar buscando a transformação do seu comportamento alimentar diante da obesidade infantil. *Rev Bras Enferm*. 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0616>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reben/a/qFN69npDkHg4tL9fPZdNNLw/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 08 abril 2024.

YADAV, A.; RAWAT S.; SHASTRI S. An epidemiological study of the determinants and patterns of complementary feeding practices among children of 6–24 months of age group. *Journal of Family Medicine and Primary Care*. Wolters Kluwer - Medknow, v 13, n 2. DOI: 10.4103/jfmpc1389_23. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC11006051/pdf/JFMPC-13-717.pdf>.
Acesso em: 02 mai. 2024.

ZIELINSKA, M.A. *et al.* Factors Influencing the Age of Complementary Feeding - A Cross-Sectional Study from Two European Countries. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. v 16, p.3799, 2019. Doi:10.3390/ijerph16203799. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6843416/pdf/ijerph-16-03799.pdf>.
Acesso em: 22 abr. 2022

ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA GRADUAÇÃO, ESPELHANDO NAS PESQUISAS DO PPGADM-UFES 2022/2023.

Fábio Manga Lima, Filipe Oliveira Santos, Wendel Freitas Andreatta¹

Tatiane Alves Ferreira⁴

¹ Acadêmicos do curso de Administração – Faculdade Multivix

⁴ Graduada e Mestra em Administração – Docente da Faculdade Multivix

RESUMO

O presente estudo analisou as metodologias de pesquisa aplicadas no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com foco nas produções científicas de 2022 e 2023. A pesquisa buscou entender como as metodologias da ciência pós-moderna influenciam os trabalhos de mestrado e doutorado, além de investigar a viabilidade de aplicá-las no contexto da graduação. Foram analisados 21 artigos, dos quais 80% utilizaram métodos qualitativos, destacando técnicas como *Snowball*, *Grounded Theory*, análise de narrativas e Manejo Cartográfico. Constatou-se que essas metodologias, embora mais comuns na pós-graduação, podem ser adaptadas para projetos de graduação. O estudo reforça a importância da ciência e da pesquisa no desenvolvimento acadêmico e sugere que futuros pesquisadores explorem novas abordagens metodológicas.

Palavras-chave: Ciência pós-moderna, metodologias de pesquisa, PPGADM, UFES, pesquisa qualitativa, ensino superior, dissertações, teses.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de ciência tem sido amplamente discutido na literatura, ajustando o papel da pesquisa no desenrolar da ciência pós-moderna com o uso de metodologias que auxiliam de forma positiva o crescimento da mesma. Diante do abordado, apesar dos discursos sobre as classificações da ciência, de acordo com Santos (2008), após a revolução científica do final do século XVI, uma nova forma de se fazer a ciência foi aderida pela sociedade, trazendo um termo conhecido como “Ciência Pós-Moderna”,

logo, ampliando o conceito da ciência ao discorrer dos progressos advindos desse marco para a sociedade acadêmica e científica. Assim, para promover o desenvolvimento da pesquisa científica e seus métodos, algumas instituições de Ensino Superior possuem Programas de Pós-Graduação, as quais tem o intuito de fomentar o crescimento acadêmico e profissional de seus estudantes, empenhando em zelar pela continuidade da ciência. Neste estudo, tomou-se como mote a produção científica do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) da Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo. Portanto, entende-se que realizar uma pesquisa científica pode ser delineada e modificada de acordo com um fator tempo cronológico, pois de acordo com Filho e Filho (2015), trata-se de utilizar dados do passado como um dos caminhos para explicar situações do presente. Logo, o processo de realizar a ciência é através da pesquisa científica, esta que por sua vez, possui uma estrutura, sendo delineada através de metodologias que auxiliam o andamento do projeto (LAKATOS, 2021).

Logo, no que se refere ao problema de pesquisa, esta que é a “faísca” inicial do estudo, a indagação de algo que incomoda o pesquisador Gil (2022), diante da importância da ciência e da pesquisa científica no decorrer da sociedade, que por sua vez está intimamente ligada ao produto tempo, o presente trabalho traz a seguinte problemática: O uso de metodologia de pesquisa aplicada nas produções científicas em Mestrado e Doutorado podem espelhar a aplicação na pesquisa científica na graduação? Nesse contexto, esta investigação tem o objetivo de apresentar a recepção das metodologias da ciência pós-moderna nos artigos publicados do projeto de mestrado da universidade pública do Espírito Santo – UFES, sendo os objetivos específicos divididos em três partes a) Apresentar o PPGADM; b) Catalogar, descrever e analisar as técnicas de coleta de dados da produção científica do programa de mestrado e doutorado estudado; c) Apresentar as aproximações para aplicação na graduação das técnicas de coleta de dados encontradas na produção científica do programa de mestrado e doutorado estudado.

Portanto, para alcançar os resultados dos objetivos específicos da pesquisa a ser desenvolvida, segundo Gil (2021) a abordagem será qualitativa. Prosseguindo, quanto a técnica para em campo, de acordo com Severino (2017), a pesquisa será classificada como explicativa, pois pretende expandir o conhecimento acerca das metodologias utilizadas na pesquisa científica. Conseqüentemente, foi utilizada uma pesquisa de campo, primordialmente com uma leitura a seguida de uma análise profunda das

metodologias adotadas pelos autores nas dissertações e teses dos anos de 2022 e 2023.

Quanto a delimitação do estudo, de acordo com Lakatos (2021) a pesquisa necessita ser delineada através de uma limitação geográfica e temporal. Portanto, o lócus de pesquisa será o PPGADM/UFES, o qual houve uma observação nas metodologias de pesquisa nos artigos de teses e dissertações defendidos no recorte de 2022 e 2023. A análise se deu através da disponibilidade das obras no site da universidade, e com um contato com a coordenação de curso por meio de telefonemas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo será dividido em três seções, sendo a primeira responsável por fazer uma delimitação no tempo cronológico, apontando a pesquisa científica desde o senso comum a pós-modernidade, a segunda, apresentando um arcabouço sobre a pesquisa científica na área ciência social aplicada, e a terceira, fazendo uma abordagem sobre as diversas metodologias que a pesquisa científica usa na atualidade.

2.1 PESQUISA CIENTÍFICA: DO SENSO COMUM À CIENCIA PÓS-MODERNA

O conhecimento, o visual, o palpável e o tangível são necessidades inerentes dos seres humanos, visto que de acordo com Otta e Yamamoto (2009) todos os esses indivíduos já nascem com uma pré-disposição de aceitação a essas características através das experiências adquiridas com o tempo. Logo, o conhecimento pode ser ligado ao ato de conhecer e investigar, sendo que este é muito além do que se pode mensurar, pois é influenciado pelo ambiente em que se está incluso. (MARCONI, LAKATOS, 2022).

Nesse sentido, desde os tempos remotos, pessoas de diversas gerações têm tentado saciar tais necessidades da compreensão sobre as coisas que estão ao seu redor e inseridas em seu ambiente de convívio de diversas formas (LAKATOS, 2021), sendo que cada uma delas utilizaram-se os recursos provenientes da sua época. Portanto, como fruto dessa busca incessante, diversos pesquisadores começaram a definir e classificar os diversos tipos de conhecimento, que de acordo com Santos e Filho (2012) cita a filosofia como a ciência primária do ser humano, catalogando o conhecimento como: intuitivo, racional, intelectual e científico.

Portanto, a partir dessas considerações, o conceito de conhecimento passou a ser explorado por diversas áreas, sendo classificado segundo suas características como “científico, empírico, filosófico, teológico e artístico” (APOLINÁRIO, 2011, p. 34).

Contudo, esta pesquisa levará em consideração a expressão de conhecimento científico, que de acordo com Demo (1941), apesar de ser amplo e variável ao tempo e espaço, pode ser convergido a um sinônimo de ciência em casos específicos. Desse modo, dentre os diversos significados aderidos ao termo ciência, esta pode ser definida como “um conhecimento racional, objetivo, lógico e confiável” (MARCONI, LAKATOS, 2022, p. 9), sempre sujeito a uma experimentação.

Contudo, de acordo com Henry (1998) o mundo passou por um período denominado de Revolução Científica, que apesar de não se obter um tempo exato de quando ocorreu, esta fase na história foi de suma importância para o amadurecimento científico, sendo que antecedeu o século XIX, período em que o termo da palavra “ciência” passou a fazer parte do vocabulário, fazendo com que o modo de pensar das pessoas que antecederam esse período, entendessem os fenômenos através de algo chamado de “filosofia natural”, sendo “uma série de tradições disciplinares tecnicamente desenvolvidas” (HENRY, 1998, p. 16), que ensinavam através da arte carregadas de conceitos matemáticos e físicos, e que futuramente seriam convertidos em ciência.

Desse modo, com o mundo passando por esta revolução, de acordo com Filho e Filho (2015), por volta do século XVII, os estudiosos Galileu e Bacon, iniciaram o período da Ciência Moderna, com experimentos e aplicações de métodos indutivos ao “separar experimentalmente o que é essencial do que é acidental ou acessório” (CHIAVENATO, 2021, p.33), auxiliando o desenrolar da ciência de forma significativa para a sociedade.

Portanto, como fruto desses ideais, e o início de uma era científica, de acordo com Maximiano (2017) no século XVIII, as empresas começaram a aderir aos experimentos, através da inserção das máquinas a vapor nas produções, a qual iniciaram um período denominado Revolução Industrial, sendo uma forma de diminuição do tempo de produção e das forças humanas e aumentando de forma significativa a eficiência da fábrica.

Como resultado, com tais acontecimentos em decorrência da experiência científica, pelos meados do século 20, de acordo com Connor (1993), o mundo passa a experimentar de forma significativa da teoria pós-moderna em diversas áreas. Segundo Gil (2016), após a Segunda Guerra Mundial, período em que a sociedade mundial passou por momentos de grande sofrimento e escassez de produtos e comidas em diversos lugares, mundo passou por alguns avanços, fazendo com que as novas teorias, trouxessem algumas mudanças no modo de pensar e agir de diversos pesquisadores.

Portanto, como consequência do crescimento científico, de acordo com Santos (1989), a ciência natural possui três fases, sendo que a sua última, refere-se ao amadurecimento da mesma, e por fim, apoiada da tecnologia, podendo transformar ideias em projetos e seus objetivos finais, podendo gerar lucro e atingir seus propósitos.

2.2 A PESQUISA CIENTÍFICA NA CIÊNCIA SOCIAL APLICADA: ÁREA DE NEGÓCIOS

A pesquisa científica através do espaço-tempo vem ganhando força, visto que de acordo com o subcapítulo anterior, foi apresentado o conceito de conhecimento quanto senso comum até chegando ao conceito de ciência. Contudo, pelo fato do amplo e flexível do significado da ciência em diversas áreas, esta possui uma certa classificação, que de acordo com Wazlawick (2020) pode ser considerada como ciências formais ou ciências empíricas, e quanto as subclassificações da última citada, encontra-se a ciência social. Então, de acordo com Dilthey (2010) as pesquisas voltadas para o ser humano iniciaram-se com as práticas vividas e pelas exigências profissionais que a sociedade aplicou no decorrer do tempo cronológico, ou seja, uma forma explícita da consequência do espaço-tempo nas relações sociais. Portanto, como uma mudança na forma de pensar administrativo, esses estudos ampliaram a visão ao entender o ser humano como um fator essencial, dinamizando as atividades a serem desempenhadas, alterando as práticas solas por ações em grupos, e socializando a liderança (SANTOS, 2016).

Logo, o conceito de pesquisa científica em ciência social aplicada refere-se a uma preocupação com “problemas da realidade, em entender a natureza de um problema para que se possa controlar o ambiente” (ZAMBERLAN *et al.*, 2016, p. 26) auxiliando de forma significativa as diversas áreas que são classificadas como tal. Portanto, de acordo com Matias-Pereira (2016) os trabalhos acadêmicos e científicos passaram a ser uma forma de fomentar a competitividade do ser humano ao mostrar a capacidade intelectual destes, e de certa forma delinear um campo de trabalho mais sofisticado e especialista, pois a pesquisa científica carrega a ideia de aprofundamento do conhecimento acerca de um tema, e por fim, o objetivo de racionalizar a fim de encontrar uma solução para um problema em questão.

Logo, como uma forma de regulamentar as pesquisas, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT definem alguns critérios que fomentam uma pesquisa continuada, ao informar sobre as classificações diversas de artigos, contudo, o presente

trabalho tem como finalidade, especificar o conceito de artigo técnico ou científico, sendo “parte de uma publicação, com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica” (NBR 6022, 2018, p. 2), ou seja, utilizando-se de ferramentas que discutem ideias e fazem o uso de métodos, organizando os elementos textuais consecutivamente em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Com isso, a primeira sessão a ser desenvolvida em uma pesquisa ou projeto de pesquisa, composto por um capítulo denominado de introdução, sendo este, de acordo com Gil (2022, p.174) responsável pela “apresentação do tema do projeto e do problema que se pretende solucionar com a pesquisa”. Logo, é o capítulo que aborda de forma sucinta, a base da pesquisa, informando ao leitor sobre a proposta e o método utilizado.

Portanto, como continuação ao artigo, a segunda sessão é a responsável pelos aspectos teóricos, sendo denominada de referencial teórico ou levantamento bibliográfico, que carrega os conceitos tratados pelo tema da pesquisa, sendo que “tem formas de manifestações empíricas que, aferidas e tratadas adequadamente, permitem que o pesquisador formule explicações [...] sobre o fenômeno em estudo” (FILHO; FILHO, 2015 p. 33).

Nesse sentido, a terceira sessão denominada de metodologia de pesquisa, é a etapa de suma importância para o artigo científico, pois é considerado o capítulo chave de uma pesquisa, sendo que “responde, a um só tempo, às questões como? com quê?, onde?, quanto?” (LAKATOS, 2021, p. 253), ou seja, explicita o que se pretende fazer de forma científica e empírica, detalhando os métodos e classificações que a pesquisa alocará com o intuito de atingir os objetivos específicos do projeto.

Após o planejamento da pesquisa ter sido bem fundamentada, o próximo passo, a depender do tipo de pesquisa, é o encaminhamento do pesquisador ao campo ou locus de pesquisa, que de acordo com FLICK (2012, p. 105) “A parte central de um projeto de pesquisa consiste em coletar e analisar os dados”, ou seja, se adquirindo de experiências que possam se tornar de base para argumentos teóricos.

Portanto, como continuação, esta etapa é condicionada a ser após o pesquisador ter ido a campo, em busca de recolher dados, pois tem o objetivo de extrair elementos suficientes para gerar conhecimento, sendo que de acordo com Olsen (2015) a pesquisa científica ultrapassa os limites de ser apenas um conjunto informativo de informações, mas em contrapartida, apresenta a relevância de fatos ou dados adquiridos na pesquisa, e trata estes em forma de argumentação para determinado assunto, ou as apresenta com uma visão diferente do que já foi percorrida anteriormente.

E por fim, a pesquisa científica chega a uma conclusão, sendo a última etapa do trabalho científico, ressaltando o objetivo geral do trabalho, e sintetizando a análise dos achados. Sob esse prisma, de acordo com Marconi e Lakatos (2022, p. 291) “Deve conter o fecho da introdução ou síntese de toda a reflexão.” Portanto, este capítulo tem a intenção de encerrar o trabalho científico, contudo, permitindo a continuidade da pesquisa, referindo um pouco sobre o campo de estudo, para que novos pesquisadores possam dar prosseguimento ao tema através de novas visões sobre determinado assunto.

2.3 TÉCNICAS DE PESQUISAS CONVÊNCIONAIS

Como visto no subcapítulo anterior, a pesquisa científica é composta por diversos elementos que orientam o desenrolar do estudo, e dentre as partes mais importantes, encontra-se a metodologia de pesquisa, que de acordo com Marconi e Lakatos (2022) o método pode ser considerado como um conjunto de normas e regras que orientam o pesquisador na resolução ou explicação de um problema, utilizando-se de artifícios empíricos baseados em uma hipótese.

Dessa forma, levando em consideração que a pesquisa é sempre um “enlace de uma malha teórica com dados empíricos” (SEVERINO, 2017, p. 106) é visível que a utilização dessas técnicas junto com o arcabouço teórico precisa estar ligeiramente ligada a situações empíricas, ou seja, passível de experimentação e observação para se obter dados considerados científicos.

Portanto, visando a complexidade do assunto, diversos autores delinearão algumas classificações de pesquisa com base em elementos da própria pesquisa, contudo, as classificações relacionadas aos métodos são consideradas “o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas de coleta e análise de dados.” (GIL, 2022, p. 43).

Por conseguinte, dentre os tipos de pesquisa advindos dessa classificação, segundo Severino (2017) a pesquisa bibliográfica é responsável por fazer uma análise com base em obras já publicadas anteriormente, ou seja, fazendo um estudo através percurso teórico, utilizando-se de publicações como livros, artigos, teses e entre outros. Além disso, toda a pesquisa contém parcialmente uma delimitação bibliográfica, como no capítulo de revisão bibliográfica (GIL, 2022), contudo, torna-se o trabalho dos autores mais complexo e expostos aos erros das obras publicadas, por isso, orienta-se que o

pesquisador se atente ao tempo e disposição de acesso seguro e confiável aos diversos materiais diferentes para se obter os dados.

Outro tipo de estudo, são as pesquisas classificadas como documentais, ou seja, uma análise baseada em documentos que ainda não tiveram uma observação registrada, sendo que de acordo com Filho e Filho (2015, p. 65) “Trata-se de material de “primeira mão”, que pode ser tratado analiticamente pelo pesquisador.”

Quanto a pesquisa experimental, é considerada a mais arriscada, pois tem como base determinar um objeto a ser estudado, definem métricas e variáveis de manipulação e observa-se os efeitos dessa atividade (GIL, 2019), ou seja, o próprio objeto de estudo é a fonte de dados, portanto, essa classificação pode ter subclassificações, como por exemplo, um ensaio clínico (GIL, 2022). Além disso, são necessários alguns instrumentos para extrair os dados do objeto de estudo, logo, existem algumas outras considerações que devem ser levadas em pauta, como a ética, a depender do tipo de estudo.

Segundo Marconi e Lakatos (2022), o estudo de coorte é uma pesquisa que tem por finalidade acompanhar um grupo de pessoas com características semelhantes por um determinado tempo. É através do acompanhamento e observação que o pesquisador usará de base para adquirir os dados necessários para se atingir os objetivos da pesquisa. Dessa forma, semelhantemente, o estudo de caso-controle mantém uma ideologia de causa efeito, pois tem como base “esclarecer a relação entre exposição a um fator de risco e a doença.” (GIL, 2022, p. 103).

Quanto ao levantamento, segundo Filho e Filho (2015), é o tipo de pesquisa que está ligado diretamente a um censo, conhecendo algumas características determinadas anteriormente, sendo mais classificada como uma pesquisa descritiva, podendo descrever com mais riqueza os fatos e análises dos achados em campo ou lócus de pesquisa, do que explicativa.

Dessa forma, segundo Severino (2017), semelhante a coleta de dados do levantamento em campo, o estudo de caso é o tipo de pesquisa que aprofunda os conhecimentos de determinado assunto em um caso representativo, com bases suficientes para atingir os objetivos da pesquisa.

Outra classificação de pesquisa, segundo Gil (2021, p.33) são as narrativas, que se concentram em “reunir histórias sobre determinado assunto com o propósito de conhecer um fenômeno específico.”. Dessa forma, o objeto de estudo são as próprias

histórias, que ocasionam um conjunto de informações relevantes que cumprem com os objetivos definidos pelo pesquisador.

Segundo Severino (2017, p.126) a pesquisa etnográfica tem como objetivo realizar “um registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos sujeitos observados em suas relações socioculturais”, ou seja, dispõe-se de ampliar o conhecimento de determinada área do grupo pesquisado. Portanto, observa-se que segundo Gil (2022) os pesquisadores precisam se dispor de mais tempo em campo em relação as demais classificações de pesquisa.

Já quando se refere a pesquisa fenomenológica, é uma classificação que é ligada a uma filosofia (MARCONI, LAKATOS, 2022) que tem por objetivo “descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção” (GIL, 2021, p. 37), ou seja, amplia o conhecimento e as análises são feitas com base nas experiências e percepções individuais de cada pesquisador.

Quanto a teoria fundamentada nos dados ou do inglês *grounded theory*, segundo Gil (2021) tem origem em uma corrente de teóricos sociológicos, e que tem por finalidade analisar toda uma teoria com base nos dados obtidos em campo, sendo geralmente utilizada a entrevista (GIL, 2022).

Já quando se refere a pesquisa-ação, segundo Filho e Filho (2015) é uma classificação em que consiste na interação dos pesquisadores participantes em uma ação, atuando fortemente na resolução de um problema de forma cooperativa. Dessa forma, além de contribuir para o crescimento científico, “conduz à ação social.” (GIL, 2021).

Segundo Severino (2017) a classificação de pesquisa participante refere-se ao estudo quando os pesquisadores para entender melhor o fenômeno estudado, dispõe-se a ir ao lócus de pesquisa, e vivencia como um membro pesquisado as situações observadas, desta forma, as percepções vistas pelos autores da pesquisa poderão servir de coleta de dados e de base para a análise.

Portanto, diante de diversas classificações, e diante do grande crescimento e desenvolvimento da pesquisa científica com o desenrolar da pós-modernidade, segundo Gil (2022) as pesquisas de métodos mistos é a classificação da pesquisa em que é considerada a ligação do uso de métodos qualitativos e quantitativos em suas análises e coleta de dados, contudo, sendo indicada a ser usada somente em casos específicos em que o uso de apenas um método não se torna o suficiente, ou diante de uma necessidade específica (GIL, 2021).

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo tem por finalidade a exploração dos métodos e das técnicas de pesquisa científica que será utilizada para o desenrolar da coleta e análise dos dados.

Portanto, quanto a abordagem, esta investigação é classificada como uma pesquisa qualitativa, pois segundo Taquette e Borges (2021), obtém características que se diferem da pesquisa quantitativa em diversos aspectos, pois intenta-se em entender a realidade em que se está inserida e seus fatores no intuito de entender os fenômenos estudados de forma aprofundada. Já baseando-se nos objetivos específicos propostos pelo projeto, a pesquisa será classificada como explicativa, sendo que segundo Severino (2017) além de registrar a o fenômeno estudado, pretende-se ampliar o conhecimento sobre o assunto ao chegar na explicação da sua causa.

Logo, em relação aos procedimentos, é considerada como pesquisa de campo junto com uma pesquisa documental, pois tem como fonte primária de dados, o uso de documentos de uma instituição (GIL, 2022). Dessa forma, para ampliar o conhecimento sobre o tema estudado, foram utilizados artigos publicados em 2022/2023 no programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Pública do Espírito Santo – PPGADM/UFES, iniciando as considerações encontradas em campo com a explicação da estrutura do programa e sua organização, desde as linhas de pesquisa até suas localizações.

Além disso, foi utilizado a observação nas metodologias de pesquisa nos artigos publicados do PPGADM/UFES num recorte de publicações de 2022/2023. Com base nos artigos publicados por essa revista, foi percorrido sobre quais metodologias foram adotadas por essas obras e classificá-las, com o intuito de verificar o amadurecimento teórico dos pesquisadores diante do uso de metodologias percorridas na literatura de pesquisa científica na graduação, e as metodologias adotadas após a graduação. Logo, para maiores entendimentos, foi feita uma análise diante dos dados encontrados em campo, apresentando possibilidades de aplicação das metodologias vistas na pós-graduação para os estudantes da graduação, com uma forma de prepará-los para uma pesquisa científica mais assertiva.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de ampliar o conhecimento acerca da pesquisa científica na área de negócios, os pesquisadores analisaram os artigos publicados no programa de pós-graduação da Universidade Pública do Espírito Santo – UFES, na intenção de entender a recepção das metodologias da ciência pós-moderna utilizadas no mestrado e doutorado. Dessa forma, o presente capítulo está estruturado na sequência dos objetivos específicos abordados no trabalho, ou seja, em três grandes subcapítulos, com a finalidade de responder o objetivo geral.

4.1 PPGADM/UFES – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo

A Universidade Pública do Espírito Santo - UFES, é uma instituição de ensino de nível superior aprovada pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961. De acordo com a obra *Ufes 60 anos* (UFES, 2014), esta IES começou a partir de 1952 com a influência do governo de Jones dos Santos Neves, um governador que acreditava que o estado do Espírito Santo poderia ampliar sua atuação do agronegócio para a indústria. Dessa forma, para atingir a missão da instituição, que é o avanço científico, tecnológico, educacional e cultural (UFES, 2014), conta com quatro polos situados nos municípios de Vitória, Alegre, Goiabeiras e Maruípe, e São Mateus no ES, com cento e três cursos (103) oferecidos a graduação, já no programa de Pós-Graduação, o mestrado conta com sessenta e dois (62) cursos, e no doutorado com trinta e dois (32).

Segundo os dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes/MEC, 2009) de 2003 a 2023, o país cresceu em média de 13,98% o número de alunos matriculados no mestrado acadêmico, e 4,35% no doutorado, totalizando consecutivamente a 76.323 e 41.964. Dessa forma, com os números de pessoas com o interesse no conhecimento superior e na continuidade do aprendizado, espera-se que o mercado se torne cada vez mais acirrado e mais competitivo e profissional.

Portanto, nesse viés de crescimento, dentro do Programa de Pós-Graduação - PPG oferecido pela UFES, no ano de 2000, a instituição teve a primeira turma de mestrandos do curso de administração, passando a ser o conhecido PPGADM/UFES, o qual inicialmente constou com apenas uma linha de pesquisa denominada “Tecnologias de Gestão e Subjetividades”, permitindo a criação de alianças com autores e pesquisadores que atuavam sobre a ação humana e o social dentro das organizações. Contudo, com a entrada de novos docentes com linhas de pesquisa distintas dos

profissionais que já estavam na entidade, o programa passou a adotar uma nova linha de estudo, voltado para a intervenção nos processos de negócios com um viés funcionalista. Quanto ao curso de doutorado, em 2015 passou a contar com três linhas de pesquisa, sendo elas como: Estratégia, inovação e desempenho organizacional; Práticas Organizacionais e Culturais; e Organizações e Trabalho.

Dessa forma, para se tornar um estudante regular ou especial nos cursos de mestrado é necessário que seja um estudante com no mínimo uma graduação em uma Instituição de Ensino reconhecido pelo Conselho Superior de Educação, podendo ser nacional ou estrangeiro, sendo este o último necessário um teste específico, detalhado melhor no site da UFES. Quanto ao Doutorado, o requisito mínimo é ser um candidato com diploma de mestrado em uma IES reconhecido pela CAPES, sendo que ambos os cursos (Mestrado e Doutorado) possuem um conceito quatro na CAPES, os quais são necessários cursar no mínimo de matérias obrigatórias e optativas, sendo consecutivamente: 32 (trinta e dois) créditos para o mestrado, e 42 (quarenta e dois) no doutorado, apesar de que esses créditos têm características específicas, com detalhes no site oficial da Instituição.

Logo, observa-se que a proposta dos cursos, além de fomentar a continuidade da pesquisa, estes têm a intenção de formar pesquisadores e profissionais aptos para suas atividades, além de ampliar o desenvolvimento da a pesquisa científica, colaborar para o conhecimento teórico e metodológico, contribuindo para a sociedade e para o futuro da pesquisa. Dessa forma, para atingir tais objetivos, os estudantes do mestrado terão até vinte e cinco meses para a defesa da dissertação, e o doutorado, até quarenta e sete meses para a defesa da tese.

4.2 Técnicas de coleta de dados da PPGADM

Diante do pressuposto de que a pesquisa científica de certa forma sempre existiu na humanidade, mesmo sem o conhecimento metodológico advindo com os discursos de diversos autores na história cronológica da sociedade, os quais trazem em seus escritos uma tentativa de explicar e conceitualizar a ciência e a pesquisa científica, o mesmo se tornou generalizado por alguns pesquisadores, se tornando para muitos, uma “receita pronta”, em que se escolhe uma pauta, e seguirá modelos pré-estabelecidos. Contudo, segundo Weber (2022) a pesquisa científica pode ser comparada a arte por aspectos da profundidade, de poder esclarecer os pensamentos e ampliar o conhecimento, porém, discrepante pelos seguintes aspectos: a ciência é contínua, ou

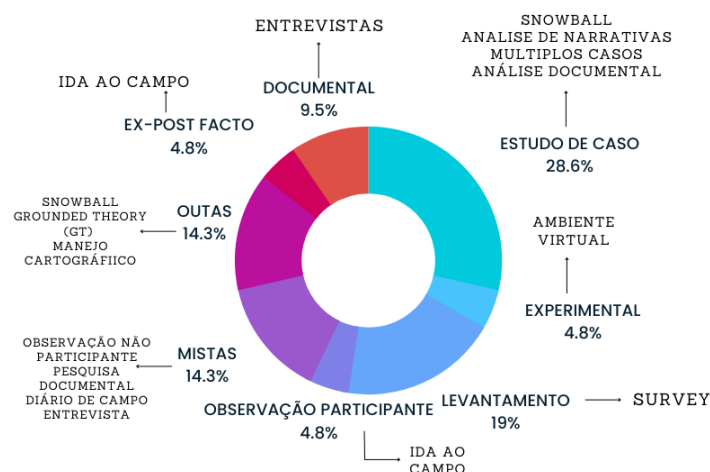
seja, se torna atualizada a cada momento por sua flexibilidade no tempo-espaço, ou seja, não existe uma fórmula única de escrita que possa padronizá-la, mas o desejo pela verdade através das experiências podem orientar no percurso da mesma.

Dessa forma, como um meio de entender o uso das metodologias no âmbito da pesquisa científica, e o seu desenvolvimento no âmbito científico advindo com o tempo cronológico, o presente trabalho analisou as obras de estudantes de uma universidade do estado do Espírito Santo, denominada de UFES, os quais os autores foram os formandos do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGADM, num recorte de 2 anos, ou seja, os artigos defendidos do mestrado e doutorado dos anos de 2022 e 2023. Portanto, foram analisados vinte e um artigos do programa, sendo e dentre eles 66,7% foram dissertações de mestrado, e outros 33,3% de tese do doutorado.

Além disso, observa-se que na história da administração, grande parte dos estudos e seus autores terem sido do campo da pesquisa quantitativa, e a pesquisa qualitativa ser considerada nova no meio acadêmico (Romagnoli, 2009), segundo a base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes (Sem ano), a Administração faz parte do grande grupo da Ciência Social Aplicada. Isso posto, apesar da amostra ser relativamente pequena, é claramente visto a primazia da abordagem qualitativa dentro desse curso, com uma média dos dados adquiridos, uma atuação de 66,7% dos artigos estudados, e outros 14,3% com uma abordagem mista, ou seja, 81% das obras tiveram seu trabalho com uma influência direta e indireta da pesquisa qualitativa. Dessa forma, segundo Creswell e Creswell (2021) esse tipo de pesquisa permite uma aproximação maior do pesquisador no campo com o objeto pesquisado e seus participantes, podendo ter uma visão aprofundada do tema a ser pesquisado, logo, em contraste com a ideologia do grande grupo proposto da ciência, o qual pretende entender os fenômenos sociais.

No intuito de classificar as metodologias utilizadas nos materiais lidos, os estudantes do presente trabalho desenvolveram uma classificação da seguinte forma:

Figura 1: Gráfico de Técnicas de Pesquisas e Metodologia



Fonte: Elaborado pelos autores

Logo, observa-se que as metodologias utilizadas pelos estudantes do programa de pós-graduação da Ufes, aparentemente se utilizaram das técnicas já vistas anteriormente na graduação, e explicadas no capítulo de referências bibliográficas deste trabalho, os quais os graduandos aprendem por diversos autores de metodologia de pesquisa científica. Contudo, é válido salientar que apesar de serem comumente usadas no início da vida acadêmica dos pesquisadores, nesta fase da carreira, os autores se apresentam com um olhar aprofundado da utilização das técnicas e métodos na prática, sendo de suma importância apresentar neste subcapítulo, a utilização das ferramentas e outras técnicas complementares que foram usadas para aperfeiçoarem o uso das metodologias denominadas de “convencionais”.

Deste modo, primordialmente a técnica que mais foi utilizada pelos pesquisadores foi o estudo de caso, que tem por finalidade básica o amplo conhecimento de determinado assunto no campo, e o detalhamento específico que se pretende estudar (GIL, 2019). Porém, sua metodologia é mais profunda, abrindo margem para outras técnicas que podem auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Logo, foi observado nos artigos que optaram por esta metodologia, o uso de múltiplos casos, que por conta da variedade de casos com um denominador em comum, proporcionam um conjunto de questões (YIN, 2015) que podem dar ênfase na coleta de dados, apesar de que este tipo de escolha exige mais tempo e comprometimento do pesquisador, logo, por isso é mais visto nas metodologias de pesquisa na pós-graduação, por conta de ser direcionado ao pesquisador com um tempo maior destinado a pesquisa.

Além dessa classificação, outra técnica que foi vista em conjunto com o estudo de caso, veio do inglês *snowball*, que traduzindo significa “Bola de Neve” ou Progressão Geométrica. Esta técnica está interligada a entrevista em cadeia, em que o pesquisador tem o auxílio do integrante da pesquisa para indicação de um outro indivíduo que possa colaborar, e que tenha o denominador em comum, o qual possa atingir o objetivo proposto pelo pesquisador, logo, “A amostragem por snowball deve ser utilizada quando a população estudada é de difícil acesso e quando o pesquisador não se sente confortável para definir os integrantes desta” (NIQUE, LADEIRA, 2017, p. 131). Dessa forma, segundo Biernacki e Waldorf (1981) a metodologia de pesquisa em cadeia ou *snowball* pode ser muito útil diante de um tema de difícil acesso, contudo, apesar da sua aplicabilidade ser relativamente simples, pois o pesquisador inicialmente só tem a necessidade de pedir uma informação ao seu pesquisado, faz-se necessário uma disciplina para saber a extensão e as características certas de quem deve participar da pesquisa, presando por uma coleta de dados assertiva, no intuito de atingir os objetivos propostos pelo autor.

Outra técnica que não é comumente usada, e se destacou na complementação da metodologia de estudo de caso, foi a análise de narrativas, que por sua vez foi empregada como uma técnica de análise dos dados trazidos pelas entrevistas. Segundo Gil (2022) essa metodologia é considerada como uma das mais antigas dentro da pesquisa qualitativa, e tem como fundamento, o entendimento dos relatos de cada participante no intuito de compreender o fenômeno estudado, e na sua maioria das vezes, é um agrupamento de histórias escritas ou faladas, tendo diversos tipos e classificações metodológicas, como por exemplo, o estudo biográfico. Além dessas metodologias, dentre os artigos coletados que optaram pelo estudo de caso, observa-se o uso da análise documental como técnica complementar.

E por conseguinte, com 28,6% dos artigos estudados, metade deles foram classificados com metodologias mistas, ou seja, com a junção de mais de uma metodologia principal, que dentre elas se destacaram a observação não participante, a pesquisa documental, a entrevista e diário de campo, e a outra metade, classificadas como outras metodologias não convencionais ou não comumente usadas, logo, cada classificação com 14,3%.

Dessa forma, das metodologias tidas como outras ou não convencionais, encontra-se a metodologia de pesquisa *Snowball* ou “bola de neve”, a qual foi explicada anteriormente, e além de poder ser usada como técnica complementar, pode ser

praticada como metodologia principal, aumentando as chances do pesquisador abordar temas de acessos restritos ou difíceis de definição de pessoas para a coleta de dados. Portanto, prosseguindo, outra metodologia que foi usada no PPGADM da Ufes foi a *Grounded Theory*, expressão que traduzindo do inglês significa “Teoria Fundamentada em Dados”, que segundo Martins (2008) essa metodologia surgiu nos Estados Unidos por volta de 1967, pelos autores Barney Glaser e Anselm Strauss, na qual o pesquisador não vai a campo com uma teoria completa, mas com alguns delineamentos iniciais e uma hipótese prévia do que se pretende buscar em campo. Dessa forma, a teoria do pesquisador se dará com as análises feitas pelos dados coletos no primeiro acesso ao campo, as quais indicará qual caminho seguir, fundamentando sua teoria nos dados obtidos. Essa técnica foi utilizada por uma pesquisadora que tinha por objetivo analisar o policiamento ostensivo no contexto policial militar na última década (2010-2020).

Outra metodologia não convencional vista nos artigos estudados, foi o Manejo Cartográfico, técnica que complementa a pesquisa-intervenção, e foi usada para entender o termo “subjetividade”, logo, a cartografia tem suas origens voltadas para os aspectos filosóficos, pelos autores Deleuze e Guattari na obra “mil platôs” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Segundo Cintra et al (2017) dentro do aspecto de pesquisa científica, tal técnica permite que o pesquisador amplie seus conhecimentos e adentre no campo com assuntos mais subjetivos, visto que preza pela não neutralidade do pesquisador, intervindo diretamente em suas análises. Dessa forma, segundo Romagnoli (2009) esta metodologia pode ser utilizada como pesquisa em campo, e não tem um pressuposto de um modelo estabelecido anteriormente, mas “indaga o objeto de estudo a partir de uma fundamentação própria, afirmando uma diferença, em uma tentativa de reencontrar o conhecimento diante da complexidade” (ROMAGNOLI, 2009, p. 169). Portanto, pode ser utilizado como uma forma de acompanhar os processos (PASSOS, BARROS, 2009).

Por conseguinte, com 19% dos artigos estudados, observa-se que a metodologia utilizada é o levantamento, que por sua vez está intimamente ligada a pesquisa quantitativa. Esta metodologia também chamada de *survey* tem como principal objetivo “descrever, explicar e explorar um fenômeno sob estudo” (MARCONI, LAKATOS, 2022, p. 333), logo, como a forma mais antiga de pesquisa, os artigos estudados tiveram como objetivo descrever o fenômeno através de números, explicando como ocorre de forma macro. Além disso, é válido ressaltar que na visão geral dos artigos, todos que optaram por esta metodologia são os mesmos classificados isoladamente como quantitativos,

não observando nenhuma outra técnica ou metodologia complementar como nas pesquisas qualitativas vistas anteriormente.

Por sua vez, com 9,5% dos artigos lidos são classificados como uma pesquisa documental, sendo válido ressaltar que essa metodologia adotada foram utilizadas somente uma técnica para complementar as análises, sendo a entrevista, contudo, apesar de aparentemente é uma atividade simples, o pesquisador deve se atentar ao tipo de pergunta e como deve ser feita no momento de coleta de dados, visto que elas devem ter o intuito de “construir respostas ao problema e aos objetivos da pesquisa” (NIQUE, LADEIRA, 2017, p. 92), em conjunto com os arquivos certos, logo, descrevendo o fenômeno de forma mais minuciosa possível.

Quanto a pesquisa experimental, apesar de ser mais comumente visto nas pesquisas da saúde, esta compôs 4,8% dos artigos estudados, contudo, adaptada a ciências sociais aplicada. Olhando para a história, segundo Romagnoli (2009) até grande parte do século XX foi-se utilizada a pesquisa experimental como um padrão dentro da pesquisa científica, logo, é nítido que essa metodologia foi a forma que muitos pesquisadores puderam desenvolver diversas melhorias para a sociedade, além de que por seu tempo, apesar de não existir uma metodologia que seja isenta de erros e lacunas, mas em comparação com as demais, obtém uma estrutura mais densa.

Além dessas metodologias, com 4,8% das metodologias observadas, é vista a observação participante, com a utilização de ida ao campo como uma aliada técnica de pesquisa. Segundo Gil (2022) a observação pode ser classificada em três modalidades, sendo a participante quando o pesquisador precisa adentrar no campo estudado, e ser membro do grupo estudado até certo ponto, para que a experiência ao coletar os dados sejam os mais vívidos, acrescentando detalhes na descrição do fenômeno.

E nas classificações das metodologias, por fim, com 4,8% dos artigos estudados, observa-se a utilização da *ex-post facto*, ou seja, segundo Marconi e Lakatos (2022, p.332) “realizado depois que os fatos já ocorreram”. Dessa forma, no artigo estudado foi utilizado a metodologia mista, sendo a parte qualitativa a utilização de entrevistas, e o quantitativo a apresentação das variáveis, no intuito de analisar o possível efeito do fenômeno estudado.

As metodologias analisadas na coleta de dados foram referentes aos artigos de dissertações e teses defendidas entre os anos de 2022 e 2023, totalizando vinte e uma obras analisadas, contudo, faltaram a análise de mais uma dissertação e quatro teses, por falta de conteúdo disponível. Dessa forma, supõe-se que essas pesquisas não

tenham sido aprovadas ou não estavam disponíveis por algum problema técnico na Universidade, visto que por tentativas de contato por meio telefônico, foi informado que a instituição está passando por uma transferência de site, estando nos modelos demo e não disponível ao público.

4.3 Possibilidades de aplicação das técnicas de coleta de dados da PPGADM na graduação

Visto que as metodologias utilizadas no PPGADM não se distanciam da graduação, a ponto de serem dois extremos que se repelem, observa-se que muitas das técnicas utilizadas no programa já são utilizadas por muitos pesquisadores no início da pesquisa científica. Contudo, apesar dessa utilização, é válido ressaltar que muitos acabam fazendo a utilização errônea do método, sendo necessário que se atenham. Logo, esse subcapítulo tem por finalidade, apresentar possibilidades de aplicação das técnicas vistas no PPGADM na graduação, tanto para trabalhos de Iniciação Científica quanto para o Trabalho de Conclusão de Curso, ou comumente conhecido como TCC.

Dessa forma, a metodologia *snowball* pode ser muito utilizada para aqueles pesquisadores que decidem fazer uma pesquisa com um público-alvo de difícil acesso ou não definido, logo, pode ser uma ferramenta para assuntos referentes ao *Marketing*, visto que segundo Nique e Ladeira (2017), esta metodologia faz parte do tipo de amostragem que agrega ao setor, seja em âmbitos acadêmicos quanto profissionais.

Quanto a pesquisa narrativa, ou análise das narrativas, esta pode ser uma forte aliada para os estudantes que tem interesse em assuntos referentes aos Recursos Humanos, ou aqueles que queiram ter uma análise crítica na história de sucesso de marcas, empresários, microempreendedores e entre outros, fazendo um mix de assuntos vistos no decorrer no curso sendo aplicados na prática. Tal análise só é permitida diante de um referencial teórico robusto, logo, faz-se necessário que o pesquisador esteja calcado de conhecimento, pois a metodologia permite tal observação do fenômeno diante de uma preparação prévia.

Em continuidade, referente ao estudo de caso, apesar de ser comumente utilizado por muitos pesquisadores, muitos acabam caindo erroneamente na fase da escolha dos casos, visto que por muitas vezes escolhem sem um critério, analisando casos esporádicos, quando deveriam se ater em escolher casos específicos que dialoguem sobre o mesmo assunto ou fenômeno estudado.

A pesquisa experimental por sua vez, apesar de ser esporádica no área de administração, deve ser louvada por pesquisadores ambiciosos, com temas relativamente novos diante da sociedade, como por exemplo, diante de uma crise tão avassaladora que ocorreu durante a pandemia do covid-19, os pesquisadores que entraram no universo corporativo com uma visão crítica de negócio, de certa forma enxergou um campo relativamente novo, com os mesmos conceitos já tidos anteriormente, contudo, com uma flexibilidade para um novo ambiente, com a criação de novos temas e conceitos para continuidade da administração.

Já se referindo a *Grounded Theory*, a metodologia de permite que a criação da teoria diante dos dados obtidos em campo, apesar de poder ser usada em diversos assuntos referentes a administração, esta pode ser usada de forma eficaz para os pesquisadores que decidem estudar a Cultura Organizacional, entendendo os valores aplicados na empresa diante da realidade, ou até mesmo para entender como se dá uma tomada de decisão dos gestores. Logo, essa metodologia permite que os seus aplicadores sejam abertos ao que o campo está informando sobre o fenômeno, contudo, para que tal aconteça de forma aplausível, é necessário que também estejam calcados de base teórica diversificada para as diversas possibilidades de análises.

Quando refere-se a pesquisa com a utilização do Manejo Cartográfico, apesar de ter tido suas raízes nos aspectos filosóficos, e comumente utilizado nas psicologia, este pode abordar temas dentro da administração relativos a subjetividade, como para aqueles pesquisadores que querem aprofundar a pesquisa dentro do *Marketing*, como por exemplo, a pesquisa de mercado, ou a avaliação subjetiva do produto a todos os interessados, ou seja, os *stakeholders*, desde os clientes até os sócios e acionistas.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo abordou sobre as metodologias de pesquisa dentro do curso de administração, preocupando-se primordialmente em entender como a pesquisa científica é delineada pela história, e como pôde ser ampliada a cada geração, no intuito de relacionar a recepção das metodologias da ciência pós-moderna nos artigos defendidos do projeto de mestrado e doutorado da universidade públicas do Espírito Santo – UFES de 2022 e 2023, sendo a análise dos resultados divididos em três sessões seguindo os objetivos específicos. Essa proposta de organização foi fixada, pois segundo Gil (2022) auxiliam no entendimento e maiores esclarecimentos do que se encontrará em campo.

Dessa forma, observou-se que o Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM que iniciou suas atividades no ano de 2000 na Universidade Pública do Espírito Santo – UFES tem como base três grandes áreas, e tendo como principalidade, a intenção de formar pesquisadores e profissionais aptos para desempenhar suas funções dentro do mercado e no campo de pesquisa, contribuindo para uma sociedade bem estruturada.

Portanto, analisando as teses e dissertações do ano proposto, foi encontrado 21 artigos disponíveis ao público e 3 outros trabalhos que se acredita não ter sido encontrado por uma transição de site da IES, sendo que 80% das obras tiveram uma ligação com a pesquisa qualitativa, que apesar de ser recente, teve um impacto positivo dentro da pesquisa social aplicada. Dessa forma, com a pesquisa sendo tão desenvolvida com o passar do tempo cronológico, observou-se um uso de diversas metodologias que já são conhecidas desde o primeiro encontro dos pesquisadores com a pesquisa científica, contudo, de forma mais completa e robusta. Porém, algumas técnicas foram usadas para ampliar o método, tais que se destacaram nesse trabalho: a *snowball*, *Grounded Theory* (GT), análise de narrativas, Manejo Cartográfico, e a pesquisa experimental, mostrando suas relevâncias dentro da administração.

Em seguida, entende-se que apesar de dessas metodologias serem aplicadas e mais vistas em obras na pós-graduação, é observado que é possível a aplica-las no cotidiano de um estudante da graduação, visto que deve ser mediante um anseio do pesquisador em adentrar a fundo na pesquisa, podendo ser desenvolvida com temas relativos ao *marketing*, Recursos Humanos, pesquisa de mercado e dentre outras, sendo um requisito básico do aplicador, o desejo pelo conhecimento e a criatividade com um olhar crítico.

Dessa forma, pode-se concluir de que as metodologias de pesquisas oriundas da ciência pós-moderna é uma realidade de muitas obras da ciência social aplicada, vista como exemplo, os artigos publicados pelo PPGADM. Logo, fica de riqueza de detalhes aos próximos pesquisadores sobre esse assunto, que se atenha as novas modalidades da pesquisa no contexto em que estiver inserido, pois a pesquisa e a ciência são afloradas a todos os momentos. Além disso, existem muitas outras metodologias que não foram abordadas nesse estudo, logo, aos próximos, que se atenham em trazer uma contribuição para a comunidade científica juntamente com esse estudo, desejando a continuidade da ciência e da pesquisa.

4. REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico, 2ª edição . Grupo GEN, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287:2011: Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BIERNACKI, P., and D. WALDORF. 1981. Snowball sampling. *Sociological Research and Methods* 10:141–63.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/ciencias-sociais-aplicadas>.

BRASIL. Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 31 jan. 1961. Seção 1, p. 1234.

BRASIL. Ministério da Educação. Número de pós-graduandos cresce no Brasil, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração - Vol. 1 . Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770649.

CINTRA, Amanda Mendes Silva et al. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, p. 45-53, 2017.

CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna (A). Edições Loyola, 1993.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788565848893.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos . Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed 34, 1995a. v. 1.

DEMO, Pedro, 1941. Metodologia do conhecimento científico / Pedro Demo. – 1. Ed. – 11.reimpr. – São Paulo : Atlas, 2013.

DILTNEY, Guilherme. Introdução às Ciências Humanas . Grupo GEN, 2010. E-book. ISBN 978-85-309-4945-7.

ECHEVERRY, Isabel Gómez. Ciencia Cognitiva, Teoría de la Mente y autismo. Pensamiento psicológico, v. 8, n. 15, p. 113-124, 2010.

FILHO, Milton Cordeiro F.; FILHO, Emílio J. M A. Planejamento da Pesquisa Científica, 2ª edição . Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522495351.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa . Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788565848138.

GIL, Antonio C. Teoria Geral da Administração - Dos Clássicos à Pós-modernidade . Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007862.

GIL, Antonio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição . Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991.

GIL, Antonio C. Como Fazer Pesquisa Qualitativa . Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653..

HENRY, John. A revolução científica. Zahar, 1998.

LAKATOS, Eva M. Metodologia do Trabalho Científico . Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026559.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica . Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670.

MARTINS, Gilberto de A. Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa, 2ª edição . Grupo GEN, 2008. E-book. ISBN 9788522466061.

MARTINS, Henrique Castro. A importância da ciência aberta (open science) na pesquisa em Administração. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, p. 01-02, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A. Teoria Geral da Administração - Da Revolução Urbana à Revolução Digital . Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012460

MICHEL, Maria H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição. [São Paulo]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-970-0359-8.

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. Pesquisa de Marketing, 2ª edição . Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013511.

OLSEN, Wendy. Coleta de dados . Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290543.

OTTA, Emma; YAMAMOTO, Maria E. Fundamentos de Psicologia - Psicologia Evolucionista . Grupo GEN, 2009. E-book. ISBN 978-85-277-2012-0.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, v. 1, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & sociedade*, v. 21, p. 166-173, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa Um discurso sobre as ciências / Boaventura de Sousa Santos. — 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós. -moderna . Rio de Janeiro, Graal, 1989. Rosane da Conceição Pereira.

SANTOS, João A; FILHO, Domingos P. METODOLOGIA CIENTÍFICA. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Cengage Learning Brasil, 2012.

SANTOS, Vania Martins dos. Sociologia da Administração, 2ª edição . Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788521631958..

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925207.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES, Luciana. *Pesquisa qualitativa para todos*. Editora Vozes, 2021.

WAZLAWICK, Raul S. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788595157712.

WEBER, Max. Metodologias das Ciências Sociais. Cortez, 2022. E-book. ISBN 978655553246..

YIN, Robert K. Estudo de caso. Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582602324.

ZAMBERLAN, Luciano, *et al.* Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Editora Unijuí, 2016. E-book.

ASPECTOS CONTÁBEIS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Hiago Domingos Ribeiro¹, Jaqueline Gonçalves de Oliveira², Natalia Endlich Ramos³,
Tatiane Alves Ferreira⁴.

^{1 2 3} Alunos graduandos do curso de Ciências Contábeis da Multivix – Cariacica

⁴ Mestra em Administração - Docente Multivix – Cariacica

RESUMO

Este estudo conduziu uma análise minuciosa dos aspectos contábeis, gerenciais e financeiros presentes no Manual de Prestação de Contas de 2020, com ênfase nas prestações de contas eleitorais. A investigação buscou compreender o papel crucial desempenhado pela contabilidade na organização e registro dos recursos utilizados durante as campanhas políticas. Foram examinados os componentes gerenciais que orientam a gestão eficaz dos recursos, bem como os fatores financeiros que categorizam e controlam os gastos e recursos dentro desse contexto. Além disso, a pesquisa estabeleceu uma conexão entre a teoria contábil e a prática do contador, realçando a importância da aplicação dos princípios contábeis nas complexidades do ambiente político. Compreender a relação entre a teoria e a prática contábil no âmbito eleitoral contribuiu para uma análise mais abrangente das prestações de contas, destacando sua relevância na promoção da transparência e confiabilidade no processo democrático. Ao elucidar esses aspectos, este estudo oferece insights valiosos para a compreensão e o aprimoramento das práticas contábeis nas prestações de contas eleitorais, contribuindo para a integridade e a responsabilidade no uso dos recursos durante as campanhas políticas.

Palavra-chave: Aspectos Contábeis, Prestações de Contas Eleitorais 2020, Contador.

ABSTRACT

His study conducted a thorough analysis of the accounting, managerial and financial aspects present in the 2020 Accountability Manual, with an emphasis on electoral accountability. The investigation sought to understand the crucial role played by accounting in organizing and recording resources used during political campaigns. The managerial components that guide the effective management of resources were examined, as well as the financial factors that categorize and control expenses and

resources within this context. Furthermore, the research established a connection between accounting theory and accountant practice, highlighting the importance of applying accounting principles to the complexities of the political environment. Understanding the relationship between accounting theory and practice in the electoral context contributed to a more comprehensive analysis of accountability, highlighting its relevance in promoting transparency and reliability in the democratic process. By elucidating these aspects, this study offers valuable insights for understanding and improving accounting practices in electoral reporting, contributing to integrity and responsibility in the use of resources during political campaigns.

Keyword: Accounting Aspects, Electoral Accountability 2020, Accountant.

1 INTRODUÇÃO

A ciências contábeis é a área do conhecimento que estuda e controla o patrimônio das entidades (Ribeiro, 2013) e aborda em diversos aspectos, dentre eles os teóricos, legais, aplicados entre outros. No entanto, o presente estudo abordará os aspectos gerenciais, contábeis e financeiros, pois estão fortemente presentes nas prestações de contas eleitorais. Já a Contabilidade, segundo Fontes (2023, p.1):

É a aplicação prática dos conceitos aprendidos em Ciências Contábeis”. Isto é [...] o trabalho de registrar, classificar e analisar as transações financeiras de uma empresa, preparar e revisar demonstrações financeiras, e fornecer orientação sobre questões fiscais e de finança.

A contabilidade possui um papel fundamental para a sociedade e, no contexto das eleições, objeto do presente estudo, torna-se ainda mais importante para garantir a transparência e a lisura dos processos eleitorais. No Brasil, a prestação de contas é uma obrigação legal de todos os candidatos, bem como seus vices, suplentes, e diretórios partidários (municipais, estaduais e nacionais) desde o ano de 1995, com a publicação da Lei Nº 9.096, que dispõe sobre a escrituração contábil dos partidos políticos.

Conforme descrito Hendriksen e Van Breda (1999, p. 224) receitas é classificada como “entradas [...] de ativos de uma entidade, ou liquidação de seus passivos (ou ambos), decorrentes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços, ou outras atividades correspondentes a operações [...] da entidade”. Já no que diz a despesas, o artigo Teoria das Receitas e Despesas classifica como “variações negativas dos recursos, ou seja, redução de lucro da empresa, [...] nem todas as variações negativas de recursos são, necessariamente, despesas” (SWERTS e CARDOSO, 2000, p. 54).

A análise dos aspectos contábeis é essencial para verificar a origem e a destinação dos recursos utilizados durante as campanhas eleitorais. Nesse sentido, o profissional contábil possui um importante e essencial papel no processo de prestação de contas, pois é ele quem detém o conhecimento necessário para compreender os aspectos contábeis presentes no manual de prestação de contas eleitorais, realizar os registros contábeis, auxiliar no planejamento financeiro da campanha, bem como auxiliar os candidatos na elaboração das prestações de contas.

Neste contexto, a análise dos aspectos contábeis é fundamental para identificar possíveis irregularidades e fraudes eleitorais, como também evitar sanções, pois de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a falta de prestação de contas ou a sua realização de forma incorreta pode resultar em penalidades e até mesmo na inelegibilidade do candidato.

O estudo da temática prestação de contas, se junta a outras vozes que envolvem a atuação dos tais como: A atuação dos profissionais de contabilidade na prestação de contas eleitorais (DE ANDRADE e DA COSTA, 2022), A prestação de contas dos candidatos a cargos políticos e o papel do contador (TINELLI, 2017), “Fatores Determinantes para Utilização da Contabilidade na Prestação de Contas Eleitorais sob a Ótica dos Profissionais Contábeis” (VALE et al., 2021).

A fim de posicionar o leitor no tempo e espaço, traçou-se o recorte temporal do estudo cuja análise se dará em 2023, a partir da publicação do Manual de Prestação de Contas em 2020. Esse importante instrumento orienta os profissionais para um bom desempenho nas campanhas eleitorais no Brasil, sendo este o recorte espacial.

Assim, tomando como plano de fundo as contas eleitorais e a essencialidade do profissional contábil para compreender e aplicar as nuances dos instrumentos que apontam as normas, o artigo em questão traz o seguinte questionamento: Quais são os aspectos contábeis a serem considerados para a prestação de contas eleitorais?

Abordando como objetivos a análise dos aspectos contábeis, financeiros e gerenciais dentro do Manual de Prestações de Contas. Entrecruzando também a teoria com a prática dentro desse ramo contábil dentro de cada aspecto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor compreensão do arcabouço teórico que sustentará o presente estudo, optou-se pela divisão em 3 subcapítulos, sendo o primeiro que trata sobre os

aspectos contábeis, que resgata os conceitos básicos da contabilidade introdutória; O segundo subcapítulo que aborda os aspectos gerenciais que faz um resgate da disciplina contabilidade gerencial, e finalizando com terceiro subcapítulo que aborda sobre os aspectos financeiros com a contabilidade corporativa. Importante ressaltar, que este arcabouço teórico comumente compõe as disciplinas chaves para o curso de ciências contábeis. Salienta-se que os pesquisadores zelaram por trazer os autores clássicos, bem como pesquisas empíricas atuais.

2.1 ASPECTOS CONTÁBEIS

O estudo dos Aspectos contábeis discorre acerca dos objetivos, campo de aplicação e usuários da contabilidade, das especialidades e mercado de trabalho do contador, dos postulados, princípios e convenções contábeis, dos fatos e procedimentos contábeis. Além dos conceitos das contas, livro diário e razão, do método das partidas dobradas, dos mecanismos do débito e crédito, balanços, lançamentos, escrituração e sistemas contábeis, entre outros.

Desde as primeiras civilizações, já existiam diversos registros de esboços de técnicas contábeis, tornando a contabilidade uma das ciências mais antigas do mundo. (CREPALDI, S. e CREPALDI, G., 2017). A informação é essencial para contabilidade, pode ser vista no objetivo, que é “prover seus usuários em geral com o máximo possível de informação sobre o patrimônio de uma entidade e suas mutações” (FEA-USP, 2019, p.9); também pode ser vista no controle, em que Padoveze (2016, p. 3) aponta que “é feito através de coleta, armazenamento e processamento das informações oriundas dos fatos que alteram essa massa patrimonial [...]e também como sistema, para controlar o patrimônio de uma entidade.”

As informações contábeis devem atender a diversos grupos de pessoas com interesses coincidentes ou não, como por exemplo, sócios e acionistas, administradores e diretores executivos, bancos e demais credores, ao governo e às pessoas físicas em geral (FEA-USP, 2019).

A Contabilidade é regida por Princípios Fundamentais que são indispensáveis para o exercício da profissão contábil, que estão dispostos na Resolução do (CFC) Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93, assim sendo eles:

Art 2º [...] representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País[...]

Art. 3º [...] são princípios da contabilidade o da entidade, o da continuidade, o da oportunidade, o do registro pelo valor original, o da atualização monetária, que foi revogado pela resolução do CFC nº. 1282/10, o da competência e o da prudência.

Junto aos princípios, tem-se as convenções, em que FEA-USP (2019, p. 214), afirma que “vêm restringir, limitar ou mesmo modificar parcialmente o conteúdo dos princípios, definindo mais precisamente seu significado”. FEA-USP (2019) aborda em seu livro as convenções da Consistência (Uniformidade), Conservadorismo (Prudência), Materialidade (Relevância) e da Objetividade.

O estudo da ciência contábil obrigatoriamente passa pela contribuição de um grande precursor e considerado “pai” da Ciência Contábil moderna, Lucas Pacioli. Conforme cita Padoveze (2016, p. 15) “a grande inovação da obra de Pacioli foi a introdução do método de escrituração contábil denominado de ‘Método das Partidas Dobradas’”. Chagas (2019, p. 34) explica que “o fundamento desse método consiste na ideia de que, para cada débito, existe um crédito de igual valor e vice-versa. Por conseguinte, [...] a soma dos débitos será necessariamente igual à dos créditos”.

As tratativas teóricas para o campo das Ciências Contábeis são diversas e não se tem a intenção de exaurir aqui, cabendo destacar apenas os conceitos que se acredita ser necessário para as investigações do presente estudo. Assim, destaca-se o Balanço Patrimonial, que segundo FEA-USP (2019, p. 13), “é uma das mais importantes demonstrações contábeis” e Almeida (2018, p. 37) complementa que ele “em uma certa data a situação econômica e financeira da entidade, em termos de ativos, dívidas com terceiros e os recursos investidos pelos sócios no negócio”.

Outro destaque é para a demonstração do resultado, que “informa o lucro ou prejuízo apurado pela sociedade em um dado período. Quando as receitas são maiores do que as despesas, a entidade apura lucro. Quando as despesas são maiores do que as receitas, a entidade apura prejuízo” (ALMEIDA, 2018, p. 37).

2.2 ASPECTOS GERENCIAIS

Os aspectos gerenciais à luz das Ciências Contábeis comumente abarcam estudos que abordam a Contabilidade Financeira; de Custos e Gerencial; a Contabilidade de Ganhos; a Análise Custo; o Orçamento, Planejamento e Controle; a Avaliação e Desempenho e os Sistemas de Recompensa. A Contabilidade Gerencial para Padoveze (1999, p. 1):

é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação, e comunicação de informação [...] utilizada pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para assegurar o uso e a responsabilidade sobre seus recursos.

Conforme os autores (Crepaldi S. e Crepaldi G., 2017, p.2) descrevem que “com o desenvolvimento do mercado acionário e o fortalecimento da sociedade anônima como forma de sociedade comercial, a contabilidade passou a ser considerada também um importante instrumento para a sociedade”.

A contabilidade gerencial colabora com a administração na formulação de decisões estratégicas. Neste sentido, Ludícibus (2020, p. 4), aponta que “técnica, informação ou relatório contábil” são ofícios da Contabilidade Gerencial, contribuindo assim para maximização dos recursos por meio de controle dos recursos, devendo ser acompanhados de um Sistema de Informação Gerencial (CREPALDI, S.; CREPALDI, G., 2017).

As informações geradas pelos sistemas de contabilidade gerencial, segundo Atkinson et al. (2011, pag. 38), “devem ajudar os funcionários a aprender a fazer o seguinte: melhorar a qualidade das operações; reduzir o custo das operações; aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes”. Na visão de Padoveze (2016, p. 94), “o papel do contador como estrategista organizacional fica evidente na estruturação da contabilidade na organização. [...]. A sua missão é assegurar o resultado planejado da empresa”.

Surge então a figura do controlador, descrito pelo autor (Reis,2019 p.4) “é o profissional responsável pelo planejamento, organização e desenvolvimento de estratégias econômicas e financeiras, elaboradas a partir da análise das informações contábeis”. Neste sentido, Padoveze (2016, p. 95) complementa como essencial para a tomada de decisão.

O planejamento estratégico é um processo que auxilia os gestores na tomada de decisões. De acordo com a opinião (Da Silva,2013, p.13), ele “necessita bastante da contabilidade, e uma delas é a gerencial que visa o procedimento de identificar, mensurar, descrever e avaliar os dados informais sobre eventos econômicos da empresa”. Sendo complementado por Kotler e Armstrong (2006, p.32) “todas as empresas devem olhar para o futuro e desenvolver estratégias de longo prazo para fazer frente ao ambiente em mudanças de seus setores”.

2.3 ASPECTOS FINANCEIROS

A contabilidade financeira comumente engloba os Mercados financeiros, os riscos e retorno de ativos e avaliação de carteira, a alavancagem, o objetivo e ambiente da administração financeira. Além disso, discorre sobre Fluxo de caixa e planejamento financeiro, Técnicas de orçamento de capital, Alavancagem e estrutura de capital, Capital de giro e gestão de ativos circulantes.

A contabilidade financeira traz junto as informações contábeis-financeiras úteis e suas características qualitativas. Elas são usadas, principalmente, por investidores e credores, sendo consideradas fundamentais no processo de tomada de decisões. De acordo com CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil - Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura: Conceitual Para a Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis (2019, p.9):

elas devem ser úteis, “[...] relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Outro elemento importante para a análise financeira é a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), em que Salotti *et al.* (2019, p. 352) exemplificam que tem como objetivo:

Evidenciar informações relevantes sobre os fluxos de caixa gerados pela empresa e como esses fluxos de caixa foram utilizados pela empresa em suas atividades[...]são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa, bem como as necessidades da entidade em utilizar esses fluxos de caixa.

De acordo com publicação do site Conteúdo XPI (2021), desde 2008 a DFC tornou-se obrigatória, a partir da promulgação da Lei n. 11.638/2007, quando todas as companhias de capital aberto e aquelas cujo patrimônio líquido seja superior a R\$ 2 milhões de reais. Com isso, ouve a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), “viabilizando a adoção do padrão contábil internacional, que já havia feito essa mesma substituição em 1992” (SALOTTI *et al.*, 2019, p. 352).

Também incorpora ao acervo de relatórios contábeis a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que é responsável, segundo Salotti *et al.* (2019, p. 60), “por apresentar a medida de performance baseada no resultado (lucro ou prejuízo) de um período, bem como os componentes do resultado: receitas e despesas”. Os autores seguem afirmando que “o resultado contábil auxilia [...], por exemplo, calcular o retorno do investimento, o resultado por ação, ou a estimar os potenciais fluxos de caixa futuros de uma entidade” (SALOTTI *et al.*, 2019, p. 60).

A DRE “faz a ponte entre dois balanços patrimoniais [...]. Portanto, as variações ocorridas no patrimônio líquido em um determinado período são oriundas da diferença entre receitas e despesas [...]” (SALOTTI *et al.*, 2019, p. 60). Em resumo, Salotti *et al.* (2019, p. 60), dizem que “balanços são fotos, ou seja, posições estáticas em uma determinada data, e resultados são vídeos, isto é, representações dinâmicas do que ocorreu em um período de tempo”.

3 METODOLOGIA

Em relação a categoria, as pesquisas podem ser divididas em pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa. No entanto, este estudo melhor se aproxima da pesquisa qualitativa que, segundo Brandão (2001, p.13), “está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo”. Isso se dá pelo propósito de analisar os elementos contábeis presentes nas prestações de contas eleitorais, as quais constituem um instrumento de fiscalização social.

No que tange à finalidade, é possível classificá-la como pesquisa aplicada. Quanto a finalidade, pode-se classificar como pesquisa aplicada, pois “concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais.” (FLEURY e WERLANG, 2017, p. 20). Desse modo, o objetivo é contribuir para uma melhor compreensão da importância da contabilidade eleitoral para a transparência e eficiência dos processos eleitorais.

No que se refere aos objetivos, o estudo se enquadra como pesquisa explanatória.

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (Gil, 2002, p. 41)

Isto porque o estudo objetiva reforçar ainda o papel do contador no processo de prestação de contas, além de contribuir teoricamente para candidatos e partidos políticos.

Para coleta de dados serão utilizados dados secundários, pois segundo Mattar (1996, p. 134), “são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados.” Isso porque são

oriundos da publicação do manual de prestação de contas eleitoral, produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A técnica que será utilizada para coletas de dados será a documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.” Nesse sentido, os dados serão extraídos do Manual de Prestação de Contas Eleitoral do ano de 2020, um instrumento publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral e tem como objetivo orientar profissionais, partidos e candidatos, quanto os procedimentos para uma correta elaboração das prestações de contas.

A análise de conteúdo, segundo Mendes e Miskulin (2017, p. 8), “[...]pode nos auxiliar com os dados que foram surgindo e que despontavam para uma possível resposta para a questão de investigação[...]”. Sendo assim, esse estudo será dividido em 3 categorias (contábil, gerencial e financeiro), sendo que cada categoria responderá ao objetivo específico que será abordado no capítulo seguinte.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ASPECTOS CONTÁBEIS – “NÃO EXISTE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEM CONTADOR”

Côngruo com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2017), é definido no parágrafo 4º, art. Nº 48, da Resolução TSE n.º 23.553/2017 que a condução da arrecadação de recursos e a gestão dos gastos eleitorais deve contar com a supervisão de um profissional capacitado em contabilidade desde o início da campanha. O TSE (2017) também esclarece que o contador desempenha a responsabilidade de manter os registros contábeis relevantes e colaborar com o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, assegurando a conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e as regras previstas na mencionada resolução.

Dado esse tema de pesquisa foi executada uma entrevista com uma profissional com experiência no ramo contábil das prestações de contas eleitorais, no dia 26 de setembro de 2023 com início às 18 horas e 30 minutos realizada pelos autores deste artigo. A entrevistada em questão foi Angela Maria Sias, contadora e professora aposentada que atua no ramo desde a década de 90, além da experiência na área contábil foi prefeita no município de Viana 2009 – 2012. Em 2019 foi convidada pelo CRC – Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo a participar de uma

formação sobre o manual de prestação de contas eleitoral com embasamento contábil em Brasília, junto ao TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

Mattos et al. (2014) destacam que a contabilidade desempenha um papel fundamental no cumprimento das prestações de contas à Justiça Eleitoral, uma vez que todos os dados essenciais serão registrados. Isso inclui, especialmente, informações relacionadas à origem das receitas e à sua destinação nas despesas.

Di Pietra (2016) destaca que a Contabilidade Eleitoral possibilita a organização completa do processo de prestação de contas por meio da aplicação de regras contábeis, de maneira elaborada ao já existente na contabilidade partidária.

Faria (2018) ressalta que, ao dar uma importância significativa ao processo eleitoral, o papel do contador é crucial, pois contribui para aumentar a transparência no uso de recursos públicos pelos candidatos, promovendo, assim, a confiança da sociedade na divulgação dos recursos empregados nas campanhas. E complementamos ainda com a opinião que não existe prestação de contas sem contador (SIAS,2023).

Em concordância com Di Pietra (2016), é fundamental que o profissional encarregado da contabilidade assuma o controle dos primeiros preparativos para o pleito, visto que irregularidades nesse estágio são difíceis de corrigir, considerando que o tempo joga contra o candidato. Para o autor, o início da campanha representa uma fase crítica, uma vez que exige uma aplicação rigorosa da legislação eleitoral.

Conforme as diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o contador é encarregado de realizar os registros contábeis dos gastos de campanha por meio de lançamentos no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), desenvolvido pela Justiça Eleitoral. Essa atividade, em concordância com Filho et al. (2020), deve ser conduzido com o devido respeito e legitimidade aos Princípios Fundamentais da Contabilidade.

De acordo com Faria (2018), “os Princípios Fundamentais da Contabilidade destacam-se na contabilidade eleitoral”. O autor ressalta que o primeiro princípio a ser considerado pelo contador é o Princípio da Entidade, que exige o reconhecimento da distinção entre o patrimônio do candidato e aquele adquirido após o início das eleições. Além disso, o Princípio da Competência orienta que todas as transações realizadas por conta bancária do candidato devem ser registradas no momento em que ocorrerem. O

Princípio da Oportunidade também é incluído no contexto da contabilidade eleitoral, enfatizando que a mensuração deve ser realizada de maneira a garantir uma avaliação precisa dos valores estabelecidos pelo mercado, especialmente no que diz respeito aos custos e despesas com serviços.

O profissional da contabilidade precisa orientar o candidato, segundo Sousa (2014), a fazer o reconhecimento de suas despesas no momento de sua contratação, quando serviços, e das receitas no momento de seu recebimento, conforme o regime de caixa.

O contador deve estar muito atento na elaboração da prestação de contas. É importante destacar que as despesas serão reconhecidas no momento de sua contratação e não no momento do desembolso propriamente dito, seguindo o regime de competência. Ao passo que as receitas devem ser reconhecidas pelo regime de caixa.

4.2 ASPECTOS GERENCIAIS – “CONTADOR EM SINTONIA COM O CANDIDATO”

O Manual de Prestação de contas do ano de 2020 aborda sobre arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e por candidatos em campanha eleitoral e sobre a prestação de contas à Justiça Eleitoral e é composto por dezenove capítulos, trazendo orientações para auxílio de contadores no processo eleitoral.

Esse documento inicia com informações importantes a respeito da arrecadação de recursos para campanha eleitoral: os candidatos precisam ter requerido o registro de candidatura, de acordo com a Resolução nº 23.609 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019), feito a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido automaticamente após a solicitação do registro de candidatura; abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha; emitido recibos eleitorais, caso tenham recebido doações estimáveis em dinheiro ou pela internet. (BRASIL, 1997).

Já os partidos políticos, segundo a Resolução TSE nº 23.571, de 29 de maio de 2018, devem fazer o registro ou a anotação no respectivo órgão da Justiça Eleitoral, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha e emissão de recibos de doação, conforme regulamento do TSE nas prestações de contas anuais.

Os candidatos são obrigados pela Resolução do TSE nº 23.607/2019 a abrir contas específicas em instituições financeiras reconhecidas pelo Banco Central do

Brasil, para movimentação dos recursos financeiros. “abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha; e[...]” TSE (2020).

Segundo o Manual de Prestações de Contas do TSE 2020, “os partidos políticos e os candidatos são obrigados a enviar os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 horas contadas do recebimento” (BRASIL, 1997). “As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos, em todas as esferas, devem ser prestadas, via SPCE, à Justiça Eleitoral” (BRASIL, 1997). Como o manual trata-se das eleições do ano de 2020, o prazo final estipulado é até 15 de dezembro de 2020.

De acordo com Sias (2023), a razão pela qual, após a divulgação da lista dos candidatos aptos na urna, ainda pode ocorrer inelegibilidade está relacionada à prestação de contas. Ela explica que a gravidade desse processo exige uma atenção constante, pois a prestação de contas pode influenciar na elegibilidade do candidato. Sias destaca que, diante dessa responsabilidade, ela não possui disponibilidade para dedicar seu tempo integral a uma campanha eleitoral, uma vez que envolve viver em sintonia com o candidato, monitorando todas as movimentações financeiras, verificando a legalidade das doações e tomando decisões em nome do candidato. Isso reflete a importância do profissional responsável pela prestação de contas em garantir a legalidade e transparência das finanças da campanha.

4.3 ASPECTOS FINANCEIROS – “INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA”

Conforme Faria (2018), a prestação de contas visa primariamente controlar os gastos em campanhas eleitorais, promovendo, desse modo, a transparência na gestão responsável de recursos públicos. Ele também destaca que, o papel fundamental do contador no processo de prestação de contas eleitorais é garantir a integridade no uso dos recursos angariados, bem como a correta escrituração contábil de todos os montantes envolvidos.

Na interpretação de Tavares (2002), a avaliação das receitas e despesas de cada candidato, em consonância com a forma de arrecadação e os limites estabelecidos pela norma jurídica em vigor, destaca a importância fundamental do controle dos gastos eleitorais.

De acordo com Tinelli (2016), é incumbência do profissional contábil garantir a categorização adequada dos recursos angariados ao longo da campanha, bem como a contabilização correta de todas as despesas relacionadas a ela. Além disso, ele tem a responsabilidade de aconselhar seu cliente ou candidato a evitar a captação de recursos de maneira ilícita, destacando os riscos associados à não conformidade com a legislação vigente, que é criteriosamente elaborada.

Embora os partidos políticos recebam uma quantidade específica do fundo eleitoral, esses montantes não são depositados diretamente nas contas individuais dos candidatos. Em vez disso, os partidos assumem a responsabilidade de financiar as campanhas, incluindo despesas como panfletagem, e os recursos são alocados para o candidato que pertence à mesma sigla partidária (SIAS, 2023).

dos candidatos. Em vez disso, os partidos assumem a responsabilidade de financiar as campanhas, incluindo despesas como panfletagem, e os recursos são alocados para o candidato que pertence à mesma sigla partidária (SIAS, 2023).

Gastos eleitorais são despesas realizadas com o propósito de obter sucesso na eleição. Todos os gastos realizados em uma campanha precisam ser registrados em uma plataforma da Justiça Eleitoral e são classificados em gastos eleitorais, financeiros e não financeiros. Cada um deles possui limites que são pré-fixados na candidatura. Fica evidente que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) desempenha um papel central no controle do programa e na apresentação de contas de forma específica para os eleitos sociais (SIAS, 2023). Os gastos são divididos em financeiros e não financeiros. Sendo os gastos financeiros aqueles que são obtidos mediante a pagamento podendo ser aplicado a bens e serviços dentro da campanha. Em contrapartida os gastos não financeiros são angariados através de doação ou cessão de uso e é aplicado a bens e serviços dentro dos parâmetros da modalidade do mesmo.

Já os recursos de campanha, segundo o Art. 15 da Resolução TSE n.º 23.607/2019, são todos os bens, valores e serviços utilizados por partidos políticos e candidatos durante o período eleitoral.

A Resolução TSE n.º 23.607/2019, em seu Art. 15, estabelece as fontes admitidas para os recursos destinados às campanhas eleitorais, a partir de que os limites estipulados sejam observados. Englobam todos os bens, valores e serviços empregados por partidos políticos e candidatos ao longo do período eleitoral para seus

respectivos fins. Além disso, a Resolução permite recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificados sua origem, provenientes do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), doações de pessoas físicas aos partidos políticos, contribuições de afiliados, transações de bens e serviços, promoção de eventos de arrecadação, e rendimentos decorrentes da aquisição de bens próprios dos partidos políticos. Ressalta-se que a Resolução busca garantir a transparência e legalidade na coleta de recursos para o processo eleitoral, de acordo com os dispositivos indicados.

No contexto das prestações de contas eleitorais, fica explícito que a integridade financeira e a transparência são fundamentais para manter a confiança no processo democrático. A análise de especialistas como Faria (2018), Tavares (2002) e Tinelli (2016) reforçam que a prestação de contas não apenas controla os gastos nas campanhas, mas também assegura a responsável utilização dos recursos, com o contador desempenhando um papel primordial na garantia da lisura das operações contábeis e no cumprimento das regulamentações. A divisão dos gastos eleitorais em financeiros e não financeiros, assim como a regulamentação rígida dos recursos de campanha conforme a Resolução TSE n.º 23.607/2019, demonstra a preocupação em categorizar e limitar o uso de recursos para manter a equidade e a transparência. A compreensão dessas definições e limites contribui significativamente para a compreensão da dinâmica das prestações de contas eleitorais, garantindo a conformidade e a clareza em todo o processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às prestações de contas eleitorais, é irrefutável a importância da participação do contador em todo processo, revelando a importância fundamental do profissional de contabilidade no processo eleitoral, contribuindo para a transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos arrecadados durante as campanhas. Nesse contexto, o contador desempenha um papel estratégico ao garantir o cumprimento das normas estabelecidas pelo tribunal superior eleitoral (TSE), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais regulamentações relacionadas.

O estudo ressaltou que, conforme o disposto no art. N.º 48 da resolução TSE n.º 23.553/2017, a presença do profissional de contabilidade desde o início da campanha

eleitoral é crucial para garantir a correta arrecadação e utilização dos recursos, além de assegurar a adequada prestação de contas ao órgão competente. A correta aplicação dos princípios fundamentais da contabilidade, como entidade, competência e oportunidade, permite que os dados financeiros sejam registrados e apresentados de forma fidedigna, contribuindo para a transparência e integridade das informações prestadas.

Torna-se notória a importância dos elementos gerenciais no procedimento de prestação de contas durante o período eleitoral. O manual de prestação de contas do ano de 2020 destacou a necessidade de candidatos e partidos políticos seguirem as diretrizes de abertura de contas bancárias específicas, emissão de recibos eleitorais e envio regular de informações à justiça eleitoral. Esses procedimentos visam garantir a rastreabilidade e o controle dos recursos financeiros utilizados nas campanhas, bem como a observância dos prazos estipulados.

A análise dos aspectos financeiros reforça a responsabilidade do contador na correta classificação dos recursos arrecadados e das despesas realizadas durante a campanha. O controle dos gastos eleitorais, incluindo os limites estabelecidos pelas regulamentações vigentes, é essencial para que os candidatos e partidos políticos não excedam os valores permitidos e para assegurar a conformidade com as normas. A correta diferenciação entre gastos eleitorais financeiros e não financeiros, bem como a origem dos recursos destinados às campanhas, são aspectos cruciais para a lisura do processo e para a prestação de contas transparente.

Por fim, sugere-se como estudos futuros a investigação dos desafios e oportunidades apresentados pela aplicação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e análise de big data, na auditoria e verificação das prestações de contas eleitorais. Além disso, uma investigação mais aprofundada sobre o impacto da transparência nas prestações de contas sobre a confiança dos cidadãos no processo eleitoral poderia fornecer insights valiosos para o aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle e regulamentação.

Em memória de Wanderson Crisander Cesário Cabral, recordamos um amigo dedicado e apaixonado pelo conhecimento. Sua jornada acadêmica foi marcada por um profundo comprometimento, culminando na elaboração de um significativo artigo científico. Embora sua partida tenha ocorrido antes da entrega do TCC – Trabalho de

Conclusão de Curso, sua contribuição para a comunidade acadêmica permanece viva. Seu legado persistirá, inspirando aqueles que compartilharam a jornada intelectual ao lado dele. A saudade é imensa, mas a lembrança de sua paixão pelo aprendizado continuará a motivar e influenciar as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. Contabilidade Introdutória, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016574. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016574/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ATKINSON, Anthony A. BANKER, Rajiv D. KAPLAN, Robert S. YOUNG S. Mark. Contabilidade Gerencial. 3ª ed. São Paulo: Atlas 2011.

BRANDÃO, ZAIA. A dialética macro/micro na sociologia da educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

CHAGAS, Gilson. Contabilidade Geral e Simplificada 4ED. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro. Dez. 2019 Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em junho de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Contabilidade eleitoral – aspectos contábeis e jurídicos – eleições 2020 - por Joaquim Bezerra Filho. Paraná, 23 out. 2020. <https://www3.crcpr.org.br/crcpr/noticias/artigo-o-profissional-da-contabilidade-pecafundamental-no-processo-de-prestacao-de-contas-eleitorais> .

Contabilidade eleitoral: aspectos contábeis e jurídicos: eleições 2022. 1ª Ed. Brasília, 2022.

Resolução nº 1.282 de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 28 mai. 2010.

Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993. Brasília. Contabilidade eleitoral: aspectos contábeis e jurídicos: eleições 2020/ Haroldo Santos Filho (Coordenador)... [et al.]. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2020.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática, 8ª edição. Grupo GEN, 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial, 4 ed. São Paulo: Atlas 2008.

DA SILVA, Eduardo Fabricio Julio. Contabilidade Gerencial: e o Planejamento Estratégico como Ferramenta Auxiliar da Tomada de Decisões, com Foco na Empresa X, do Segmento de Salões de Beleza. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº. 000021, 10/07/2013.

DE ANDRADE, Arione Silva; DA COSTA, Silvio Magalhães Filho. A Atuação dos Profissionais de Contabilidade na Prestação de Contas Eleitorais. 2022.

Conteúdos XPI. DFC: Saiba o que é e como fazer a Demonstração de Fluxo de Caixa. 2021. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/dfc/#:~:text=A%20partir%20da%20Lei%20n,superior%20a%20R%24%20%20milh%C3%B5es>. Acesso em julho de 2023.

DI PIETRA, Alexandre. A contabilidade na prestação de contas eleitorais: um breve panorama. Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP, São Paulo, v. 3, n. 2, p. [24-36], jul./dez. 2019.

DO VALE, Liana A., DO NASCIMENTO, Ítalo C. S., DE OLIVEIRA, Adriana M., DA COSTA, Jane Elly N.. Fatores Determinantes para Utilização da Contabilidade Na Prestação De Contas Eleitorais Sob A Ótica Dos Profissionais Contábeis. 2021. Disponível em : <http://crcrn.org.br/revistainovar/index.php/home>. Acesso em junho de 2023.

FARIA, Guilherme S. O papel do contador no processo eleitoral: protagonista ou coadjuvante? 2018. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ. 2018

FEA-USP, Equipe de Professores da. Contabilidade Introdutória, 12ª edição. São Paulo, Grupo GEN, 2019.

FLEURY, Maria Tereza L. e WERLANG, Sérgio. Pesquisa aplicada – reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicas. 2017 – FGV. Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18700/A_pesquisa_aplicada_conceito_e_abordagens_metodologicas.pdf Acesso dia 05/06/2023.

FONTES, Carol. Qual é a diferença entre Ciências Contábeis e Contabilidade? UNIFOA, 2023. Disponível em: <https://blog.unifoa.edu.br/diferenca-ciencias-contabeis-e-contabilidade/>. Acesso dia 16/06/2023.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa .Barueri-SP: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade; Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: ATLAS, p. 277-297, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 9ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

MATTAR, Fauzer. N. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTOS, José João A.; MENDES, Bruno.; RIOS, Davi de O. Partidas Dobradas: Eleições 2014: Contabilidade necessária: Edição atualizada pela Resolução nº 23.406/2014. 3 ed. Brasília: CFC: OAB, 2014.

MENDES, Rosana. M.; MISKULIN, Rosana. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul. 2017.

PADOVEZE, Clóvis L. Controladoria estratégica aplicada: Conceitos, estrutura e sistema de informações. São Paulo, SP: Cengage Learning Brasil, 2016.

PADOVEZE, Clóvis L. Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária, 10ª edição. Grupo GEN, 2016.

_____. Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária, 10ª edição. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2016.

_____. O Papel da Contabilidade Gerencial no Processo Empresarial de Criação de Valor. Caderno de Estudos, São Paulo, nº 21 – Maio a Agosto de 1999.

REIS, Tiago. Controller: o que é? Qual a função desse profissional em uma empresa? Grupo Suno, 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/controller/> Acesso dia 12/06/2023.

RIBEIRO, Osni M. Contabilidade Básica. São Paulo, Atlas, 2013

SALOTTI, Bruno M.; LIMA, Gerlando A. S. F de; MURCIA, Fernando D.; et al. Contabilidade Financeira. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson. R.; ALMEIDA, Cristovão. D.; GUINDANI, Joel. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SIAS, Angela. Entrevista realizada com CONTADORA com experiencia na área. Espírito Santo.Viana,2023.

SILVA, Márcia Z.; BEUREN, Ilse. M. Contabilidade Gerencial em Hospitais: análise Bibliométrica de Artigos Publicados no Período 1950 a 2011. Revista Alcance, v. 22, n. 1, p. 80-104, 2015.

SWERTS, Gabriela B. A.; CARDOSO, Ricardo Lopes. A Teoria das Receitas e Despesas. 2000.

TAVARES, André R. Prestação de contas. In. Guia das eleições. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012.

TINELLI, Tatiane B. A prestação de contas dos candidatos a cargos políticos e o papel do contador: um estudo sobre as Leis nº 9.504/1997 e 13.165/2015 e suas respectivas resoluções. 2017.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE-GO. Resolução define como candidatos e partidos podem utilizar recursos eleitorais. TRE Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/resolucao-define-como-candidatos-e-partidos-podem-utilizar-recursos-eleitorais> Acesso em novembro, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Manual de Prestação de Contas de Campanha Eleitora Eleições 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/10/TSE-manual-prestacao-de-contas-2020.pdf> Acesso em novembro, 2023.

Resolução n. 23.607 de 17 de novembro de 2019. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília, 17 nov. 2019.

BISFENOL A E OS RISCOS À SAÚDE EM MATERIAIS DE CONTATO COM ALIMENTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Emilly Davel Maria¹, Matheus Cassini da Silva¹, Mary Zanadreja dos Santos
Gambarini Coelho².

¹ Acadêmicos do curso de Nutrição da Faculdade Multivix de Cariacica.

² Nutricionista, Mestre, Coordenadora do Curso de Nutrição da Faculdade Multivix Cariacica.

RESUMO

O Bisfenol A (BPA) é um composto químico utilizado na fabricação de plásticos e presente em diversos produtos do cotidiano, como embalagens de alimentos, garrafas, brinquedos e dispositivos médicos. Além de atuar como desregulador endócrino, o BPA está associado a doenças como câncer, obesidade e infertilidade. Sua absorção pelo ser humano ocorre principalmente pela ingestão de alimentos e líquidos contaminados. Estudos confirmaram sua ação disruptora hormonal, afetando o sistema imunológico, neuroendócrino e reprodutivo, e podendo induzir mutações e câncer. No Brasil, a Anvisa restringiu o uso do BPA em mamadeiras, mas permite sua utilização limitada em outros produtos. Este estudo aborda a presença e concentração de BPA em alimentos, seus mecanismos de toxicidade e impactos na saúde, propondo medidas para lidar com essa substância nociva.

Palavras-chave: Alimentos, Bisfenol A, Recomendações Nutricionais, Lixiviação.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho é discutido o impacto potencial do bisfenol na contaminação de alimentos, abordando os riscos associados à saúde humana. São apresentados e analisados estudos que abordam a presença de bisfenol em alimentos, os mecanismos de contaminação e as medidas para mitigar esses riscos.

O bisfenol A, também conhecido como BPA, é um composto químico que pertence à classe dos compostos difenilmetanos e atua como disruptor endócrino. Ele é frequentemente utilizado na produção de plásticos, principalmente na fabricação de policarbonato e resinas epóxi. Esses plásticos são usados em uma variedade de produtos, incluindo garrafas plásticas, recipientes para alimentos, revestimentos

internos de latas de alimentos e bebidas, equipamentos médicos, componentes eletrônicos e muito mais (DARONCH, 2020; SILVA, 2023).

O BPA começou a ser estudado como uma substância potencialmente prejudicial à saúde humana no final do século XX, onde a preocupação inicial com o BPA estava relacionada à sua presença em produtos de plástico e revestimentos de latas de alimentos. Vários cientistas e pesquisadores contribuíram significativamente para a compreensão dos riscos do BPA à saúde humana, como a cientista ambiental Theo Colborn, que foi uma das primeiras a alertar sobre os efeitos adversos do BPA e de outros disruptores endócrinos em seu livro "Our Stolen Future" (1996) (COLBORN; DUMANOSKI; MYERS, 1997).

Frederick vom Saal, biólogo conhecido por seu trabalho pioneiro sobre os efeitos hormonais do BPA e suas implicações para a saúde, é outro pesquisador importante na produção de conhecimentos sobre o BPA. Desde as preocupações iniciais, inúmeras pesquisas foram realizadas para avaliar os efeitos do BPA na saúde humana. Essas pesquisas incluíram estudos epidemiológicos, estudos em animais e pesquisas *in vitro*. Alguns dos principais conhecimentos produzidos mostram que a exposição ao BPA está associada a problemas reprodutivos, como diminuição da qualidade do esperma e disfunção ovariana em animais e humanos (HUNT *et al*, 2003). Efeitos no desenvolvimento humano também fazem parte dos estudos realizados, e associam o BPA a alterações no desenvolvimento fetal e infantil, incluindo distúrbios comportamentais e cognitivos (BRAUN *et al*, 2009). Outros efeitos negativos à saúde já foram e estão sendo investigados, como a indicação de que o BPA pode estar ligado a distúrbios metabólicos, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares (RICHTER *et al*, 2007).

Estudos confirmaram sua ação antiandrogênica e efeitos semelhantes ao estrogênio, que conferem muitos impactos negativos à saúde, especialmente no sistema imunológico, no processo neuroendócrino e no mecanismo reprodutivo. Além disso, também pode induzir mutagênese e carcinogênese, conforme pesquisas científicas recentes (MANZOOR *et al*, 2022).

Em virtude disso, no Brasil, a Anvisa proíbe a fabricação e importação de mamadeiras para uso de bebês com até 23 meses de idade, ainda assim o BPA pode ser utilizado na comercialização de outros produtos, desde que tenha um limite de 0,6mg/kg em sua fabricação (BRASIL, 2011). Este estudo teve como objetivo traçar a

evolução das opiniões científicas quanto à ingestão diária tolerável para BPA e seu limite de migração específico de materiais plásticos em contato com alimentos.

Os materiais enlatados podem ser uma fonte significativa de adulteração de alimentos devido ao contato direto, uma vez que resinas epóxi são utilizadas para proteger a lata por dentro, eles são usados em outras indústrias, como a indústria de tintas, fabricação de papéis térmicos, discos compactos, eletrônicos etc. (BROWN *et al*, 2022). Durante o século XX, houve um notável aumento na utilização de polímeros, como policarbonatos, polissulfonas, poliácridatos e resinas epóxi, que continham Bisfenol A (HUNT *et al*, 2012). Desde então, o BPA tem sido amplamente utilizado em materiais de embalagem de alimentos, garrafas de água para viagem e revestimentos para latas, causando exposição humana à substância por meio de alimentos e bebidas (HUNT *et al*, 2012).

O consumo de BPA pelos seres humanos, que ocorre quando esse composto migra para os alimentos em contato com recipientes plásticos, apresenta um problemático e alarmante impacto na saúde pública, bem como implicações financeiras relacionadas ao risco de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Portanto, é crucial investigar e monitorar as opiniões científicas em constante evolução sobre a ingestão diária tolerável de BPA e os limites de migração em materiais plásticos usados em contato com alimentos, a fim de mitigar esses riscos à saúde e orientar as regulamentações necessárias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BISFENOL A

O BPA é um composto químico amplamente utilizado na fabricação de diversos plásticos. É um sólido incolor, solúvel em grande parte dos solventes orgânicos comuns, mas com baixa solubilidade em água. Sua produção em escala industrial envolve a condensação de fenol e acetona e tem uma projeção de alcançar dez milhões de toneladas em 2025 (BROWN *et al*, 2022). O BPA foi identificado como um composto químico tóxico no final do século XIX, com destaque para as contribuições de químicos como Aleksandr Dianin (1851-1918), em 1891, e Theodor Zincke (1843-1928), em 1905, que o produziram usando a condensação de acetona com dois correspondentes de fenol (WANG *et al*, 2022).

Em 2015, a utilização global estimada do BPA foi de 7,69 milhões de toneladas, prevendo-se um aumento para 7,7 milhões em 2016. A produção também estava

prevista para atingir 10,7 milhões de toneladas em 2020 devido às diversas aplicações em produtos como policarbonato e resinas epóxi (VASILJEVIC; HARNER, 2021).

A demanda global por BPA atingiu US\$ 22,49 bilhões em 2022, marcando um rápido crescimento anual composto em valor. A Ásia-Pacífico é o maior mercado, representando aproximadamente 52% da participação, enquanto os Estados Unidos e a Europa Ocidental contribuem com 36% (XING *et al*, 2022).

O BPA é um composto com peso molecular de 228,29 g/cm³, com pontos de fusão e ebulição de 156°C e 220°C (a 5 hPa), respectivamente. Anfipático, podendo ser transformado em éter, ésteres e sais (DESAI; JAGTAP, 2022). Suas aplicações incluem a produção de resinas epóxi, policarbonatos, outros polímeros, resinas comopoliéster insaturado, polissulfona, polieterimida e poliacrilato, bem como materiais ópticos e eletrônicos, usado na fabricação de produtos de plástico, recipientes para alimentos, utensílios de micro-ondas e produtos têxteis (HAHLADAKIS; IACOVIDOU; GERASSIMIDOU, 2022).

A utilização do BPA em embalagens de produtos alimentícios, possui legislações que se diverge entre os países. Na União Europeia (UE), ele foi avaliado pela primeira vez em 1986 pelo Comitê Científico de Alimentos para uso na fabricação de materiais plásticos de contato com alimentos (MANZLOOR *et al*, 2022). Que estabeleceu uma ingestão diária tolerável para o BPA no nível de 0,05 mg/kg de peso corporal/dia (CWIEK-LUDWICKA, 2015). Além disso, o BPA foi listado como uma substância permitida pela Diretiva da UE 1990/128 para uso em materiais plásticos de contato com alimentos, com um limite de migração específico de 3,0 mg/kg de alimentos (MANZLOOR *et al*, 2022).

Outros países também implementaram proibições semelhantes. A Dinamarca proibiu o uso de BPA em mamadeiras, copos infantis e recipientes para produtos alimentícios destinados a crianças de zero a três anos em 2010, enquanto a Áustria proibiu o uso em chupetas em 2011 (CIMMINO *et al*, 2020).

Em 2012, a Bélgica proibiu a comercialização de embalagens para produtos alimentares contendo BPA, especialmente destinadas a crianças de zero a três anos. A França adotou uma lei que suspende a fabricação, importação, exportação e comercialização de todos os materiais de contato com alimentos contendo BPA e introduziu requisitos de rotulagem para mulheres grávidas, lactantes e crianças pequenas (MANZLOOR *et al*, 2022).

Em 2013, a Suécia proibiu o uso de BPA ou compostos contendo BPA em vernizes ou revestimentos na embalagem de alimentos destinados a crianças de zero a três anos (KHAN *et al*, 2021).

A Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) publicou um novo parecer científico em 2015, com base em uma avaliação dos riscos relacionados à saúde associados à exposição humana ao BPA. A EFSA estabeleceu um limite temporário de ingestão diária de 4 µg/kg de peso corporal/dia devido a novos dados toxicológicos e incertezas no banco de dados (MANZOOR *et al*, 2022).

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) proíbe a fabricação e importação de mamadeiras que contenham BPA. Embora para outras aplicações, o BPA seja aceito, a legislação estabelece um limite máximo de migração específica dessa substância para alimentos, baseado em estudos toxicológicos (CAMPOS; ROSTON; QUEIROZ, 2019).

2.2 A EXPOSIÇÃO ALIMENTAR AO BISFENOL A

A alimentação desempenha um papel fundamental como estratégia primária para atender às demandas energéticas diárias do organismo, no entanto, também pode ser considerada um veículo potencial para o surgimento de patologias quando se consomem alimentos contaminados. Portanto, os alimentos enlatados também estão sujeitos a adulteração química, devido aos monômeros residuais que migram da lata para o alimento, podendo acarretar problemas de saúde (ALMEIDA *et al*, 2018). Além disso, as embalagens de alimentos são as principais causas de acúmulo de BPA em seres humanos, o que ocorre devido à lixiviação do composto químico presente na embalagem em alimentos e bebidas (USMAN; AHMAD, 2016).

Os disruptores endócrinos (DE) são substâncias químicas que interferem no funcionamento do sistema endócrino, responsável pela regulação de hormônios no organismo. De forma análoga à estrutura química dos hormônios, esses DE são capazes de interferir no sistema endócrino, bloqueando a ação natural, aumentando ou reduzindo a quantidade original de hormônios (LIMA, 2019).

Essas interações podem gerar uma resposta biológica e atuar de forma antagonista ou agonista. Muitos desses disruptores competem pelos receptores de estrogênio e androgênio. Essa competição resulta na inibição dos receptores de estrogênio e androgênio presentes nos tecidos-alvo (SENCI, 2015).

A ação estrogênica do BPA pode provocar mudanças na região reprodutiva feminina, câncer no espaço testículo e a próstata, diminuir a produção de espermatozoides, influenciar na expressão de características masculinas, afetar as funções imunológicas e impactar a fertilidade em aves, peixes e mamíferos (GOLOUBKOVA; SPRITZER, 2000).

Quando o BPA, se liga aos receptores de estrogênios nas células, ele pode desencadear uma série de respostas celulares, incluindo a ativação de genes que promovem o crescimento celular. Essa proliferação celular descontrolada pode aumentar o risco de câncer em tecidos sensíveis, pois as células podem sofrer mutações e se transformar em células cancerosas. A exposição ao BPA também pode levar a alterações nos órgãos reprodutivos tanto de humanos quanto de animais. Isso ocorre porque o BPA interfere na regulação hormonal do sistema endócrino, afetando a função dos ovários e o equilíbrio hormonal nas fêmeas. Nos machos, o BPA também pode interferir na produção e qualidade do espermatozoide. O BPA atua como um disruptor endócrino, afetando a função testicular e a produção de hormônios sexuais masculinos, como a testosterona. O BPA também pode afetar o sistema imunológico, tornando o organismo mais suscetível a infecções e outras doenças. Essa supressão do sistema imunológico ocorre devido à desregulação hormonal causada pelo BPA, que pode prejudicar a capacidade do corpo de combater infecções (VANDENBERG *et al*, 2007).

2.3 IDENTIFICANDO PRODUTOS LIVRES DE BPA: ESTRATÉGIAS DE MARKETING E FONTES CONFIÁVEIS

Em virtude do avanço das pesquisas e publicações que apontam possíveis ameaças do BPA à saúde humana, a indústria passou a investir no marketing do BPA e em produtos "BPA Free" como resposta a tais estudos, adotando estratégias de comunicação que podem ter implicações para os consumidores.

Segundo a National Sanitation Foundation - NSF International (2021), o marketing de substâncias desreguladoras endócrinas envolve discussões sobre a utilização desses compostos em produtos de consumo, estratégias de marketing adotadas pela indústria para promover produtos contendo essas substâncias e a influência do marketing na percepção dos consumidores sobre a segurança deles.

A indústria tem promovido produtos livres dessas substâncias como alternativas mais seguras, no entanto, essas estratégias de marketing da indústria

para promover produtos sem esses químicos não são tão simples, pois há uma série de questões que devem ser levadas em conta: a percepção dos consumidores em relação aos riscos do BPA à saúde; as decisões de compra do consumidor; o exame das pesquisas de mercado e dados de vendas relacionados a produtos sem os químicos; a análise do papel das informações na tomada de decisões de compra dos consumidores; a discussão sobre a influência das regulamentações governamentais na promoção de produtos "BPA Free"; considerações éticas e de saúde; avaliação das implicações éticas do marketing do BPA e do "BPA Free"; a discussão sobre a importância da transparência nas comunicações relacionadas à segurança dos produtos e a revisão das evidências científicas sobre os riscos à saúde associados aos produtos (VANDENBERG *et al*, 2012).

A identificação de produtos livres de BPA tornou-se uma preocupação crescente para consumidores e pesquisadores. Algumas formas de identificar produtos que são livres desse composto podem ser citadas. A rotulagem é a primeira e mais simples maneira de reconhecer produtos sem eles, verificando a etiqueta do produto. Muitas empresas agora rotulam produtos como "livres de BPA" ou "BPA-free" para atender à demanda dos consumidores conscientes dos riscos associados ao BPA (ROCHESTER, 2013).

Através de certificações e selos também é possível identificar produtos sem BPA. Organizações independentes, como a NSF International e a Green Seal, oferecem certificações para produtos sem BPA. Essas certificações podem ser uma indicação confiável de que o produto foi testado e não contém BPA (NSF International, 2021). Estudos científicos também podem ser uma fonte valiosa de informações sobre produtos sem BPA. A pesquisa realizada por laboratórios independentes e universidades pode fornecer dados detalhados sobre a presença ou ausência de BPA em produtos específicos (VANDENBERG *et al*, 2012).

Identificar produtos sem BPA é fundamental para proteger a saúde. A exposição pode ocorrer através de alimentos e bebidas armazenados em recipientes de plástico ou produtos embalados com materiais que contêm BPA. Ao escolher produtos sem BPA, os consumidores podem reduzir seu risco de exposição a esse composto potencialmente prejudicial (ROCHESTER, 2013).

2.3.1 MODELOS DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING

A descoberta dos malefícios do BPA repercutiu de forma tão negativa que levou

alguns países a restringir e até mesmo proibir o seu uso em mamadeiras e copos para crianças principalmente, como foi o caso da União Europeia e Estados Unidos respectivamente (KOLATOROVA *et al*, 2017). Estudos começaram a relacionar a presença de BPA ao aumento dos casos de câncer e puberdade precoce, despertando as indústrias para o desenvolvimento de substâncias alternativas para substituir o BPA nos produtos, sendo elas bisfenol S (BPS), bisfenol F (BPF) e bisfenolAF (BPAF), as quais não foram devidamente testadas quanto à segurança antes de serem inseridas no mercado, podendo apresentar efeitos semelhantes ou até piores do que o BPA (CARVALHO, 2015).

O BPS, por sua vez, já foi classificado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos como potencialmente tóxico para o desenvolvimento humano, pois ele é absorvido pela pele assim como o BPA, porém em menor velocidade, além de apresentar riscos principalmente para o Sistema Reprodutivo, o que também levou a União Europeia a banir o seu uso (MILLER *et al*, 2023).

Estudos recentes sobre a liberação de bisfenóis em recipientes de bebidas detectaram níveis consideravelmente altos da substância principal e das suas alternativas, o que leva à conclusão de que a rápida emergência em substituir o BPA trouxe complicações para o entendimento e avaliação dos riscos da sua exposição aos seres humanos (KOLATOROVA *et al*, 2017). Portanto, o uso de produtos "livres de BPA" não é uma alternativa segura, sendo mais recomendado o uso de produtos sem bisfenol, representados pelas substâncias Pergafast 201, Appvion Alpha Free, D-8, NKK-1304 (MILLER *et al*, 2023).

Apesar de serem amplamente divulgados e comercializados, os produtos "livres de BPA" não estão livres da atividade estrogênica (EA), que é a forma mais comum de desregulação endócrina (YANG *et al*, 2011). Em um teste realizado com mais de 25 substâncias que poderiam substituir o BPA, todas apresentaram liberação de EA detectável (YANG *et al*, 2011).

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa. Para Mendes; Silveira; Galvão (2008), a revisão integrativa é um método bastante utilizado, porque possibilita a análise de pesquisas relevantes para a melhoria da prática, por meio de uma síntese do estado do conhecimento sobre um determinado assunto. Além disso, esse tipo de pesquisa possibilita também a visão das possíveis

lacunas do conhecimento que poderão ser preenchidas por outras pesquisas. Por ser um método bastante sistematizado, proporciona uma síntese de vários estudos e facilitando assim tanto o estudo como a análise por parte dos profissionais da área, de materiais de rigor científico.

Mendes; Silveira; Galvão (2008) estabelecem seis passos ou etapas de uma revisão integrativa.

A primeira etapa é identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa.

A segunda etapa é o estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura.

A terceira etapa é a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados. Esse trabalho foi realizado após a seleção dos artigos, por meio da leitura integral dos mesmos e extração das informações, que devem mostrar, principalmente, o que diz a literatura científica sobre a contaminação de alimentos por Bisfenol. Além disso foram recolhidas outras informações como título, ano de publicação e autores e que fazem parte de uma tabela.

A quarta etapa é a avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, que foi realizada já na leitura dos artigos e após, confrontando as informações contidas neles e descrevendo-as, como forma de análise dos conteúdos.

A quinta etapa é a interpretação dos resultados, que segue a quarta etapa, pois, feita a avaliação dos conteúdos, foi possível interpretar o conjunto de informações extraídas dos artigos, à luz do objetivo da pesquisa.

E a sexta e última etapa é a apresentação da revisão/síntese de todo o conhecimento extraído dos artigos analisados, que foi realizada na forma de produção textual.

Assim, este formato de pesquisa oferece uma percepção consistente e compreensível do tema estudado. Sua contribuição para área profissional e acadêmica é de grande importância, uma vez que seus resultados podem impulsionar ou explicar diferentes percepções sobre o tema escolhido. Dessa maneira, o leitor que terá acesso à pesquisa poderá compreender de forma longitudinal o resultado de estudos recentes sobre os riscos do bisfenol à saúde humana.

Esse método envolveu a coleta e análise de artigos científicos por meio de uma busca eletrônica nos bancos de dados da PUBMED, Science e CAPES, utilizando os termos "bisphenol A e food" como descritores. Foram identificados 789 artigos nos

últimos 10 anos. Desses, 80 foram selecionados para análise, sendo 10 artigos científicos escolhidos, sendo 8 publicados nos últimos 5 anos e 2 deles em 2012, todos disponíveis em inglês e português. Artigos que não estavam disponíveis na íntegra foram excluídos de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos.

Posteriormente à etapa de levantamento bibliográfico, foi feita a triagem, seleção do material que abordava a temática e extração dos principais dados, que foram organizados em uma tabela para posterior análise e discussão.

4. RESULTADOS

Como resultado da pesquisa obteve-se 10 artigos científicos, sendo 8 publicados nos últimos 5 anos, mais precisamente entre 2019 e 2023, e 2 deles publicados em 2012, como demonstrado no quadro 1.

Segundo Lee, Jangwoo et al, 2019, a detecção do aumento de BPA em alimentos sólidos relacionado ao aumento do consumo de água suscita a preocupação sobre possíveis fontes de contaminação adicionais. Isso pode ser conectado à pesquisa de Ni, Ling et al, 2023, que discute como a migração de BPA para alimentos é influenciada por fatores como pH, tempo, temperatura e volume. Essa migração é particularmente relevante quando se considera a ampla gama de alimentos enlatados, como destacado por Maragoua, Niki C. et al, 2020, cujos resultados mostraram variações nas concentrações de BPA em amostras enlatadas comerciais.

A geografia também desempenha um papel, como apontado por Russo, Giacomo et al, 2019, que observou concentrações de BPs mais baixas no Norte da Europa em comparação com o Sul, destacando a importância de fontes específicas de alimentos. No entanto, o estudo de Rotimi, Oluwakemi A. et al, 2020, evidenciou altas concentrações de BPA em várias fontes na África, ressaltando a complexidade global desse problema.

Os hábitos alimentares também são cruciais, como abordado por Cichna-Markl, Margit, 2012, que destaca como os alimentos são a principal fonte de exposição ao BPA, devido à sua capacidade de provocar efeitos estrogênicos. Por outro lado, Buckleya, Jessie P., 2020, relatou que o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados não se correlacionou diretamente com níveis mais elevados de BPA na urina, enquanto um maior consumo de alimentos minimamente processados resultou em níveis menores de BPA. A intervenção alimentar também desempenha

um papel, como demonstrado por Ouazzani, Houria El, 2022, que destacou como a mudança nos hábitos alimentares levou a uma diminuição nos níveis de desreguladores endócrinos no colostro e na urina das participantes.

Por fim, a pesquisa de Matta, Marcia Helena de Rizzo da et al, 2012, mostrou a necessidade de monitoramento contínuo da presença de BPA em água mineral. Isso destaca a importância de garantir que o BPA não apenas nos alimentos, mas também em outras fontes, seja rigorosamente monitorado e regulamentado. Essas conexões demonstram a complexidade do tema e como diferentes estudos estão interligados, fornecendo informações valiosas sobre a presença do BPA em alimentos e suas implicações para a saúde e a segurança alimentar.

Quadro 1 – Estudos sobre lixiviação do Bisfenol A

Autor/ Ano	Local de Publicação	Título	Objetivo	Resultados/ Conclusão
LEE, Jangwoo <i>et al</i> , 2019	República da Coreia	Bisphenol A in infant urine and baby-food samples among 9- to 15- month-olds.	Medir a presença de BPA na comida e na urina de crianças.	Foi detectado aumento da presença de BPA em alimentos sólidos conforme o aumento do uso de água. Na urina não foi detectado aumento e na alimentação de crianças menores também não, o que sugere outras fontes de contaminação.
NI, Ling <i>et al</i> , 2023	China	Recent Advances in Sources, Migration, Public Health, and Surveillance of Bisphenol A and Its Structural Analogs in Canned Foods.	Fornecer informações sobre fontes, migração, efeitos na saúde humana e vigilância de bisfenol e outras substâncias análogas.	Atualmente se tem utilizado espectroscopia de massa e técnicas de sensores eletroquímicos para determinar a migração de BPA para alimentos. Vários fatores, incluindo pH, tempo, temperatura e volume podem determinar a migração desses químicos para alimentos.
MARAGOUA, Niki C. <i>et al</i> , 2020	Grécia	Determination of bisphenol A in canned food by microwave assisted extraction, molecularly imprinted polymer-solid phase extraction and liquid chromatography-mass spectrometry.	Determinar a migração de bisfenol A para alimentos enlatados.	A concentração determinada de BPA em amostras enlatadas comerciais variaram entre 7,3 e 42,3 ng/g.
RUSSO, Giacomo <i>et al</i> , 2019	Itália	Occurrence of Bisphenol A and its analogues in some foodstuff marketed in Europe.	Oferecer uma visão sobre a ocorrência de bisfenóis em seis categorias principais de produtos alimentícios comercializados na UE.	A concentração de BPs detectados nos alimentos são mais baixas no Norte da Europa do que no Sul. O consumo de carnes e vegetais enlatados é responsável por valores superiores aos de outras categorias de alimentos.
ROTIMI, Oluwakemi A. <i>et al</i> , 2020.	Nigéria	Bisphenol A in Africa: A review of environmental and biological levels.	Medir a bioacumulação ambiental de bisfenol na África.	O nível mais alto de BPA relatado na literatura em toda a África foi 251 ng/mL, 384,8 ng/mL, 937,49 ng/g, 208,55 ng/mL, 3.590 µg/g e 154.820 µg/g para água, águas residuais, alimentos, fluidos biológicos, consumo e PCPs e semissólidos, respectivamente.
PENG, Chiung-Yu <i>et al</i> , 2019	Taiwan	Canned food intake and urinary bisphenol a concentrations: a randomized crossover intervention study.	Avaliar a presença de BPA na ingestão de alimentos enlatados e na urina.	As concentrações urinárias de BPA aumentaram após o consumo de alimentos enlatados.
CICHNA-MARKL, Margit, 2012	Áustria	Sample clean-up by sol-gel immunoaffinity chromatography for the	Apresentar métodos analíticos	Foi demonstrado que o BPA provoca efeitos estrogênicos através de ligação aos receptores nucleares de estrogênio e os alimentos são a principal fonte de exposição ao BPA.

		determination of bisphenol A in food and urine.	para a determinação das concentrações de BPA em alimentos e amostras de urina.	
BUCKLEYA, Jessie P., 2020	Estados Unidos	Ultra-processed food consumption and exposure to phthalates and bisphenols in the US National Health and Nutrition Examination.	Avaliar associações do consumo de alimentos ultraprocessados com a exposição a ftalatos e bisfenóis, incluindo substitutos mais recentes, na população geral dos EUA.	O aumento no consumo de alimentos ultraprocessados não correspondeu a maior nível de BPA na urina. Mas o maior consumo de alimentos minimamente processados correspondeu a menores níveis de BPA e outros químicos na urina.
OUAZZANI, Houria El, 2022	França	Perinatal Environmental Health Education Intervention to Reduce Exposure to Endocrine Disruptors: The PREVED Project.	Apresentar as fases do projeto PREVED utilizando o método RE-AIM.	O principal resultado foi a mudança de hábitos alimentares nas participantes que consumiam alimentos enlatados depois da intervenção, o que acarretou diminuição dos níveis de desruptores endócrinos no colostro e na urina das participantes.
MATTA, Marcia Helena de Rizzo da <i>et al</i> , 2012	Brasil	Determinação de bisfenol A (BFA) em água mineral por meio de CG/DCE – uma nova proposta de metodologia para análise.	O objetivo desse trabalho foi desenvolver e validar uma metodologia de análise para determinação de BFA em água mineral armazenada em diferentes embalagens.	Foi desenvolvida uma metodologia utilizando a CG/DCE para análise de bisfenol em água mineral. A pesquisa encontrou valor detectável na amostra menos provável, confirmando assim a necessidade de monitoramento.

Fonte: elaborada pelo autor.

5. DISCUSSÃO

Sobre a migração do bisfenol para os alimentos, LEE *et al* (2019) focam sua pesquisa nos alimentos para bebês, desde o desmame até os 15 meses, na Coreia do Sul. Nessa pesquisa, foi investigada a possibilidade de relação direta entre a presença de BPA nos alimentos consumidos pelos bebês e os níveis de BPA encontrados em amostras de urina da mesma população em análise.

LEE *et al* (2019) explicam que entre as 210 amostras de alimentos de desmame analisadas, a frequência de detecção e concentração de BPA aumentou com a idade infantil ($p < 0,0001$). Ou seja, quanto mais velha a criança maior foi a presença de BPA na sua alimentação. Segundo os autores, isso pode ser explicado pelo fato de as mães coreanas utilizarem tradicionalmente a papinha de arroz preparada em casa como principal alimento nos primeiros meses de desmame, introduzindo outros alimentos com o passar do tempo e o amadurecimento da criança.

Cabe dizer que, de acordo com NI *et al* (2023), a confusão e as controvérsias sobre fontes, migração e impactos na saúde têm atormentado os pesquisadores. Não há consenso nem um posicionamento claro sobre a migração de BPA para alimentos. Por exemplo, há regulamentação na Europa para níveis de migração de BPA para alimentos enlatados (para adultos), FCMs de 0,6 a 0,05 mg/kg. Os atuais limites de migração do BPA na China (0,6 mg/kg) e no Japão (2,5 mg/kg) são comparativamente mais elevados do que na UE. A França emitiu uma regulamentação específica em 2012 que suspende a fabricação, importação, exportação e comercialização de quaisquer FCMs contendo BPA. E a indústria tem utilizado outros químicos para escapar da detecção, já que o controle tem recaído especificamente sobre o bisfenol A.

MARAGOVA *et al* (2020) alerta para a multiplicidade de fatores que podem influenciar na detecção da migração e presença de BPA em alimentos e bebidas, que vão desde fatores metodológicos dos testes até as especificidades dos produtos, reações químicas, marca, processos industriais, temperatura, fatores ambientais, entre outros. Em seu artigo, MARAGOVA *et al* (2020) relatam uma pesquisa concentrada no desenvolvimento de métodos de detecção e medição de BPA. Com a otimização dos métodos que foram desenvolvidos, identificaram que a concentração determinada de BPA em amostras de alimentos enlatados comerciais variaram entre 7,3 e 42,3 ng/g. Foi determinada a concentração média de BPA em amostras comerciais de conservas

de abacaxi, cogumelos e atum, de duas marcas diferentes. Os níveis de BPA no abacaxi enlatado em calda foram determinados entre 7,3 e 12,1 ng/g, em cogumelos enlatados em água e sal entre 25,8 e 34,4 ng/g e em atum enlatado em água e sal entre 32,7 e 42,3 ng/g. O BPA foi detectado em todas as amostras testadas de alimentos enlatados recolhidos no mercado grego, mas em todos os casos abaixo do limite de migração específica regulamentado de 0,05 mg/kg.

Já o artigo de Russo *et al* (2019) apresenta uma visão geral dos dados da literatura que mostram que os valores de concentração de BPs detectados nos alimentos são mais baixas no Norte da Europa do que no Sul da Europa, o consumo de carnes e vegetais enlatados é responsável por valores de PDI (ingestão diária provável de bisfenol A) superiores aos de outras categorias de alimentos. Esses dados enfatizam que o monitoramento de alimentos e bebidas deveria merecer maior atenção especialmente por parte dos países europeus para os quais não existem estudos disponíveis e especialmente no que diz respeito a outros bisfenóis que não o BPA, cujos limites não são definidos pelos regulamentos europeus e cuja toxicidade não foi totalmente estabelecida.

O estudo de Russo *et al* (2019) abrangeu o monitoramento de BPA e outros BPs em 27 países da União Europeia nos últimos 5 anos. Infelizmente, não foram encontradas informações suficientes sobre vinte desses países. Há estudos de monitoramento do BPA, mas não há dados disponíveis sobre a contaminação de outros BPs. Os resultados desta revisão sugerem uma mudança progressiva por parte das indústrias de latas metálicas do uso do BPA para outros monômeros de BP na fabricação de embalagens, permitindo assim a sua consequente possível migração para os alimentos.

Em 2011, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que a ingestão diária média de BPA para adultos seria 0,4–1,4 $\mu\text{g kg}^{-1}$ de peso corporal, com um cenário de exposição extrema de 4,2 $\mu\text{g kg}^{-1}$ bw para adultos que consomem 100% de café, chá e bebidas alcoólicas e 100% de alimentos sólidos e bebidas embalados. Rotimi, *et al* (2020) procurou determinar, em seu estudo, o nível de bioacumulação e para isso buscou os níveis de BPA relatados em toda a África. Das 42 publicações que analisaram, 42% eram de amostras de água, 22% em alimentos, 20% em fluidos biológicos humanos, 10% em sedimentos, solos e lamas e 6% em produtos de consumo e de cuidados pessoais. O nível mais alto de BPA relatado na literatura em toda a África foi 251 ng/mL, 384,8 ng/mL, 937,49 ng/g, 208,55 ng/mL, 3.590 $\mu\text{g/g}$ e

154.820 µg/g para água, águas residuais, alimentos, fluidos biológicos, consumo, cuidados pessoais, respectivamente.

No artigo de Matta, *et al* (2012), é apresentada a avaliação de metodologia utilizada para determinar bisfenol A em água mineral, utilizando-se a extração em fase sólida (SPE), a derivação com anidrido trifluoroacético (TFAA) e a análise por cromatografia em fase gasosa com detector de captura de elétrons (GC/ECD). A curva analítica forneceu coeficiente de correlação (R) de 0,999, valores de recuperação entre 88 e 106%, limites de detecção e de quantificação de 2,5 e 25,0 ng.mL⁻¹, respectivamente. A metodologia foi aplicada em quatro amostras de diferentes marcas de água mineral, dentre as quais apenas uma apresentou resultado detectável de 0,46 ng.mL⁻¹

¹. Este estudo sugere que o bisfenol A pode ser facilmente detectado e quantificado na matriz utilizada por meio da metodologia proposta, a qual demonstrou ser seletiva, precisa e exata. Quando aplicado a amostras reais, o fato de apenas uma delas, aliás, a menos provável pelo tipo de material, ter apresentado valor detectável de bisfenol A, evidencia a necessidade de monitorar e acompanhar os níveis desse contaminante nos vários tipos de recipientes e embalagens de alimentos, bebidas e medicamentos, entre outros, utilizados comercialmente, de modo a fornecer suporte para uma modelagem matemática do consumo humano desse composto, avaliando os possíveis riscos à saúde e a prevenção dos mesmos (MATTA *et al*, 2012).

6. CONCLUSÃO

O quadro que o presente artigo apresenta, ao parecer um tanto caótico, como também sugere Ni *et al* (2023), na verdade demonstra o que a pesquisa objetivou descobrir: a evolução das opiniões científicas quanto à ingestão diária tolerável para bisfenol A e seu limite de migração específico de materiais plásticos em contato com alimentos. Notadamente os trabalhos analisados são bem recentes e as metodologias de pesquisa seguem o devido rigor científico. Foram contemplados tanto artigos originais, que descrevem pesquisas empíricas, como artigos de revisão de literatura bem abrangentes, o que concede à presente revisão uma abrangência maior, mesmo que alcançada de forma indireta.

A análise dos artigos demonstra que não há consenso quanto a parâmetros de migração de bisfenol A para alimentos, apesar de cada país e a OMS estabelecerem limites para os índices de contaminação de alimentos por bisfenol, como afirma Russo

et al (2019). No Brasil, a Resolução RDC 17/2008 estabelece um limite máximo de migração de 0,6 mg de Bisfenol A por quilo de alimento, mas o que se vê é um grande número de estudos, com focos e metodologias bastante diferentes e a falta de uma relação lógica, sistematizada e centralizada entre as descobertas científicas.

Evidencia-se que, enquanto alguns estudos não identificam uma relação direta ou proporcional entre o consumo de alimentos embalados e a presença de bisfenol A na urina dos consumidores, outras pesquisas, como a conduzida por Peng *et al* (2019), demonstram essa relação de forma clara, inclusive quantificando-a. No entanto, como observado por diversos autores, a presença de bisfenol A no meio ambiente e no organismo humano é inegável, e essas pesquisas indicam que a educação e a conscientização têm o poder de reduzir a presença de bisfenol A no organismo humano, pelo menos em certa medida.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. et al. BISPHEENOL, A: Food Exposure and Impact on Human Health. *Compr. Rev. Food Sci. Food Saf.*, v. 17, n. 6, 2018. Acesso em: 5 de agosto de 2023.

BRASIL. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 41, de 16 de setembro de 2011. Dispõe sobre a proibição de uso de Bisfenol A em mamadeiras destinadas a alimentação de lactentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, Seção 1, n. 180, 2011. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

BRAUN, Joe M. et al. Prenatal bisphenol A exposure and early childhood behavior. - Canada: *Environmental Health Perspectives*, v. 117, n. 12, p. 1945-1952, 2009. Acesso em: 1 de setembro de 2023.

BUCKLEY, Jessie P. Ultra-processed food consumption and exposure to phthalates and bisphenols in the US National Health and Nutrition Examination. - Estados Unidos: *Environment International*, v. 131, 2019. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

CAMPOS, J. M.; ROSTON, D. M.; QUEIROZ, S. C. N. Desenvolvimento e validação de método para determinação de bisfenol a e etinilestradiol em aguapé e minipapiro provenientes de wetlands construídas. *Química Nova*; v. 42, n. 8, 2019.

Acesso em: 5 de agosto de 2023.

CARVALHO, Elaine. O inimigo pode morar ao lado. *Química no dia a dia*, 2015. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

CICHNA-MARKL, Margit. Sample clean-up by sol-gel immunoaffinity chromatography for the determination of bisphenol A in food and urine. - Áustria: *Methods*, v. 56, p. 186-191, 2012. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

COLBORN, Theo; DUMANOSKI, Dianne; MYERS, John Peterson. Our Stolen Future: Are We Threatening Our Fertility, Intelligence, and Survival? A Scientific Detective Story. - New York: *Plume/Penguin Books*, 1997.

DARONCH, Oona Tomiê et al. Contaminação em larga escala por Bisfenol-A: estamos conscientes do risco e formas de exposição? - Curitiba: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 11, p. 4339-4345, 2020. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

GOLOUBKOVA, T.; SPRITZER, P. M. Xenoestrogênios: o exemplo do Bisfenol-A. - Porto Alegre: *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 44, n. 4, p. 323-330, 2000. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

HUNT, Patricia A. et al. Bisphenol a exposure causes meiotic aneuploidy in the female mouse. - Seaford: *Current Biology*, v. 13, p. 546-553, 2003. Acesso em: 1 de setembro de 2023.

KOLATOROVA, L. et al. Prenatal Exposure to Bisphenols and Parabens and Impacts on Human Physiology. Prague: *Physiological Research*, v. 66, n. 3, p. 305-315, 2017. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

LEE, Jangwoo et al. Bisphenol A in infant urine and baby-food samples among 9- to 15-month-olds. - Korea: *Science of the Total Environment*, v. 697, 2019. Acesso em: 7 de setembro de 2023.

LIMA, G. A. Determinação de disruptores endócrinos (bisfenol A e ftalatos) em utensílios e brinquedos para lactentes usando HPLC-UV-VIS e estudo de bioacessibilidade. -

Recife: Dissertação (Mestrado) – *Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Química*, 2019. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

MANZOOR, Muhammad Faisal et al. An insight into bisphenol A, food exposure and its adverse effects on health: A review. - Turkey: *Frontiers in Nutrition*, v. 9, n. 10, 2022. Acesso em: 1 de setembro de 2023.

MARAGOU, Niki C. et al. Determination of bisphenol A in canned food by microwave assisted extraction, molecularly imprinted polymer-solid phase extraction and liquid chromatography-mass spectrometry. - Grécia: *Journal of Chromatography B*, 2020. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

MATTA, Marcia Helena de Rizzo da et al. Determinação de bisfenol A (BFA) em água mineral por meio de CG/DCE – uma nova proposta de metodologia para análise. - Campo Grande: *Rev Inst Adolfo Lutz*, v. 71, n. 4, p. 624-629, 2012. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. - Florianópolis: *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

MILLER, Gillian Zaharias et al. Bisphenols and alternative developers in thermal paper receipts from the U. S. market assessed by Fourier transform infrared spectroscopy. - Michigan: *Environmental Pollution*, v. 335, 2023. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

NI, Ling et al. Recent Advances in Sources, Migration, Public Health, and Surveillance of Bisphenol A and Its Structural Analogs in Canned Foods. - China: *Foods*, v. 12, n. 10, 1989. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

OUAZZANI, Houria El. Perinatal Environmental Health Education Intervention to Reduce Exposure to Endocrine Disruptors: The PREVED Project. - França: *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 70, 2022. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

RICHTER, Catherine A. et al. In Vivo Effects of Bisphenol A in Laboratory Rodent Studies. - Columbia: *Reprod Toxicol*, v. 24, n. 2, p. 199-224, 2007. Acesso em: 1 de setembro de 2023.

ROCHESTER, Johanna R. Bisphenol A and human health: a review of the literature. *Reproductive Toxicology*, v. 42, p. 132-155, 2013. Acesso em: 08 setembro de 2023. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.reprotox.2013.08.008>. ROTIMI, Oluwakemi A. et al. Bisphenol A in Africa: A review of environmental and biological levels. - Nigéria: *Science of the Total Environment*, 2020. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

RUSSO, Giacomo et al. Occurrence of Bisphenol A and its analogues in some foodstuff marketed in Europe. *Food and Chemical Toxicology*, v. 131, 2019. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

SENÇI, R. S. Efeitos do bisfenol a: um desregulador endócrino. - Assis: Trabalho de Conclusão de Curso – *Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis*, 2015. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

SILVA, Gabriela Kelly da. Efeitos do bisfenol a em glândulas salivares de camundongos e em linhagens de células tumorais humanas. - Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - *Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Odontologia*, 2023. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

VANDENBERG, L. N. et al. Human exposure to bisphenol A (BPA). *Reproductive Toxicology*, v. 24, p. 139-177, 2007. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

VANDENBERG, Laura N. et al. Hormones and Endocrine-Disrupting Chemicals: Low-Dose Effects and Nonmonotonic Dose Responses. *Endocrine Reviews*, v. 33, n. 3, p. 378-455, 2012. Acesso em: 3 de setembro de 2023.

YANG, Chun Z. et al. Most Plastic Products Release Estrogenic Chemicals: A Potential Health Problem that Can Be Solved. - Texas: *Environmental Health Perspectives*, v. 119, n. 7, p. 989-996, 2011. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

O FARMACÊUTICO NA AROMATERAPIA

Edmar Willian Valt¹, Maria Eduarda Lima Zambaldi¹, Raquel Vieira Guimarães¹,
Silas Nascimento Ronchi²

¹ Acadêmico (a) do curso de Farmácia

² Bacharel em Farmácia, Mestre em Ciências Farmacêuticas e Doutor em Ciências Fisiológicas - Docente Multivix – Cariacica

RESUMO

O contexto temático deste estudo, trata sobre o papel do farmacêutico na atuação da aromaterapia, objetivando, mediante pesquisa científica, analisar o papel do farmacêutico na aromaterapia, as resoluções existentes para regulamentar a atuação do farmacêutico na aromaterapia, evidenciar sua relevância para a aromaterapia e da aromatologia para os pacientes da atenção básica de saúde como uma das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do Ministério da Saúde (MS), bem como, demonstrar a relevância da aromaterapia e para a saúde dos seres humanos. O método de revisão integrativa foi adotado para desenvolver a pesquisa mediante levantamento de literatura para atingir os objetivos traçados, usando descritores inclusivos e exclusivos para refinar o estudo, considerando o período entre 2020 e 2024 para a coleta de dados nas bases de dados de pesquisas acadêmicas. Os resultados e as discussões encontradas na revisão integrativa destacaram a aromaterapia, como uma das PICS no SUS. A conformidade da aromaterapia pelas normativas da PNPIC facilita sua implementação, mesmo carecendo de mais estudos para validar sua eficiência terapêutica. Evidenciaram a eficácia dos óleos essenciais para as terapias de acne, ansiedade e depressão e ressaltaram a relevância do farmacêutico na atuação da aromaterapia, na atenção as terapias farmacológicas e na indicação das não farmacológicas, na identificação e orientação dos indivíduos com sintomas de depressão e na orientação segura do uso dos óleos essenciais na terapia dos transtornos de ansiedade.

Palavras-chave: farmacêutico; aromaterapia; óleos essenciais; PICS.

1. INTRODUÇÃO

A aromaterapia consiste na utilização de óleos essenciais extraídos de plantas para a prática de terapia alternativa no combate aos níveis de estresse e da ansiedade, melhora da memória e das funções cognitivas (Pessoa *et al.* 2023). Já para Silva e colaboradores (2020), a aromaterapia é um procedimento usado pelos povos egípcios para vários rituais, incluindo o de mumificação. O procedimento usava óleos essenciais advindos de vegetais aromáticos, extraídos de várias formas. Era ministrado para tomar, inalar ou por absorção da pele para promover o bem-estar do indivíduo.

Mello (2023) descreve em seu trabalho que a aromaterapia é uma ciência e também uma arte para tratar o corpo físico, da parte mental e emocional do ser humano, e que, por meio da terapia do aroma de determinadas plantas e seus óleos essenciais, promove a saúde. Afirma-se também que a aromaterapia é um tratamento bioenergético que está avançando para um futuro promissor na área da beleza, devido à percepção da sociedade que a beleza está ligada à saúde, fazendo crer que a aromaterapia cuida do corpo naturalmente e de forma holística na busca do equilíbrio da parte fisiológica, da parte das emoções e da espiritual.

Em 2017, a Câmara dos Deputados, através do Congresso Nacional, decretou Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia sob o projeto de Lei nº 8.794-A (Brasil, 2017). Em paralelo, o Conselho Federal de Farmácia (CFF), desde 2023, aprovou a regulamentação para que o profissional farmacêutico possa atuar na aromatologia e na aromaterapia. A atuação do farmacêutico, via resolução citada é recente, bem como a aromaterapia, respaldando os profissionais e imprimindo qualidade ao atendimento de complementação à saúde (Brasil, 2023a).

O Ministério da Saúde, quanto às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), sobre os recursos terapêuticos PICS, traz o conceito de aromaterapia como um tratamento secular com a utilização de óleos essenciais, extraídos de partes ou produtos vegetais, que visa a recuperação do equilíbrio e da harmonia do corpo, promovendo o bem-estar físico e mental (Brasil, 2023b).

O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (2023), ressalta que o órgão se preocupa com a regulamentação dos farmacêuticos nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que foram validadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), do Sistema Único de Saúde (SUS); por esta preocupação a resolução geral já foi publicada, e valida 29 PICS como a ozonoterapia, fitoterapia, floralterapia, homeopatia e atualmente a aromaterapia.

Devido a esse fato, esta pesquisa se torna relevante pela recente aprovação da atuação

do farmacêutico na área da aromatologia e/ou aromaterapia, ou na terapia com óleos essenciais, no que diz respeito ao papel do profissional farmacêutico na atuação dessas áreas. Ainda, esse estudo se limitará a estudar, por meio de análise de literatura, os aspectos da atuação do farmacêutico na aromatologia e/ou aromaterapia, não abrangendo outras áreas de competência da profissão. Por outro lado, supõe-se que a função do farmacêutico na aromatologia e/ou aromaterapia é de colaborar na complementação da prevenção, ou reestabelecimento da saúde dos indivíduos, seguindo as normativas das PICS.

Frente a essa pluralidade, esse trabalho tem por objetivo, analisar o papel do farmacêutico na atuação da aromatologia e/ou aromaterapia, analisar as resoluções normativas existentes sobre a atuação do profissional farmacêutico na aromatologia e a aromaterapia, evidenciar a relevância do farmacêutico na aromaterapia, analisar a aromaterapia como prática integrativa e complementar e demonstrar a relevância da Aromatologia e Aromaterapia para a saúde do ser humano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AROMATOLOGIA E AROMATERAPIA

2.1.1 Conceito

A aromaterapia, além de uma ciência, é a arte terapêutica para o físico, o mental e o emocional do indivíduo. Com ela se avalia a saúde na totalidade, através do aroma e dos óleos essenciais de alguns vegetais, sendo considerada também uma terapia bioenergética, cuidando holisticamente do fisiológico, do emocional e espiritual (Mello, 2023).

O reconhecimento da aromatologia e da aromaterapia é recente, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional instituíram e decretaram o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia, sob o projeto de Lei nº 8.794-A, conceituando assim, a Aromatologia, como a ciência que estuda e pesquisa a atuação e efeitos dos aromas sobre as pessoas; e a Aromaterapia como a terapia ou tratamento mediante a

absorção por inalação, ou aplicação de diversos óleos essenciais, conforme as propriedades e os sintomas dos indivíduos, na busca dos resultados terapêuticos (Brasil, 2017). Em concordância, o Ministério da Saúde (MS), dentro das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), conceitua a Aromaterapia como uma prática de tratamento que usa os atributos de óleos essenciais, advindos das plantas medicinais, com o propósito de restaurar o equilíbrio do indivíduo, alcançando a harmonia deste, proporcionando o bem-estar e por consequência a saúde física e mental (Brasil, 2023b).

Mendes e colaboradores (2022), também conceituam a aromaterapia como uma prática terapêutica que utiliza os óleos essenciais, mas complementa sua descrição, ao relatar que são óleos naturais utilizados para o contrabalanço dos sentimentos e emoções, também usados para o alívio corporal e mental agindo de variadas formas ao contato com o organismo, quer seja por inspiração inalatória, ou uso diretamente na pele, pela ingestão ou ainda através de massagens relaxantes.

Rebouças (2022) expande o conceito de aromatologia, descrevendo-a como uma ciência que investiga detalhadamente todas as formas de utilização de substâncias aromáticas, especialmente óleos essenciais, com base em suas características farmacológicas, bioquímicas e botânicas. A distinção entre aromatologia e aromaterapia surgiu quando os ingleses incorporaram uma visão mais holística e estética no uso dos óleos essenciais. Consequentemente, o uso dos óleos passou a ser restrito as vias inalatória e de absorção cutânea, excluindo a administração oral em virtude do potencial gerador de efeitos adversos.

2.1.2 História

Desde a antiguidade, as ervas com aromas eram usadas em rituais como uma terapia. Mas há relatos de que *Florence Nightingale* usava a lavanda em forma de óleo na pele dos soldados em guerra na Crimeia por volta de 1853, na intenção de mantê-los calmos. Em 1910, após a publicação do estudo do engenheiro químico, perfumista, *René Maurice Gattefossé*, a aromaterapia alcançou o status de ciência. Essa publicação aconteceu entre 1881 e 1950, e atualmente ele é conhecido como o pai da aromaterapia devido às suas pesquisas sobre as características dos óleos essenciais para tratamentos terapêuticos. Entre suas descobertas sobre os óleos essenciais, está a propriedade antisséptica do óleo da lavanda para tratamento de queimadura, e em

1918 foi criado o “*Le salvo*”, um antisséptico muito eficiente contra a gripe espanhola usado nos hospitais (Mendes *et al.*, 2022).

Pacheco e Moraes (2021) afirmam que as plantas medicinais e aromáticas são usadas pela humanidade desde seu início, há centenas de anos, já na idade média. Os países que primeiro apresentaram os benefícios da aromaterapia foram: China, Índia e Egito, este último foi o pioneiro na exploração vegetal aromática desde 4000 a.C. Segundo Almeida, Gomes e Barbosa (2022), na Grécia a aromaterapia era usada para a fabricação de perfumes, na prática de tratamentos por meio de massagens terapêuticas e combate a certas pragas. O considerado pai da medicina, Hipócrates, usava técnicas de fumigação para extrair as propriedades aromáticas e medicinais das plantas.

Quanto aos óleos essenciais, Rebouças (2022) descreve como substâncias aromáticas voláteis que são extraídas de várias partes das plantas, como do fruto, da folha, do caule, das flores ou das sementes. Os óleos essenciais possuem várias composições químicas que derivam da espécie do vegetal extraído, a região e a forma de cultivo das plantas, e também o processo de extração.

A mesma autora ainda informa no seu trabalho que a aromaterapia foi apresentada à área estética da Inglaterra no século XIX, por meio dos óleos essenciais que passaram pela diluição juntamente com óleos vegetais para utilização terapêutica, mediante massagens, sendo estas as formas mais utilizadas pelos ingleses. Essa introdução da aromaterapia na estética inglesa seguiu as formas dos esteticistas de não usar na forma oral (Rebouças, 2022).

2.2 AROMATERAPIA COMO TERAPIA

As propriedades e benefícios dos vegetais aromáticos usados na aromaterapia para a melhora da saúde ainda não são percebidos de forma geral pela população, porque os aromas são confundidos com substâncias artificiais de indústrias que fabricam produtos de perfumaria (Pacheco, Moraes, 2021). O órgão olfativo tem a responsabilidade pela condução das moléculas das substâncias terapêuticas aromáticas dos óleos essenciais, aos bulbos glomérulos olfatórios, chegando às estruturas cerebrais encefálicas, inclusive o córtex e no lobo temporal (Amaral; Oliveira, 2019).

Pacheco e Moraes (2021), discorrem que a aromaterapia normalmente consiste

na absorção das substâncias dos óleos essenciais pela vias olfativas, como destino a região cerebral, ativando o sistema límbico e por conseguinte o hipotálamo, causando a elevação de produção dos neurotransmissores como: endorfina, serotonina, noradrenalina, resultando nos efeitos de estimulação, relaxamento ou de calmante.

Oliveira (2019) expõe que a terapia inicial era inalar o aroma das ervas e flores para sentir bem-estar pelo indivíduo, mas com a evolução da aromaterapia, sabe-se que na inalação havia a atuação das propriedades dos óleos essenciais. Atualmente, a aromaterapia abrange outras formas de absorção, como por meio da ingestão ou massagem.

Para Nascimento e Prade (2020), uma situação interessante acontece com os óleos essenciais pela variação dos constituintes químicos em uma mesma planta. Pode-se obter percentuais diferentes de compostos, isto é, óleos com propriedades curativas diferenciadas, influenciados pela região originária, metodologia de colheita e extração e qualidade do solo.

Os óleos essenciais (OE) são compostos complexos com características marcantes de cheiro forte por serem extraídos de plantas aromáticas, também são voláteis. Os óleos essenciais são geralmente obtidos por meio de hidro destilação ou vaporização, a partir do fruto, flor, folha, raiz e outras partes dos vegetais. São reconhecidos pelas características como: bactericida, fungicida e pelas fragrâncias. Entre os óleos essenciais terapêuticos e curativos, existem os que são usados como: anestésico local, sedativo, anti-inflamatório, espasmolítico e antimicrobiano e outros para terapias de disfunções ou distúrbios sistêmicos (Amaral; Oliveira, 2019).

Nascimento e Prade (2020) apresentam o sistema olfativo e a pele como importantes receptores dos óleos essenciais, funcionando como condutores para diversos órgãos do corpo humano. As substâncias extraídas dos vegetais aromáticos, quer seja pela infusão ou extração dos óleos, possuem respostas terapêuticas curativas, colaborando no bem-estar mental e físico.

Amaral e Oliveira (2019), os óleos essenciais possuem diversas propriedades como fungicida, bactericida, analgésico, anti-inflamatório e sedativo. O quadro 1, abaixo, demonstra a relação de alguns óleos essenciais e os benefícios curativos que eles podem proporcionar:

Quadro 1 – Relação do óleo essencial com o respectivo efeito curativo sob a ótica da aromaterapia

Óleos Essenciais	Efeitos Curativos
Bergamota/Mexerica (<i>Citrus bergamia</i>)	Relaxante e antidepressivo.
Esclaréia (<i>Sálvia sclarea</i>)	Relaxante, antidepressivo e sedativo.
Gerânio (<i>Pellargonium graveo-lens</i>)	Sedativo e relaxante.
Ylang-Ylang (<i>Cananga odorata</i>)	Além de diminuir a tensão, melhorar o humor e estimular os sentidos, é hipnótico e relaxante.
Jasmim (<i>Jasminun officinalis</i>)	Estimulante e relaxante.
Lavanda (<i>Lavandula officinalis</i>)	Reduz a tensão, o cansaço e a depressão, além de acalmar e revigorar o ânimo.
Milfólio (<i>Achillea ligusticun</i>)	Ansiolítico, sedativo e relaxante.
Rosa (<i>Rosa damacena</i>)	Reduz a tensão, a depressão e age contra dores de cabeça.
Sândalo (<i>Santalum album</i>)	Além de reduzir a insônia, é relaxante muscular e tem ação sedativa.
Tomilho (<i>Thymus officinales</i>)	Reduz tensão, fadiga, ansiedade e age contra dores de cabeça.

Fonte: Adaptado de Amaral e Oliveira (2019)

Amaral e Oliveira (2019) explicam que o sentido olfativo é o que faz com que as moléculas químicas aromáticas presentes no ambiente se transformem em informação identificada como odor. A percepção de odor é relevante tanto como uma forma de alerta contra substâncias ou ambientes potencialmente danosos à saúde, quanto para proporcionar o bem-estar. A detecção das várias substâncias aromáticas são realizadas pelos receptores contidos nas células olfativas, têm a função de projetarem-se na direção dos bulbos olfatórios.

Na aromaterapia pode haver a combinação de óleos essenciais de forma que eles tenham características semelhantes e se complementem, para que haja garantia, no caso de interação entre as substâncias, de que a sinergia tenha ação potencializadora dos resultados de forma benéfica. Os produtos que podem fazer parte das terapias e serem acrescentados aos óleos essenciais: chá, tempero, xarope e outros (Pacheco; Moraes, 2021).

2.3 RECONHECIMENTO DA AROMATERAPIA NO BRASIL

A aromaterapia veio num crescente reconhecimento desde 2017, onde a Câmara dos Deputados, por meio do Congresso Nacional, instituiu o dia 19 de dezembro, como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia sob o projeto de Lei nº 8.794-A. O documento conceitua a aromaterapia e a aromatologia, apresenta

fatos históricos, relata a importância olfativa dos aromas e ainda faz menção a Lei nº 12.345 de 2010, que institui as datas comemorativas para todo o território nacional (Brasil, 2017). No ano seguinte, a portaria nº 702, do Ministério da Saúde (MS), faz a inserção da aromaterapia na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), como prática terapêutica que consiste na utilização de óleos essenciais para a promoção de melhora da saúde, do bem-estar e da higiene (Brasil, 2018b).

Em 2018, a aromaterapia foi incluída no Sistema Único de Saúde (SUS), através da portaria nº 702, compondo a lista de 29 terapias validadas com a PNPIC. Essa portaria, inserindo as terapias como PICS no SUS, propiciou ao Brasil estar à frente dos demais países na inclusão das Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) no sistema público de saúde do Brasil (Nascimento, Prade, 2020).

2.3.1 Aromaterapia nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)

Através da portaria nº 971, de maio de 2006, o Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde aprovou e consolidou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2006).

Em 2018 para fazer a atualização as práticas integrativas, foi instituído um glossário temático com as práticas integrativas complementares, contendo tratamentos que usam as técnicas da sabedoria popular tradicional, visando a prevenção de variadas enfermidades brasileiras como hipertensão, a depressão, a obesidade e outras (Ferreira *et al.*, 2021).

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm como fundamento principal o olhar holístico para o indivíduo, tendo uma conceituação diferenciada de saúde. Esse olhar para o todo tem influências nas terapias e no relacionamento dos pacientes com os profissionais de saúde de forma humanizada (Correa *et al.*, 2018). Para Previato e Baldissera (2018) a PICS surge como um plano com vários significados, mas de forma geral trata de aparceramento entre os profissionais de saúde de diversas áreas e o paciente, para o tratamento compartilhado, colaboração e coordenação na tomada de decisão sobre a saúde. A PICS proporciona uma dedicação maior e com abrangência qualificada aos pacientes. Ressalta-se que, com o estabelecimento das PICS, as terapias de saúde recebem maior atenção sem fragmentação, conforme a diversidade dos profissionais de saúde.

Conforme Ferreira *et al.* (2021) depois da implementação da PNPIIC, o Sistema Único de Saúde (SUS), passou ofertar quase trinta práticas integrativas, tomando a liderança mundial da oferta do serviço das práticas integrativas e complementares para atender a população na atenção primária de saúde.

Negreiros e Ferreira (2020) afirmam que as Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) no Brasil, adotaram a idealização do oriente de medicina holística, que possuem características para o desempenho relevante e determinante para o paciente, em contrapartida, a ideologia do ocidente baseada no racionalismo médico, essas características são desconhecidas, já que não têm bases científicas. Para Ferreira *et al.* (2021) as PICS, possuem benefícios importantes para os pacientes da atenção básica, como baixo custo, redução de despesa do município, qualidade relevante do serviço prestado. Também empodera a prática tradicional e cultural do povo brasileiro, além de orientar o paciente, buscando amenizar desconfortos indesejáveis e propondo bem-estar mental e físico.

O Brasil e diversas culturas fazem experiências com vegetais aromáticos, para inalação visando desobstrução respiratória, escalda-pés para ativação do sistema circulatório ou até mesmo, usufruindo de massagens com óleos essenciais para o relaxamento. A promoção do autocuidado com reflexão das potencialidades das PICS, para a divulgação correta das terapias tradicionais de forma integrativa e também complementar, para promover conhecimento em saúde visando a utilização adequada e de qualidade (Nascimento; Prade, 2020).

Segundo Heredia-Vieira *et al.* (2020), a medicina integrativa é uma ferramenta disponível pela saúde no Brasil desde os anos 80. As PICS são usadas na atenção básica à saúde para a prevenção e tratamento das doenças, e geralmente relacionadas à medicina tradicional. São abordagens que tratam o indivíduo na totalidade, tendo atenção para além da doença, para as características psicológicas, sociais, espirituais, dentre outras. A aromaterapia é uma prática que usa os óleos essenciais de plantas aromáticas para inalação ou através da pele. Há países em que também é usada pela ingestão, mas sob a supervisão profissional capacitada.

2.4 O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA AROMATERAPIA

A resolução normativa nº 572 de 2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), regulamenta as especialidades farmacêuticas, conforme área de atuação, que as

agrupam, essas áreas são: alimentos, análises clínico-laboratoriais, educação, farmácia, farmácia hospitalar e clínica, farmácia industrial, gestão, saúde pública, toxicologia e as práticas integrativas e complementares (Brasil, 2013).

Conforme a Resolução nº 477 de 2008, o Conselho Federal de Farmácia, dispõe quanto as atribuições do profissional farmacêutico na atuação das plantas medicinais e fitoterápicos, e faz as devidas considerações, como: o farmacêutico através de sua graduação deve estar capacitado para atuar em todas as áreas da saúde; o farmacêutico deve participar de forma ativa nas implementações de diretrizes de políticas públicas no que diz respeito as plantas medicinais e dos fitoterápicos, na elaboração e promoção da utilização de forma racional, dentro da esfera da gestão do SUS. No parágrafo único, a resolução faz uma abrangência na atuação do farmacêutico que irá atuar na fitoterapia, plantas medicinais e os derivados, onde o farmacêutico participará da formação das comissões de assessoria que tenham relação com a produção e uso terapêutico dos fitoterápicos e das plantas medicinais (Brasil, 2008).

Severo *et al.* (2021) consideram o profissional farmacêutico habilitado e capacitado intelectualmente de forma geral, para atuação nos níveis da área de saúde, visto que das 29 práticas integrativas e complementares a serem implementadas pelo SUS, algumas práticas foram atribuídas ao profissional farmacêutico para o exercício da prática, entre elas estão a acupuntura, fitoterapia e a aromaterapia. Em determinadas atuações, como na aromaterapia, ainda acontecem discussões quanto à atuação do farmacêutico, que, segundo o autor, o farmacêutico e aromaterapeuta poderia atuar com seu conhecimento adquirido em aplicações clínicas.

A portaria nº 1.988/2018 faz a atualização na tabela de composição dos profissionais para os serviços especializados do cadastro nacional e da tabela de procedimentos, medicamentos e órteses, próteses e materiais especiais do SUS. No quadro das práticas integrativas e complementares, o profissional farmacêutico constado para atuar nas práticas de acupuntura, fitoterapia e homeopatia. Quanto à prática de aromaterapia, está direcionada para qualquer ocupação da área de saúde. Mas no quadro de procedimentos do SUS, o farmacêutico foi inserido como habilitado para atuar em 18 dos 19 procedimentos da tabela, incluindo a aromaterapia, com exceção apenas para o de ozonioterapia aplicada à odontologia (Brasil, 2018a).

Já a resolução nº 732 de agosto de 2022, regulamenta a atuação do profissional farmacêutico nas práticas integrativas e complementares,

compreendendo que as PICS tem base na atenção humanizada e focada na visão holística do paciente, buscando os estímulos naturais para prevenir o agravamento, para promover e recuperar a saúde por meios eficientes e seguros, para escutar acolhedoramente para o desenvolvimento terapêutico, para integrar o indivíduo ao meio ambiente e também a sociedade, através da PNPIC do MS (Brasil, 2022).

O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (2023) em outubro de 2023 afirma que o Conselho Federal de Farmácia, por meio de plenária, aprovou uma resolução regulamentadora da atuação do profissional de farmácia na aromaterapia e aromatology, e também na utilização dos óleos essenciais. A resolução até a presente data, maio de 2024, não foi publicada no portal de transparência do Conselho Federal de Farmácia e nem no Diário Oficial da União.

A importância do farmacêutico habilitado para orientar a utilização dos óleos essenciais e qualquer produto aromático, se dá pelo risco de interação entre os óleos, potencializando os efeitos dos mesmos, mas a atenção deve ser para a toxicidade das substâncias (Pacheco; Moraes, 2021).

Para Nascimento e Prade (2020), o acompanhamento do profissional habilitado para a utilização dos óleos essenciais é uma recomendação relevante, principalmente em terapias com idosos, grávidas, crianças e indivíduos com comorbidades e doenças crônicas. Os profissionais de saúde precisam saber quais os óleos estão na terapia dos pacientes, pois existe o risco de reações adversas e/ou interação medicamentosa entre medicamentos e óleos essenciais usados pelo indivíduo.

Para Pacheco e Moraes (2021), a aromaterapia tem aspecto multiprofissional e precisa ser ministrada por profissional habilitado, dentro das práticas integrativas e complementares de saúde. O profissional habilitado é o farmacêutico que conheça a função, a dose e a forma de utilização dos óleos essenciais, para oferecer a garantia terapêutica da aromaterapia aplicada; os óleos essenciais quando usados de forma responsável e consciente proporcionam inúmeros benefícios à saúde dos pacientes. Mas os óleos essenciais possuem características tóxicas por estarem numa concentração grande e serem lipossolúveis, apresentando risco e efeito indesejado se mal ministrados ao paciente.

Santos, Nascimento e Mota (2022), em estudo sobre tratamento alternativo da depressão com aromaterapia, relatam que a depressão se apresenta com sintomas fisiológicos, psicológicos e também comportamentais, como uma aparente falta de prazer nas atividades diárias. Para aplicar a aromaterapia o farmacêutico é o

profissional capacitado para analisar os sintomas aparentes da doença, para fazer as devidas orientações e ministrar a terapia não medicamentosa, como a aromaterapia que tem a função de melhorar o humor dos pacientes através dos óleos essenciais que atuam no sistema nervoso central.

3. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

Esta pesquisa promove uma revisão integrativa da literatura, que tem o propósito de reunir e concentrar o saber científico já existente sobre o tema estudado. O método propõe a avaliação, sintetização e busca de evidências à disposição para colaborar com a pesquisa desenvolvida sobre uma determinada temática (Pimentel, 2016). Segundo Mattos (2015), a revisão integrativa é uma análise aprofundada da literatura que contribui para a discussão metodológica e para futuras pesquisas. Ela busca aprofundar o entendimento de um fenômeno específico com base em estudos anteriores, a partir de um questionamento norteador: Qual é o papel do farmacêutico na atuação da aromaterapia? Seguir um padrão rigoroso de metodologia é essencial para obter resultados claros, possibilitando generalizar de forma precisa o fenômeno. Este método amplo permite a inclusão de pesquisas experimentais e quase-experimentais, combinando dados teóricos e empíricos para uma revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

O levantamento dos dados foi realizado mediante pesquisas em plataformas de base de dados de pesquisas acadêmicas como: Brazilian Journal of Natural Sciences, Google Acadêmico, Repositório Institucional da Fiocruz, Repositório UCS, Scielo.br, Panorama Farmacêutico, Periódico Rease, Repositório InstitucionalCruzeiro do Sul. Para efetivação de toda a pesquisa, foi necessário utilizar descritores correspondentes à temática do estudo, como: aromaterapia, atuação, farmacêutico, produção, óleos essenciais, qualidade, terapia.

Para atender aos critérios de inclusão da pesquisa, foi considerada a seleção dos trabalhos acadêmicos nacionais ou em português, publicados entre 2019 e 2024, aplicando a temática que norteia este estudo: O Papel do Farmacêutico na Atuação da Aromaterapia. Já como critérios de exclusão, foram descartados os artigos com publicação anterior a 2019, e os que não possuíam informações relevantes ao estudo desenvolvido, e os trabalhos que não foram publicados em português ou sem tradução em português.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de revisão integrativa aconteceu entre março e maio de 2024, iniciando com a escolha dos descritores que permeiam a temática do estudo e aplicando-os nas bases de dados de trabalhos científicos, considerando os trabalhos entre 2019 e 2024, somente na língua portuguesa.

Considerando os critérios de inclusão e exclusão, foi possível obter uma coletade dados com um resultado de 69 trabalhos. Após a leitura dos títulos dos artigos com mais afinidade com a temática do estudo, considerando os descritores, foram encontrados 5 artigos apenas, devido à escolha da temática muito recente e aspectos inéditos como a inserção do farmacêutico na atuação da aromaterapia. Esses artigos foram organizados no quadro 2 de forma sistematizada:

Quadro 2 - Sistematização dos artigos para a revisão integrativa

Autores	Título do Artigo	Ano	Objetivos
SANTOS, Ana C. F.; EL'AOUAR, Isadora S.	Aromaterapia: uma nova tecnologia de cuidado, prevenção e promoção de saúde.	2019	Averiguar o processo de validação da Aromaterapia dentro da PNPIC e do contexto do SUS.
CRUZ, Thamires Silva; PAIXÃO, Juliana Azevedo	Aplicação do Óleo Essencial de Melaleuca alternifolia (TEA TREE) no tratamento da acne vulgar.	2021	Realizar um levantamento bibliográfico sobre o mecanismo de ação e eficácia do óleo essencial de Melaleuca utilizado no tratamento da acne vulgar no Brasil.
SILVA, Rodrigo Salusto da	O uso da Valeriana officinalis como alternativa no tratamento dos transtornos da ansiedade: uma revisão.	2021	Avaliar a implantação e utilização da Valeriana officinalis como alternativa no tratamento da ansiedade, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida.
SANTOS, Hernandes J. S.S.; NASCIMENTO, Gyzelle P. V.; MOTA, Alberto de A. R.	Aromaterapia como alternativa no tratamento complementar da depressão.	2022	Discutir o potencial do uso complementar dos óleos essenciais no tratamento da depressão.
SILVA, Caio J. F. M. da; LIRA, Jhones L. A.	Uso de óleos essenciais nos distúrbios de ansiedade: Uma revisão da literatura.	2023	Realizar uma revisão narrativa sobre os óleos essenciais produzidos no Brasil que auxiliam no combate à transtornos de ansiedade, em trabalhos publicados no ano 2020 até 2023.

Fonte: autoria própria (2024)

Diante dos artigos encontrados com maior afinidade com a temática do estudo, foi realizada a análise no conteúdo dos trabalhos para obter os resultados que serão a base para as discussões.

O trabalho de Santos e El'Aouar (2019), que propôs averiguar o processo de validação da Aromaterapia dentro da PNPIC e do contexto do SUS, evidenciou que a aromaterapia está em conformidade com a Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC) que por conta desse fato conseguiu ser implantada no SUS. Esse estudo demonstrou um olhar crítico sobre as discussões quanto a resultados experimentais, mas não científicos, sobre a aromaterapia, indicando e incentivando as pesquisas científicas qualitativas e quantitativas para a comprovação dos efeitos terapêuticos da aromaterapia. Este artigo não menciona a atuação do profissional de farmácia para a prática da aromaterapia, principalmente porque em 2019 não havia a definição do farmacêutico para atuar na aromaterapia, mas em seu resumo, evidencia a expansão do SUS, para a atuação nas práticas dos cuidados, prevenções e promoções de saúde, junto aos programas existentes das PICS, que atualmente tem incluso a prática da aromaterapia.

No artigo das autoras Cruz e Paixão (2021), que visava realizar um levantamento bibliográfico sobre o mecanismo de ação e eficácia do óleo essencial de Melaleuca, usado para a terapia de acne vulgar. O estudo concluiu que este óleo essencial positivamente é eficiente como agente antimicrobiano, para ser utilizado nas PICS para os devidos cuidados com a saúde, pela segurança e eficácia. Lamentam que a aromaterapia foi regulamentada para a atuação de vários profissionais de saúde, mas até o ano de 2021, não havia regulamentação específica para o profissional farmacêutico, mas ressaltam a relevância da inserção deste profissional para atuar na prática da aromaterapia. Neste contexto, do artigo publicado em 2021, já sinalizava a importância do farmacêutico na atuação da aromaterapia das práticas integrativas e complementares.

Quanto à pesquisa do autor Silva (2021), que almejava avaliar a implantação e uso da *Valeriana officinalis* como alternativa na terapia da ansiedade, na contribuição para melhorar a qualidade de vida. A conclusão demonstrou os problemas provocados pela pandemia e o aumento no uso de ansiolíticos e antidepressivos, mas devido às reações adversas, dependência e morte causados por esses fármacos, foi necessária a busca por terapias alternativas mais seguras e naturais. Assim, a pesquisa relaciona as opções terapêuticas para melhorar a qualidade de vida das pessoas com

ansiedade: acupuntura, aromaterapia, musicoterapia, terapia cognitivo-comportamental e meditação, consideradas terapias integrativas complementares. O estudo evidenciou a eficácia da Valeriana Officinalis no tratamento dos transtornos de ansiedade, como cefaleia, cólicas e insônia, em substituição aos benzodiazepínicos. A pesquisa ressalta a importância do farmacêutico na atuação e no acompanhamento de terapias farmacológicas e na indicação das não farmacológicas. Esta pesquisa também foi publicada em 2021, demonstrando a eficiência da Valeriana Officinalis como opção natural alternativo na troca pelos ansiolíticos e antidepressivos, evidenciando a aromaterapia como uma das terapias naturais viáveis. Evidenciou também a relevância do farmacêutico para atuar nas terapias em atenção aos pacientes, que ainda não havia a regulamentação por parte do Conselho Federal de Farmácia para a atuação do farmacêutico na aromaterapia.

O trabalho dos autores Santos, Nascimento e Mota (2022), discutiu sobre o potencial de utilização dos óleos essenciais na terapia contra a depressão, de forma complementar; concluiu-se que são promissores os estudos dos óleos essenciais como antidepressivos, mas rudimentares, necessitando de mais pesquisas sobre o assunto. O trabalho expõe os sintomas da depressão e a capacidade do farmacêutico na identificação deste e dos grupos de risco, que precisam de orientação. Relaciona o uso dos óleos essenciais na aromaterapia para a melhorar o humor de seres humanos e animais, afirmando que os óleos essenciais atuam no sistema nervoso central como resposta farmacológica.

Por fim, o artigo dos autores Silva e Lira (2023), uma revisão narrativa sobre os óleos essenciais produzidos no Brasil, os quais ajudam a combater os transtornos de ansiedade, entre 2020 e 2023. Os resultados alcançados elucidaram o papel do farmacêutico por meio da atenção farmacêutica, quanto a orientação e esclarecimento aos pacientes quanto ao uso dos óleos essenciais para combater os transtornos de ansiedade e também no cumprimento das regras sanitárias referentes a utilização desses óleos essenciais. O estudo ressalta a relevância da atenção farmacêutica na atuação dos óleos essenciais devido aos poucos estudos sobre o assunto, enfatiza que o farmacêutico pode identificar e avaliar os riscos relacionados a qualidade, segurança e efetividade dos óleos essenciais, através do acompanhamento terapêutico. Apesar de não mencionar sobre a aromaterapia no resumo e na conclusão, o trabalho relata sobre vários óleos essenciais utilizados na aromaterapia com ações ansiolíticas para o tratamento do transtorno de ansiedade com eficácia

comprovada.

A compreensão dos trabalhos elencados traz o destaque para o crescimento das terapias alternativas como a aromaterapia, inclusive como PICS no SUS. Este fato se dá devido à aromaterapia atender às normativas da PNPIC, colaborando para a implementação no SUS, com a necessidade de estudos apurados de validação da eficiência terapêutica. Além da abordagem da eficácia do óleo essencial de melaleuca para terapia de acne, como ótimo agente antimicrobiano; da Valeriana officinalis como alternativa natural aos ansiolíticos; dos óleos essenciais na terapia da depressão e na aromaterapia para melhorar o humor de indivíduos e animais, também foi ressaltada a relevância do farmacêutico na aromaterapia e na orientação e identificação dos sintomas depressivos, embora que, sua atuação até 2021 não tinha regulamentação como outros profissionais de saúde. Finalmente, evidencia-se o papel fundamental do farmacêutico na atuação farmacêutica, orientando na utilização de óleos essenciais com a garantia da segurança e eficácia na terapia dos transtornos de ansiedade. O resumo da integração destes trabalhos mostrou a importância das terapias integrativas, com ênfase para a aromaterapia e os óleos essenciais, e a carência de regulamentação para atuação do profissional farmacêutico nesta área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

No decorrer deste estudo, observou-se que o papel do farmacêutico na atuação da aromaterapia e em outras terapias quaisquer é de fundamental colaboração, com seus conhecimentos, para a prevenção ou para reestabelecer a saúde de pacientes.

O profissional farmacêutico atuante dentro da área da aromaterapia, é regulamentada de forma que autorizam a atuação desse profissional tendo sempre o foco no cuidado do paciente, com qualidade e atendimento as diretrizes das terapias complementares à saúde. Neste contexto, em 2023, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) aprovou a resolução que regulamenta a atuação do farmacêutico na aromaterapia, para contribuir no bem-estar dos pacientes, respaldando o profissional em seu trabalho.

A revisão integrativa proposta para este estudo, apesar de adotar uma temática atual, sobre o papel do farmacêutico na atuação da aromaterapia, já que, a resolução regulamentadora foi aprovada a menos de um ano, conseguiu evidenciar a relevância do farmacêutico não só na aromaterapia, mas também como profissional para

acompanhamento de terapias farmacológicas e na indicação das não farmacológicas. A importância do farmacêutico também foi ressaltada na atuação terapêutica com os óleos essenciais para tratar diversos males como acne vulgar, transtorno de ansiedade e depressão, conforme o relato de alguns autores.

O estudo também analisou a aromaterapia como prática integrativa e complementar da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, aprovada pelo MS mediante a portaria nº 971/2006. As PICS tem uma fundamentação holística para o paciente, com dedicação abrangente de qualidade, sem fragmentar a atenção devido à diversidade de profissionais empenhados na saúde dos pacientes, com vantagens relevantes, principalmente pela qualidade do serviço, o baixo custo e a redução de despesas. As práticas integrativas complementares valorizam a cultura brasileira das práticas tradicionais no uso de plantas medicinais e óleos essenciais, usados na aromaterapia para a terapia de diversos desconfortos físicos e mentais.

A aromaterapia tem sido analisada desde 2017, quando foi instituído o Dia Nacional da Aromaterapia e da Aromatologia, e em 2018 mediante a portaria nº 702, do Ministério da Saúde (MS), foi inserida na PNPIC como prática integrativa e complementar, evidenciando a relevância da Aromaterapia e da Aromatologia para a saúde do ser humano como parte integrativa e complementar da terapia holística da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Este estudo iniciou uma pesquisa sobre o papel do farmacêutico na atuação da aromaterapia tanto como terapeuta, quanto atuante na qualidade de produção dos aromas utilizados na clínica. Entretanto, são necessários mais estudos com a mesma temática, ampliando a discussão dessa temática que pode servir de grande valia para os pesquisadores e profissionais farmacêuticos e aromaterapeutas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Priscila T. de; GOMES, João P. C.; BARBOSA, Isabella T. F. Os benefícios dos óleos essenciais de Lavanda (*Lavandula angustifolia*) e Camomila Romana (*Chamaemelum nobile*) na estética em massagens corporais. *Saúde: Referencial médico, clínico e/ou epidemiológico v.2, cap.8, 2022*. Disponível em: <file:///C:/Users/iacal/Downloads/os-beneficios-dos-oleos-essenciais-de-lavanda-lavanda-angustifolia-e-camomila-romana-chamaemelum-nobile-na-estetica-em-massagens-corporais.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

AMARAL, Fernando do; OLIVEIRA, Carlos Jorge R. Estresse ansiedade aromaterapia: Pelo olhar da Osmologia, ciência do olfato e do odor. *Brazilian Journal of Natural Sciences*. São Paulo. v. 2n.2. p. 57. maio 2019. Disponível em: <https://bjns.com.br/index.php/BJNS/article/view/57/45>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.794-A/17, de 19 de dezembro de 2017 - Institui o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2844296E27E5E9BF24B1FD490541BA36.proposicoesWebExterno2?codteor=1633584&filename=Avulso+-PL+8794/2017. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Farmacêutico o estrategista! Revista Pharmacia Brasileira nº 99, novembro/2023. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/publicacao/arquivo/ca993aba5420c3b35850f97c748fb25f1724f582.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 732, de 25 de agosto de 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-732-de-25-de-agosto-de-2022-427633256>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 572 de abril de 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/572.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024

BRASIL. Constituição Federal. Resolução nº 477 de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/res477_2008.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria de Atenção à Saúde*. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS-PNPIC-SUS. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/958/3/PNPIC.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.988, de 20 de dezembro de 2018. Atualiza os procedimentos e serviço especializado de Práticas Integrativas e Complementares na Tabela de Procedimentos Medicamentos Órteses Próteses e Materiais Especiais do SUS e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília, DF, 2018a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2018/prt1988_31_12_2018.html. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html.

Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). *Recursos Terapêuticos PICS*. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/recursos-terapeuticos>. Acesso em: 07 abr. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE (Sergipe). Resolução foi aprovada nesta quinta-feira, 28/09, segundo dia da reunião plenária ordinária de setembro. CRFSE, 2023. Disponível em: <https://crfse.org.br/noticia/1461/cff-regulamenta-a-atuacao-do-farmaceutico-na-aromaterapia-e-no-uso-de-oleos-essenciais#:~:text=%E2%80%9CO%20farmac%C3%AAutico%2C%20por%20meio%20da,referenciais%20para%20a%20sua%20atua%C3%A7%C3%A3o.%E2%80%9D>. Acesso em: 07 abr. 2024.

CORREA, Alexandre Augusto *et al.* Integralidade e conceito de saúde nas Práticas Integrativas e Complementares e na Atenção Primária à Saúde. *Mostra de Trabalhos Científicos UNIFAGOC*, v.3, 2018. Disponível em: <https://conferencia.unifagoc.edu.br/index.php/trabalhosfagoc/III/paper/view/947>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CRUZ, Thamires Silva; DA PAIXÃO, Juliana Azevedo. Aplicação do óleo essencial de *Melaleuca alternifolia* (TEA TREE) no tratamento da acne vulgar. *Revista Artigos. Com*, v. 29, p. e7657-e7657, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7657>. Acesso em: 28 abr. 2024.

FERREIRA, Roberta Conceição *et al.* Práticas integrativas e complementares na assistência do período puerperal. *Revista Eletrônica Acervo saúde*, v. 13, n. 1, p. e5254-e5254, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5254>. Acesso em: 28 abr. 2024.

HEREDIA-VIEIRA, Silvia Cristina *et al.* Uma revisão do uso da aromaterapia no controle da ansiedade ocasionada pela pandemia da Covid-19. *Repositório Institucional da Fiocruz*, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51636>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MATTOS, Paulo de Carvalho. Tipos de revisão de literatura. *Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, SP*, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MELLO, Carla Mineia Sampayo. A importância da aromaterapia para as práticas estéticas atuais. *UCS – Universidade Caxias do Sul, Semana Científica da Área de Ciências da Vida – Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética*, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12539/Artigo%20Carla%20Mineia%20Sampayo%20Mello.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MENDES, Alice Silva *et al.* Aromaterapia e seus efeitos terapêuticos na enfermagem: saúde emocional e autocuidado. *Revista Brasileira de Relatos de Casos*, v.2, n.3, 293–297, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Suppl.3.293-297>. Acesso em: 08 abr. 2024.

NASCIMENTO, Aleksandra; PRADE, Ana Carla K. Aromaterapia: o poder das plantas e dos óleos essenciais. [E-book], Recife: Fiocruz-PE; ObservaPICS, 2020. Disponível em: <https://fitoterapiabrasil.com.br/sites/default/files/documentos-oficiais/cuidado-integral-na-covid-aromaterapia-observapics.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo Trindade; FERREIRA, Renata Shirley da Silva. Antigos paradigmas e novas possibilidades: perspectivas plurais integrativas da espiritualidade e saúde a partir das PICS e da noção africana do Ubuntu. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, v. 20, n. 2, p. 61-74, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/50680>. Acesso em: 28 abr. 2024.

OLIVEIRA, Ana Margarida Comba. Aromaterapia: base científica para uma prática milenar. *Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia, Lisboa, PT, 2019*. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/140d9d0226820566ed4c1510a3547e81/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PACHECO, Vera A. P.; MORAES, Francine C. Aromaterapia e saúde integral. *Revista Científica eletrônica de ciências aplicadas do FAIT*, v. 1, 2021. Disponível em: https://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/4hHZHMiJFAMLP9G_2021-7-2-16-56-48.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

PESSOA, Livia L. e S. *et al.* Efeitos da prática da aromaterapia na qualidade de vida dos estudantes: uma revisão integrativa. *CERES – Health & Education Medical Journal*, São José do Rio Preto, v.1, n.1, p.13-25. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/iacal/Downloads/002.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PIMENTEL, Marina Machado. A utilização das tecnologias não invasivas no cuidado em obstetrícia na atenção ao parto e nascimento: uma revisão integrativa. *Monografia (Licenciatura em Enfermagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016*. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3551/TCC%20Mariana%20Machado%20Pimentel.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PREVIATO, Giselle Fernanda; BALDISSERA, Vanessa Denardi Antoniassi. Retratos da prática interprofissional colaborativa nas equipes da atenção primária à saúde. *Revista gaucha de enfermagem*, v. 39, p. e2017-0132, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/YDQZsCw6nLGf7p6Jn7WKb4M/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

REBOUÇAS, Maria Nascimento Saliba. Aromatologia no suporte ao tratamento de transtorno de ansiedade. *Monografia (Graduação – Farmácia) – Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia, Brasília, DF, 2022*. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36424/1/2022_MarisaNascimentoSalibaReboucas_tcc.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.

SANTOS, Ana Claudia Figueiredo dos; EL'AOUAR, Isadora Sebadelhe. AROMATERAPIA: Uma nova tecnologia de cuidado, prevenção e promoção da saúde. *Revista Cientifico*, v. 19, n. 39, p. 107-128, 2019. Disponível em: <https://egaio.com.br/wp-content/uploads/2020/04/AROMATERAPIA-UMA-NOVA-TECNOLOGIA-DE-CUIDADO-PREVENCAO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, Hernandes J.de S.; NASCIMENTO, Gyzelle P. V.; MOTA, Alberto de A. R. Aromaterapia como alternativa no tratamento complementar da depressão. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 4, p. 23663-23682, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46039>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SEVERO, Amanda dos Santos *et al.* Atuação do farmacêutico em práticas integrativas e complementares em saúde. *Monografia (Graduação em Farmácia) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP, 2021*. Disponível em: <https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/handle/123456789/3500>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, Caio J. F. M. da; LIRA, Jhones L. A. Uso de óleos essenciais nos distúrbios de ansiedade: Uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 13, 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/iacal/Downloads/44062-Article-463618-1-10-20231126%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/iacal/Downloads/44062-Article-463618-1-10-20231126%20(2).pdf). Acesso em: 28 abr. 2024.

SILVA, Maria A. do N. *et al.* Acerca de pesquisas em aromaterapia: usos e benefícios à saúde. *Revista da Universidade Ibirapuera*, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/iacal/Downloads/alanalmario,+224-824-1-CE.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, Rodrigo Salusto da. O uso da Valeriana officinalis como alternativa no tratamento dos transtornos da ansiedade: uma revisão. *TCC (Bacharelado em Farmácia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuitê, PB, 2021*. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/21612>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SOUZA, Marcela T. de; SILVA, Michelly D. da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2024.

